



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

ERIKA ALENCAR DE MOURA MENDES

**BOLSA FAMÍLIA NO MEIO RURAL: efeitos na qualidade de vida de famílias
acampadas**

RECIFE

2018

ERIKA ALENCAR DE MOURA MENDES

**BOLSA FAMÍLIA NO MEIO RURAL: efeitos na qualidade de vida de famílias
acampadas**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Profº Drº Almir Silveira Menelau
Co-orientador: Profª Drª Laurileide Barbosa da Silva

RECIFE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

M538b Mendes, Erika Alencar de Moura.
Bolsa família no meio rural: efeitos na qualidade de vida de famílias acampadas
/ Erika Alencar de Moura Mendes. – Recife, 2018.
132 f. : il.

Orientador: Almir Silveira Menelau.
Coorientadora: Laurileide Barbosa da Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Recife,
BR-PE, 2018.

Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

1. Programa bolsa família 2. Meio rural 3. Qualidade de vida 4. Produção
5. Alimentação I. Menelau, Almir Silveira, orient. II. Silva, Laurileide Barbosa da,
coorient. III. Título

CDD 338.1

ERIKA ALENCAR DE MOURA MENDES

**BOLSA FAMÍLIA NO MEIO RURAL: efeitos na qualidade de vida de famílias
acampadas**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Aprovada em 20/02/2018

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Almir Silveira Menelau
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Drª Laurileide Barbosa da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profº Drº Tales Wanderley Vital
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profº Drº Emanuel Sampaio Silva
Universidade Salgado de Oliveira

Para Ednaldo José de Moura, meu pai, um exemplo, uma saudade.

Para Maiza Alencar, minha mãe, mulher de fé, guerreira.

Para Manoel Mendes Neto, meu marido, companheiro amado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte da sabedoria, sem Ele eu não conseguiria. Minha fé me sustentou e me fez chegar até aqui.

Aos meus pais, Ednaldo José (in memoriam) e Maiza Alencar. Ensinaram-me a nunca desistir mesmo em circunstâncias desfavoráveis, e acreditar que conseguiria alcançar meus objetivos com muito esforço, dedicação e principalmente muita fé. Meu pai, meu exemplo de humildade, força e fé. Minha mãe, mulher guerreira e de muita fé, suas orações são meu suporte sempre.

Ao meu amado marido, Manoel Mendes Neto, companheiro e grande incentivador. Seu apoio e cumplicidade durante toda trajetória do mestrado fez toda a diferença para a conclusão desta jornada acadêmica.

A minha “pequena grande” família representada por meu irmão Erick, minha cunhada Camila, meus sobrinhos que amo Calebe e Beatriz sempre me trazendo alegrias, meu primo/irmão Marilan, além claro da minha mãe e meu marido outrora mencionados. Muito obrigada família pelo apoio e por acreditarem em mim. Os momentos de lazer em família renovavam minhas forças.

Ao meu orientador Almir Menelau, por aceitar a tarefa de me orientar e pelos ensinamentos que com muita competência e solicitude me passou. A Laurileide Barbosa, minha co-orientadora, que com tanto carinho me recebeu e com muita paciência transferiu suas contribuições, que foram de grande importância para o meu trabalho.

Ao apoio do IPA na pessoa da Ana Paula que aceitou contribuir com o minha pesquisa, me apresentando as comunidades disponíveis e me direcionando a equipe técnica responsável.

Não posso esquecer também de agradecer ao Presidente da Associação José Jardim e sua cunhada Irmã Rosa, ambos moradores da comunidade pesquisada, agradeço pela disponibilidade e contribuição na realização da minha pesquisa no Assentamento Jardim.

As Colegas mestradas e amigas Elenice e Mili. Elenice, amiga muito prestativa, sempre repassando dicas importantes e compartilhando conhecimentos. Mili uma amiga que muito me ajudou quando fui acometida com a chicungunha logo no início do mestrado, seu apoio foi muito importante para que eu prosseguisse

realizando as atividades acadêmicas. São amizades que levarei pra vida. Aos também amigos mestrados Josiane, Luany, Raiza, Renan e Raphael, agradeço os momentos de estudo e a amizade construída, que também renderá fora da Universidade. A todos os colegas de classe, turma 2016.1, agradeço pelas amizades, trocas de conhecimentos e a parceria nos estudos e produções acadêmicas.

Também sou muito agradecida a Raiza e Keila pelo auxílio na aplicação das entrevistas. Graças à disponibilidade e ajuda de vocês consegui entrevistar a quantidade de beneficiárias pretendida.

A Midiam, amiga desde a graduação, que de Curitiba me incentivou, acreditou que eu conseguiria e não descansou enquanto eu não estivesse inscrita no mestrado. Amiga muito obrigada por seu incentivo. Também não posso esquecer que durante o processo seletivo também contei com o apoio de Nancy, Tarcy, Sália e Geyze, amigas também da graduação, sempre com muito incentivo e palavras motivadoras.

Não posso deixar de expor também meus agradecimentos a todas entrevistadas de Moreno-PE por aceitarem colaborar e participar da construção desse conhecimento, permitindo que eu utilizasse um pouco do seu tempo para realização das entrevistas.

Por fim, não poderia deixar de expressar meus profundos agradecimentos aos queridos irmãos de fé, companheiros do grupo de louvor Ministério Dom de Amar (MDA): Jobson, Julie, Carla, Keila e Gleison. Sempre recebi de vocês muito incentivo e orações durante todo percurso do mestrado. Obrigada família MDA!

“Tudo o que você tiver de fazer, faça o melhor que puder, pois na sepultura aonde vamos, não existe pensamento, nem conhecimento nem sabedoria.”

(Bíblia Sagrada, Eclesiastes 9;10)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar os efeitos do Programa Bolsa Família na qualidade de vida via alimentação das famílias rurais beneficiárias e sobre a produção das explorações agrícolas. De caráter compensatório, através da transferência de renda condicionada, o Programa Bolsa Família (PBF) atua no Brasil como um programa social do governo federal, visando à erradicação da pobreza e extrema pobreza e, de modo geral, objetiva contribuir para melhoria das condições de vida das famílias em vulnerabilidade social. Desse modo, considera-se que o PBF é um importante instrumento de transferência de renda do Governo Federal utilizado para amenizar as discrepâncias sociais do país. O local para realização deste estudo foi o município de Moreno-PE, onde foram entrevistadas mulheres beneficiárias do PBF, residentes do Assentamento Jardim no município. Os dados coletados foram analisados através da análise de conteúdo e do discurso. Os resultados apontam que o PBF proporciona qualidade de vida no trabalho da agricultura ao favorecer as famílias uma alimentação melhor em termos de acesso e quantidade. E também quando provoca mudança no estilo de vida, fazendo com que a carga de trabalho seja menos intensa por trabalhador, permitindo assim, que deem lugar a outras atividades e cuidem da saúde, sem o abandono do trabalho no campo. Considera-se que o PBF trouxe contribuições para a qualidade de vida das famílias em todos os quesitos analisados, porém houve um destaque maior da atuação do Programa na alimentação. Entretanto, ressalta-se a importância e necessidade do PBF atuar articulado a outros programas sociais em busca de melhoras na saúde, na educação, na habitação, e na profissionalização para que o Programa seja um meio das famílias obterem melhores condições de vida e desta forma, alcancem mais independência e autonomia ao ponto de encontrarem uma porta de saída do Programa.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Meio rural. Qualidade de vida. Produção. Alimentação.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the effects of the Bolsa Família Program on the quality of life of the beneficiary families, regarding the feeding of these families in agricultural production. Compensation, through the transfer of conditional income, the Bolsa Família Program (PBF) operates in Brazil as a social program of the federal government, aiming at the eradication of poverty and extreme poverty, in general, it aims to contribute to improving the living conditions of families in situations of social vulnerability. Thus, it is considered that the PBF is an important income transfer instrument of the Federal Government, used to soften the social discrepancies that exist in the country. This research was carried out in the municipality of Moreno-PE, the women beneficiaries of the PBF who live in the Jardim Community of the municipality were interviewed. The data collected were analyzed through content analysis and discourse analysis. The results indicate that PBF provides better quality of life in agricultural work, as it provides families with a better diet in terms of quantity and ease of access to these foods. This program also causes changes in the beneficiary's lifestyle, since it reduces the workload of each worker, this allows the beneficiaries to carry out other activities and take care of their health, without, however, abandoning the work in the field. It is believed that the PBF contributed to the quality of life of the families in all the issues analyzed, but it stood out in relation to the quality of the feeding. However, it is important to emphasize the importance and necessity of the PBF to be executed together with other social programs in order to promote improvements in health, education, housing and professionalization, so that the Program is a way for families to obtain better living conditions and, in this way, achieve more independence and autonomy to the point of finding a way out of the Program.

Keywords: Bolsa Família Program. Rural environment. Quality of life. Production. Food.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRECO	Associação de Agricultores da Encostas de Serra Geral
AIBF	Avaliação do Impacto do Programa Bolsa Família
BDE	Base de Dados do Estado
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA	Instituto Agrônomo de Pernambuco
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MS	Ministério da Saúde
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PBF	Programa Bolsa Família
QV	Qualidade de Vida
SAGI	Secretaria De Avaliação E Gestão Da Informação
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
WHO	World Health Organization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Município de Moreno/PE	47
Figura 2 - Foto do Assentamento Jardim	49
Figura 3 - Associação dos Moradores do Assentamento Jardim.....	51
Figura 4 - Estrutura da análise dos dados.....	54
Figura 5 - Estrutura da análise dos efeitos do PBF sobre a alimentação.	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil da renda familiar das famílias beneficiárias.	58
Gráfico 2 - Tempo que as famílias recebem o PBF.	59
Gráfico 3 - Proporção dos alimentos na cesta alimentar das famílias beneficiárias pesquisadas.	65
Gráfico 4 - Cesta alimentar das famílias antes de serem beneficiárias do PBF.	67
Gráfico 5 - Número de refeições realizadas pelas famílias antes de receber o Bolsa Família.	69
Gráfico 6 - Alimentos produzidos e consumidos pelas famílias nas refeições.	75
Gráfico 7 - Quanto é retirado da produção para o consumo atualmente.	77
Gráfico 8 - Quanto da produção era retirado para consumo das famílias antes do benefício do Bolsa Família.	78
Gráfico 9 - Quantidade produzida de milho antes de receber o PBF.	87
Gráfico 10 - Produção de mandioca antes de receber o PBF.	88
Gráfico 11 - Produção de feijão antes do PBF.	90
Gráfico 12 - Produção de batata doce antes do PBF.	91
Gráfico 13 - Sentimentos das beneficiárias sobre a vida na agricultura atualmente.	94
Gráfico 14 - Sentimento sobre a vida na agricultura antes de receber o PBF.	95
Gráfico 15 - Horas trabalhadas por dia atualmente.	97
Gráfico 16 - Horas trabalhadas por dia antes de receber o PBF.	98
Gráfico 17 - Se o PBF é um incentivo para investir no trabalho do campo.	99
Gráfico 18 - Renda obtida da produção atualmente.	100
Gráfico 19 - Renda obtida da produção antes de receber o benefício.	101
Gráfico 20 - Se houve melhora na renda do trabalho agrícola.	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Termos sobre qualidade de vida utilizados na pesquisa.....	44
Quadro 2 - Informações sobre os municípios.	46
Quadro 3 - Classificação da amostra.	47
Quadro 4 - Grupos representantes do meio rural no PBF.	48
Quadro 5 - Matriz de análise dos dados.....	52
Quadro 6 - Tempo que recebe o PBF, renda familiar e valor do benefício das famílias pesquisadas.....	61
Quadro 7 - Composição do café da manhã atualmente e antes do recebimento do benefício.	70
Quadro 8 - Composição do almoço das famílias atualmente e antes do recebimento do benefício	71
Quadro 9 - Composição do jantar das famílias atualmente e antes do recebimento do benefício.	73
Quadro 10 - Utilização do benefício para o trabalho agrícola e quanto é retirado. .	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produtividade da agricultura anual (taxa de crescimento em %).	37
Tabela 2 - Média de filhos por idade.	55
Tabela 3 - Distribuição do estado civil e escolaridade.	56
Tabela 4 - Quantidade das pessoas que fazem parte da família.	56
Tabela 5 - Distribuição do quantitativo das respostas sobre recebimento de crédito ou financiamento e se trabalha fora da propriedade.	57
Tabela 6 - Valor do benefício do PBF distribuído as famílias pesquisadas no município de Moreno/PE.	60
Tabela 7 - Participação dos alimentos na cesta de consumo das famílias beneficiárias e o grupo do alimento.	64
Tabela 8 - Consumo de alimentos produzidos.	76
Tabela 9 - Respostas sobre o tamanho da propriedade das famílias beneficiárias. .	84
Tabela 10 - Cultivos explorados pelas famílias beneficiárias do PBF.	85
Tabela 11 - Quantidade produzida de milho atualmente.	86
Tabela 12 - Quantidade produzida de mandioca.	88
Tabela 13 - Produção atual de feijão.	89
Tabela 14 - Produção atual de batata doce.	90
Tabela 15 - Atividade principal das beneficiárias na agricultura familiar.	92
Tabela 16 - Tempo que as beneficiárias trabalham na agricultura.	93
Tabela 17 - Quantidade de dias trabalhados por semana na agricultura atualmente.	96
Tabela 18 - Quantidade de dias trabalhados por semana na agricultura antes de receber o PBF.	96
Tabela 19 - Mensuração da contribuição do PBF para o trabalho na agricultura.	104
Tabela 20 - Compra de equipamentos antes de receber o Programa Bolsa Família.	105
Tabela 21 - Compra de produtos para melhoramento da área antes do PBF.	105
Tabela 22 - Compra de insumos agrícolas antes da família receber o PBF.	106

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.2 Justificativa do Trabalho.....	20
1.3 Objetivos	21
1.3.1 Objetivo Geral	21
1.3.2 Objetivos Específicos	21
1.4 Estrutura da Dissertação.....	22
2 REVISÃO DE LITERATURA	23
2.1 Política Pública e Política Social: uma breve discussão	23
2.1.1 Políticas Públicas	23
2.1.2 Políticas Sociais	24
2.2 Programa Bolsa Família.....	25
2.2.1 Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico)	30
2.2.2 Estudos sobre o Programa Bolsa Família no meio rural.....	31
2.3 Considerações sobre o meio rural.....	34
2.3.1 O Mundo Rural: conceito em debate	34
2.3.2 Produtividade na agricultura brasileira	36
2.3.3 Agricultura Familiar	37
2.3.4 Produção para o autoconsumo e a segurança alimentar na agricultura familiar	39
2.4 Qualidade de Vida.....	40
3 METODOLOGIA	45
3.1 Tipologia do Estudo	45
3.2 Local de pesquisa e público alvo.....	46
3.3 Procedimentos de coleta de dados	50
3.3.1 Pré-Teste das entrevistas	50
3.3.2 Aplicação das entrevistas.....	50
3.4 Método de análise dos dados.....	52
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
4.1 Caracterização das beneficiárias rurais do Bolsa Família de Moreno/PE	55
4.2 Bolsa Família e seus efeitos sobre a alimentação e qualidade de vida sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional	62
4.3 O Programa Bolsa Família e a Produção na Agricultura	83

4.4 Repercussão do Programa Bolsa Família na aquisição de recursos tecnológicos para a agricultura	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O PRÉ-TESTE	121
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	126
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	131
ANEXO 1 - RELATÓRIO DO PBF EM AGOSTO/2017 DE MORENO COM RECORTE NA QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS E DE BENEFICIÁRIOS DO MEIO RURAL	132

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social é um problema que afeta vários países no mundo. No caso do Brasil, a má distribuição de renda e elevados níveis de pobreza fazem parte de seu processo histórico (Faoro, 2012). Recentemente, o Brasil está entre os países com maiores índices de desigualdade, ocupando a posição de 10º país mais desigual do mundo (Corrêa, 2017).

Entretanto, esta realidade foi marcada por importantes mudanças ao longo dos anos. Conforme os estudos de Barros et al. (2006; 2010), a partir de 2001 houve uma queda no grau de desigualdade no país, representando uma evolução diante do quadro histórico, mas, mesmo diante de tal acontecimento, os índices de desigualdade ainda são considerados elevados pelos autores.

No entanto, mesmo após este acentuado declínio no grau de desigualdade, a concentração de renda brasileira ainda é extremamente alta, com cerca de 90% dos países ainda apresentando distribuições menos concentradas que a do Brasil. Portanto, o sucesso recente deve ser encarado apenas como o primeiro passo de uma longa jornada. (BARROS et al., 2010, p. 7)

Como consequência da desigualdade social existente e persistente no país, reflete-se a pobreza gerada pela má distribuição de renda, demandando uma necessidade de criação de políticas públicas que atendam a população mais afetada. Tem-se como premissa que a criação de política pública é um meio na busca de amenizar as discrepâncias sociais, através da intervenção do governo em um problema público.

Fazer política pública exige no mínimo o atendimento de demandas sociais da população, necessitando-se de apoio político para aprovação da mesma, envolvendo grupos de interesses, com reflexos em alguns setores da economia. (ALMEIDA, 2014, p.32)

Para Souza (2006), política pública resume-se como um campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação. Nesse sentido, sendo a pobreza e a desigualdade caracterizadas como um problema social, para combatê-las existe as políticas sociais.

De caráter compensatório, através da transferência de renda condicionada às famílias que se encontram em situação de pobreza e pobreza extrema, o Programa Bolsa Família (PBF) atua no Brasil como um programa social do governo federal, visando à erradicação da pobreza e extrema pobreza e, de modo geral,

objetiva contribuir para melhoria das condições de vida das famílias em vulnerabilidade social. Desse modo, considera-se que o PBF é um importante instrumento de transferência de renda do Governo Federal utilizado para amenizar as discrepâncias sociais.

Os níveis de pobreza são os indicadores básicos para inserção das famílias no referido Programa. É através destes indicadores que as famílias são enquadradas nos critérios de elegibilidade e conseqüentemente caracterizadas como famílias pobres ou famílias extremamente pobres¹.

Os critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família partem da definição de situação das famílias na pobreza, com ocorrência de crianças até 15 anos de idade, gestantes e nutrízes, e famílias em extrema pobreza, com ou sem ocorrência de crianças, gestantes e nutrízes (BRASIL, 2007).

O acesso e a permanência no benefício se dá por meio do cumprimento das condicionalidades estabelecidas pelo programa, e dizem respeito à frequência escolar e acompanhamento da saúde.

Para ter acesso ao benefício, é necessário o cumprimento de condicionalidade, tais como: as crianças e adolescentes estarem matriculados em entidades públicas e comprovar frequência escolar de no mínimo 75% da carga horária escolar; estar com o cartão de vacinação das crianças em dias e acompanhamento nutricional. Tais condicionalidades reforçam o acesso a direitos básicos na área da educação, saúde e assistência social, favorecendo a superação da situação de vulnerabilidade e pobreza (RIBEIRO e FREITAS, 2016, p. 8).

O Programa Bolsa Família atua no Brasil há mais de 10 anos e estima-se que muitos são os resultados obtidos, as contribuições e os impactos na sociedade². Se por um lado o programa pode promover benefícios econômicos, educacionais e na saúde como propõe, em consequência das suas condicionalidades e objetivos, por outro lado, também existem grandes discussões em torno de seus desafios, limites e perspectivas futuras³.

Reconhece-se que o cenário de atuação do PBF é bastante estudado e discutido quanto ao alcance dos seus objetivos e suas condicionalidades⁴, no

¹ Famílias com renda per capita entre R\$ 85,00 até R\$ 170,00 (os valores informados conforme o site do MDS/2015).

² Ver Campello et al. (2013).

³ Ver Silva (2007); Castro e Modesto (2010); Campello et al. (2013).

⁴ Ver por exemplo os estudos de Camelo et al. (2009); Cacciamali et al. (2010); Tavares (2010).

entanto, o presente trabalho busca uma análise com o público do meio rural, que também apresenta vulnerabilidades e faz parte da cobertura do PBF, muito embora seja pouco visualizado em estudos e discussões sobre o Programa.

Desta forma, o presente estudo coloca um olhar para os possíveis impactos do benefício na vida das famílias rurais, supondo que o incremento da renda ocasionado pelo benefício social pode proporcionar mudanças no cotidiano das famílias rurais, ao buscar a erradicação da pobreza e conseqüentemente procurar reduzir a desigualdade social existente no Brasil. Esses impactos de um modo geral, ao serem alcançados, trazem consigo mudanças nos padrões de vida das famílias conduzindo-as a uma melhor qualidade de vida.

Destaca-se, portanto, que a noção de qualidade de vida adotada neste estudo está pautada numa construção teórica⁵ que comporta as três variáveis norteadoras das análises deste estudo: alimentação, produção e tecnologia agrícola.

A escolha das variáveis diz respeito ao objetivo do estudo, ou seja, por se tratar de famílias do meio rural, buscou-se destacar questões características do público pesquisado para que fosse considerado como qualidade de vida alcançada ou não conforme o modo de vida delas, a partir das intervenções do PBF.

Sendo assim, considerando que o conceito de qualidade de vida possui várias dimensões, para este estudo é compreendido que a qualidade de vida pode ser observada nas dimensões satisfação das necessidades (para a variável alimentação) e trabalho e atividades produtivas (contemplando as variáveis produção e tecnologia de produção) e de um modo geral, infere-se que as famílias contempladas com o benefício do PBF podem melhorar suas condições de vida, através do aumento na renda familiar.

É importante mencionar que as dimensões do conceito de qualidade de vida estão pautadas nas relevantes contribuições teóricas de Minayo (2000) e Asmus (2004). Desta forma, assume-se na proposta deste estudo, uma noção de qualidade de vida referente às condições de vida melhores decorrentes de possíveis contribuições a partir da renda advinda do PBF. Não obstante, embora saiba-se da existência de outros indicadores, esta pesquisa limitou-se a análise das variáveis supra descritas.

⁵ Foi criado um conceito de QV a partir das definições de Asmus (2010) e Minayo (2000).

Neste sentido, a grande questão que norteia e orienta esta pesquisa refere-se à atuação do PBF no meio rural, tendo em vista a existência de poucos estudos com esse público. De acordo com Mocelin (2011) a existência de pesquisas comprovando a eficácia do Programa Bolsa Família na redução da pobreza, no melhoramento das condições nutricionais das crianças, na frequência escolar, na melhoria das condições de saúde existe, mas a maioria está associada à pobreza urbana. Todavia, pesquisas em relação ao PBF, como uma estratégia de redução da pobreza rural são incipientes.

A questão de pesquisa a ser respondida por este estudo é a seguinte: de que forma o Programa Bolsa Família intervém na qualidade de vida das famílias rurais, no que se refere à alimentação e a produção na agricultura?

1.2 Justificativa do Trabalho

Partiu-se de uma realidade vivenciada através da atuação profissional enquanto cadastradora do Programa Bolsa Família em um município da Região Metropolitana do Recife, ocasião em que foram realizadas observações diretas e indiretas a respeito da realidade da estrutura e funcionamento do PBF, surgindo o interesse da realização desta investigação científica.

As observações realizadas permitiram constatar distinção entre os públicos rurais e urbanos atendidos pelo Programa, e levaram a inferir que tal diferença é impulsionada pelas tradições e culturas das famílias beneficiárias, no que diz respeito ao uso da renda do benefício. Desta forma configura-se importante a construção de conhecimento científico a partir de estudo e observações deste fenômeno.

Além disso, sabe-se que no decorrer de sua trajetória, o Programa Bolsa Família tem desencadeado inúmeras discussões no tocante a sua efetividade, tornando-se pauta de vários estudos, discussões e debates acadêmicos, que tem levado a realização de várias abordagens metodológicas, tornando-o como um importante objeto de estudos e pesquisas.

Complementarmente, tendo-se como base à proporção que o PBF alcança no país, constata-se que o PBF tem gerado discussões tanto favoráveis quanto

desfavoráveis o que tem gerado não só polêmicas como equívocos a respeito do Programa, a ponto de materializar mitos⁶ sobre PBF.

Este estudo pretende contribuir para a compreensão e entendimento dos efeitos do Programa Bolsa Família no meio rural, especialmente no tocante a mudanças na qualidade de vida dos beneficiários. Sua relevância está pautada na especificidade do universo da pesquisa (público rural) visto ser este insuficientemente estudado nas avaliações que foram realizadas acerca do programa.

Compreende-se também que o estudo mostrará a atuação do PBF no cenário rural levando em consideração as particularidades deste e, assim, contribuirá para melhorias na formulação do Programa, mostrando a realidade desse público e o impacto que o Programa tem para as famílias do meio rural.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os efeitos do Programa Bolsa Família na qualidade de vida via alimentação das famílias rurais beneficiárias e sobre a produção das explorações agrícolas.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar as famílias rurais beneficiárias do PBF no contexto socioeconômico;
- Analisar as mudanças no modo de vida da família rural participante do Bolsa Família em termos da composição da cesta de alimentos, sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional;
- Qualificar e avaliar a produção, a renda gerada, o trabalho na agricultura e os investimentos nos processos produtivos do conjunto de produtores rurais, vinculados ao PBF.

⁶ A expressão mitos sobre o PBF é utilizada pelo Governo Federal em seus debates. Ver por exemplo Brasil/MDS (2015) “MDS derruba mitos do Bolsa Família em debate do dialoga Brasil”; e Campello, 2013.

1.4 Estrutura da Dissertação

Este estudo está estruturado da seguinte forma:

Esta introdução que é o capítulo 1 mostrou um cenário geral do fenômeno estudado, a apresentação das dimensões do estudo com exposição do conceito adotado, e a questão norteadora da pesquisa, contemplando também os objetivos e a justificativa do estudo.

O capítulo 2 refere-se à revisão de literatura, e ela está distribuída em quatro tópicos. No primeiro tópico discute-se sobre os conceitos de política social e políticas públicas. Na segunda parte, é feito um apanhado geral do objeto de estudo, o PBF com sua atuação, critérios de elegibilidade e variação dos valores do benefício ao longo dos anos. Ainda nessa parte são expostas informações sobre o cadastro que dá acesso aos programas sócios do Governo Federal, inclusive o PBF e um apanhado geral sobre estudos já desenvolvidos que analisaram a atuação do PBF com o público do meio rural. O terceiro tópico aborda o mundo rural, com informações e conceitos que norteiam a realidade do público estudado. Por fim, no quarto tópico, são apresentadas as discussões que permeiam a noção de qualidade de vida e a construção do conceito desenvolvido para este estudo.

No capítulo 3 é apresentada a metodologia por meio da tipologia do estudo, o local da pesquisa e público alvo, os procedimentos utilizados e os métodos de análise. O capítulo 4 analisa os dados e mostra os resultados da pesquisa realizada com o público estudado. O capítulo 5 traz considerações finais da pesquisa juntamente com sugestões para novos estudos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Política Pública e Política Social: uma breve discussão

2.1.1 Políticas Públicas

De acordo com Souza (2006) e Secchi (2010), o conceito de Políticas Públicas não possui uma definição consensual nas literaturas especializadas e não existe uma definição única. Para Secchi (2010) uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, sendo o problema público a essência conceitual de políticas públicas.

No Brasil os estudos de políticas públicas tiveram início no final dos anos 1970 e, nos anos 1980 ocorreram as primeiras publicações de trabalhos seminais sobre a formação histórica das “policies” entendidas em si mesmas como objeto de análise, explica Gilberto Hochman et al. (2007). Por sua vez Celina Souza (2007) ressalta que nas últimas décadas houve um ressurgimento da temática políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

Conforme Souza (2003) ocorreu crescimento das pesquisas acadêmicas na área de políticas públicas na pesquisa acadêmica no Brasil. Basicamente, realizaram-se pesquisas sobre práticas que o governo faz ou deixa de fazer. Desta forma, a academia juntamente com órgãos governamentais e centros de pesquisa tem ampliado sua presença em estudos e pesquisas sobre políticas públicas.

Secchi (2010) relata que nos estudos especializados sobre políticas públicas duas abordagens são defendidas, a estatista e a multicêntrica. A abordagem estatista considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais, ou seja, o que determina se uma política é ou não pública é a personalidade jurídica do ator protagonista. Por outro lado, a abordagem multicêntrica considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas juntamente com os atores estatais protagonistas no estabelecimento das políticas públicas. Essa abordagem considera uma política pública quando o problema que se tenta enfrentar é público.

Em sua execução, as políticas públicas assumem várias formas, tais como programas, projetos, leis, campanhas publicitárias, inovações tecnológicas e organizacionais, esclarecimentos públicos, subsídios governamentais, rotinas

administrativas, coordenação de ações de atores variados, estabelecimentos de contratos e outras iniciativas de caráter estruturante, intermediário ou operacional.

É no cenário de enfrentamento de problemas públicos relacionados às desigualdades sociais, que surgem as políticas sociais, com destaque em muitos esforços dos agentes responsáveis pelas decisões sobre as políticas públicas (SOUZA e BRITO, 2015).

2.1.2 Políticas Sociais

De acordo com Haas (2004, p. 113):

Política social é um tema intrigante que vem suscitando reflexões constantes no mundo contemporâneo e vários autores têm feito análises contundentes na implementação de políticas públicas que minimizem os efeitos perversos da desigualdade social.

As políticas sociais são temáticas muito discutidas nas ciências sociais não obstante sua complexidade (SOTO, 2003, p. 368). “É um conceito que a literatura especializada não define precisamente” (VIANA, 2002, p.1).

Em concordância, Carvalho (2007) acrescenta: “é termo vago, que não tem significado exato, pois em princípio todos os tipos de políticas públicas podem ser considerados, direta ou indiretamente, como políticas sociais. Um objeto confuso e difuso, portanto”.

Para o autor, a principal característica das políticas sociais é a transversalidade e devem ser um objetivo atual e permanente em todas as atividades do governo e ter como finalidade melhorar o nível geral das condições de vida da população.

Apesar da imprecisão de definição referente às políticas sociais, Hofling (2001, p. 31) esclarece:

Políticas sociais se referem as ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. (...) São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social.

Nesta afirmação, fica claro a importância da atuação e implementação de políticas sociais para a sociedade com grandes contribuições nas relações sociais

e diminuição das desigualdades. Em resumo, entende-se que é a possibilidade de alcance da proteção social através de uma ação que traga benefícios ou atenda a necessidades latentes de um determinado grupo social.

Cardoso Jr e Jaccoud (2005, p. 196) destacam a existência de quatro diferentes grupos de políticas sociais, sendo eles:

- Políticas voltadas para o eixo do Emprego e Trabalho;
- Políticas relacionadas a Assistência Social e Combate a Pobreza;
- Políticas dos Direitos Incondicionais de Cidadania Social;
- Políticas de Infraestrutura Social.

As Políticas de Assistência Social e Combate a Pobreza, são políticas elaboradas a partir do reconhecimento de uma situação de necessidade extrema ou vulnerabilidade de um público alvo tais pesquisas foram criadas num período recente, enfocaram o combate à fome e a transferência de renda (CARDOSO JR. e JACCOUD 2005, p. 197).

Segundo estes mesmos autores, nas políticas agrupadas na estrutura da Assistência Social de combate direto a pobreza está o Programa Bolsa Família como carro chefe, juntamente com o Programa Fome Zero.

2.2 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família foi instituído pela Medida Provisória n. 123, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei n. 10.836, de janeiro de 2004, sendo regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, com a unificação de programas de transferência de renda. O PBF tem como objetivos combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia dos direitos sociais básicos - saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; e promover a inclusão social, contribuindo para emancipação das famílias beneficiárias construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade (SILVA e LIMA, 2010).

O programa foi instituído em 2004 a partir da unificação de alguns programas sociais de transferência de renda – condicionada e não condicionada – do Governo Federal. Os principais programas unificados foram: o Bolsa Família, um subsídio voltado à educação primária; o Fome Zero e o Bolsa Alimentação cujas transferências visavam à garantir segurança alimentar; e o Vale Gás, um subsídio para ajudar famílias pobres a comprar gás de cozinha. Criado, o Bolsa Família passou por uma rápida expansão, incluindo um número cada vez maior de famílias pobres

e extremamente pobres entre seus beneficiários (SOARES et al. 2007, p. 1).

O Programa Bolsa Família visa promover o alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda. A ruptura do ciclo intergeracional da pobreza é esperada por meio das condicionalidades, que reforçam o exercício de direitos sociais nas áreas de saúde e educação e que, potencialmente, propiciam o combate à pobreza futura com investimento no desenvolvimento de capital humano (AIBF, 2007).

Para o PBF, em 2004, foram determinadas como regras iniciais, além da junção dos programas de transferência de renda, houve um aumento do teto de renda familiar per capita para fins de elegibilidade, separado do salário mínimo que outrora era a renda utilizada para análise de participação no programa. Desta forma, também foi modificada a forma de estabelecer o valor do benefício, que passou a ser variável de R\$15 a R\$95 conforme a renda das famílias e a quantidade de crianças (ROCHA, 2011).

O período de 2005 a 2006 foi marcado pela institucionalização do papel dos entes federados na gestão do programa, com a assinatura de termos de adesão por todos os municípios brasileiros e a criação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), instrumento que mensura a gestão do município e ao qual está associada a transferência mensal de recursos financeiros para apoio à gestão. Também foi marcado pelos aperfeiçoamentos ocorridos no CadÚnico e pela edição de um conjunto de normas sobre a concessão e pagamento de benefícios e ao acompanhamento de condicionalidades (ALMEIDA, 2014).

Segundo o IBGE (2008), estimou-se em 2006, que em 18,3% dos domicílios brasileiros pelo menos um morador recebia algum tipo de renda proveniente de um programa social do governo. A maior parte desses domicílios, aproximadamente, 14,9% dos 18,3%, era beneficiada pelo PBF; aproximadamente 2,2% recebiam o BPC e, cerca de 0,5%, estavam inseridos no PETI. Os demais programas agrupados eram responsáveis por 2,2% dos benefícios. Isso denota a relevância do PBF, em termos de alcance, dentre todos os programas de transferência de renda do governo.

Logo no início de 2011, surgiram as primeiras modificações no programa, o PBF foi ajustado com a ampliação de 2,1 bilhões das despesas do programa. Com essa medida o valor do benefício mínimo também foi alterado de R\$ 22 para R\$ 32

e o maior foi de R\$ 200 para R\$ 242. Esses reajustes fazem parte do primeiro passo do “Programa de Erradicação da miséria” adotado pelo Governo Federal (PASSARINHO, 2011).

Ainda nesse período foram anunciados o aumento no número máximo de benefícios variáveis por famílias (de três para cinco) e a implementação dos benefícios para gestantes e nutrizes. Estes que, mesmo previstos na legislação original do programa, por limitações operacionais, não eram efetivamente pagos. Neste ano 13,4 milhões de famílias foram atendidas totalizando gasto de 17,4 bilhões.

Em 2012 foi criado o benefício de superação da extrema pobreza - o Programa Brasil Carinhoso, passando a compor o benefício do Bolsa Família com o objetivo de erradicar a extrema pobreza entre as famílias que possuíam crianças entre 0 e 6 anos. O direito ao benefício eram para as famílias que continuavam em situação de extrema pobreza, ou seja com renda per capita de até 70,00, que já estão incluídas no Bolsa Família e que possuem filhos de até 6 anos (PORTAL BRASIL, 2012).

Inicialmente, o benefício foi voltado para famílias nesta situação que tinham em sua composição crianças entre 0 e seis anos, como parte integrante das iniciativas da Ação Brasil Carinhoso. Em 2012, este benefício foi estendido para famílias com crianças e adolescentes com idade de até 15 anos e, no início de 2013, o benefício alcançou as famílias beneficiárias independentemente da presença de crianças. Desta maneira, houve um aumento no orçamento de benefícios do programa (que saltou de R\$ 15 bilhões em 2010 para praticamente R\$ 24 bilhões em 2013), voltado para famílias em situação de extrema pobreza. O benefício médio, no mesmo período, passou de R\$ 95,00 para R\$ 152,00, alcançando R\$ 216,00 para as famílias que recebem o Benefício de Superação da Extrema Pobreza (PAIVA et al., 2013).

Uma pequena diminuição no número de famílias beneficiárias e também nos investimentos em relação ao ano anterior ocorreu no final de 2013. No que diz respeito aos gastos do programa nos estados brasileiros, a Bahia foi o estado que apresentou maior número de beneficiários do país nesse período, seguido por São Paulo, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Maranhão de acordo com Longo (2014).

Foi com este cenário que o Programa Bolsa Família chegou aos 10 anos de existência em 2013. De acordo com os dados do Governo Federal, em 2013 o PBF contemplou 13,8 milhões de famílias retirando 36 milhões de brasileiros da pobreza extrema, encerrando 2013 com recorde de R\$ 24,5 bilhões de transferência de renda a famílias de baixa renda (DUTRA, 2014).

No ano seguinte, mais precisamente em meados de 2014, os valores do PBF foram novamente alterados com reajustes de 10%. Com essa modificação o benefício básico variou de R\$ 70 a R\$ 77. Os benefícios variáveis também foram reajustados, cujo valor subiu de R\$ 32 para R\$ 35 para famílias que contenham crianças ou adolescentes de até 15 e gestantes ou bebês de até 6 meses. Para o benefício variável vinculados às famílias com adolescentes entre 16 e 17, o valor passou de R\$ 38 para R\$ 42. O critério de renda per capita das famílias também foi modificado de R\$ 140 para R\$ 154 para famílias em situação de pobreza e de R\$ 70 para R\$ 77 para famílias em situação de extrema pobreza. Essas modificações estão contidas no Decreto 8.232/2014 (LOURENÇO, 2014).

Em 2015, de acordo com o Portal Brasil (2015), o número de benefícios liberados manteve-se idêntico ao de 2012 segundo o governo, isso se justificou pelo fato de muitas famílias saírem do perfil de renda per capita estabelecido pelo programa que até junho/2015 era o mesmo adotado desde o ano anterior (R\$ 154 mensais por pessoa da família). Até setembro de 2015, foram registradas 13,9 milhões de famílias beneficiadas.

Atualmente o PBF atende aproximadamente 14 milhões de famílias, com uma fila de espera zerada, garantindo as famílias que se enquadram nos perfis do PBF sejam contempladas de maneira rápida e sem burocracia (ZART, 2018). No Nordeste o PBF contempla 7.067.971 milhões de família, destas, 1.164.084 são de Pernambuco, com um benefício médio de R\$ 175,15.

Quanto aos valores dos benefícios e perfis de renda estabelecidos pelo PBF, permanecem inalterados desde meados de 2015, dependendo da composição familiar (número de pessoas, idades, presença de gestantes, etc.) e da renda familiar, cuja distribuição funciona da seguinte maneira (BRASIL/MDS, 2015):

- Benefício básico - Para famílias extremamente pobres cuja renda mensal por pessoa é de até R\$85,00;

- Benefícios variáveis (no máximo cinco por família) para famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa, podendo ser:
 - Benefício variável vinculado à criança ou ao adolescente de 0 a 15 anos no valor de R\$ 39,00 para as famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos em sua composição;
 - Benefício variável vinculado a gestante no valor de R\$ 39,00 para famílias com grávidas em sua composição;
 - Benefício variável vinculado à nutriz no valor de R\$39,00 para famílias com crianças de 0 a 6 meses em sua composição;
 - Benefício variável vinculado ao adolescente no valor de R\$ 46,00 (no máximo 2 por família) para as famílias com adolescentes de idade entre 16 e 17 anos em sua composição.
- Benefício de superação da extrema pobreza cujo valor é calculado individualmente para cada família, para famílias com renda mensal de no máximo R\$85,00 por pessoa.

Em síntese, o PBF atende a famílias com renda por pessoa de até R\$ 85,00 mensais, consideradas como extremamente pobres e famílias com renda por pessoa entre R\$85,00 e R\$ 170,00 mensais desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos, gestantes ou nutrizes, mantendo critérios estabelecidos desde meados de 2015 (BRASIL/MDS, 2015).

De acordo com o BRASIL/MDS (2015), o PBF é um programa que contribui para o combate à desigualdade social no Brasil. Possui como eixos principais: o complemento da renda – através do recebimento do benefício, transferido diretamente pelo governo federal, garantindo o alívio mais imediato da pobreza; acesso aos direitos – com o cumprimento de condicionalidades que buscam reforçar o acesso à educação, à saúde e a assistência social. Através desse eixo é oferecido condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo e pobreza em virtude das melhores oportunidades de inclusão social. É uma forma de garantia dos direitos básicos à população em situação de pobreza e extrema pobreza; articulação com outras ações – o programa é capaz de integrar e articular várias políticas sociais no intuito de desenvolver as famílias contribuindo para superação da situação de vulnerabilidade e de pobreza.

2.2.1 Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico)

O Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda brasileiras. É regulamentado pelo Decreto nº 6.135/2011 que define os procedimentos para a gestão do CadÚnico (GOVERNO FEDERAL, 2015).

Ele é formado por formulários de cadastramento, contendo cinco tipos: Formulário principal de cadastramento, Formulário avulso 1 – Identificação do domicílio e da família, Formulário avulso 2 – Identificação da pessoa, Formulário Suplementar 1 – Vinculação a programas e serviços, Formulário Suplementar 2 – Pessoa em Situação de rua (BRASIL/MDS, 2015).

O Formulário Principal de Cadastramento, conhecido como Caderno Verde, é o instrumento básico de coleta de informações sobre a família. Esse questionário inclui 10 blocos relacionados à investigação do domicílio, da família e de cada um de seus componentes. Deve ser utilizado tanto para a coleta de dados de novas famílias, quanto para a atualização das informações cadastrais já incluídas no Cadastro Único (BRASIL/MDS, 2015).

Conforme o Manual do Entrevistador, no CadÚnico, são caracterizadas como famílias de baixa renda aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou três salários mínimos de renda total. Também é permitida a inserção de famílias com renda superior sob o critério de participarem de algum programa social (GOVERNO FEDERAL/MDS, 2017).

Mais do que uma base de dados das famílias de baixa renda, o Cadastro Único é uma ponte que facilita o acesso de cada pessoa e família cadastrada a políticas públicas que melhorem suas condições de vida. Para construir essa ponte, um dos primeiros passos é preencher os formulários de cadastramento com técnica e método, fazendo com que as informações registradas reflitam a realidade das famílias (GOVERNO FEDERAL/MDSA, 2017).

O Cadastro Único é um panorama representativo das famílias mais pobres e vulneráveis do Brasil, pois apresenta informações da família e do domicílio em que ela reside (composição familiar, endereço e características do domicílio, acesso a serviços de públicos de água, energia elétrica e saneamento, despesas mensais, vinculação a programas sociais), e também contém dados de cada componente da família (documentação, escolaridade, situação no mercado de trabalho, rendimentos) (COGEMAS, 2016).

Os programas sociais do Governo Federal que utilizam o Cadastro Único são: Programa Bolsa Família (PBF), Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), Benefício de Prestação continuada (BPC), Minha Casa Minha Vida, Isenção de taxa para concursos públicos, Aposentadoria para pessoa de baixa renda (facultativo de baixa renda), Programa Bolsa Verde, Programa Fomento e Assistência Técnica às Atividades Produtivas Rurais, Programa Cisternas, e Programa Nacional de Reforma Agrária (GOVERNO FEDERAL/MDS, 2017).

O CadÚnico funciona como uma porta de entrada para as famílias terem acesso a diversas políticas públicas. Desde 2003 atua como principal instrumento para seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, obrigatoriamente utilizado para concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros. (MDS, 2015).

De acordo com o Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, a obrigatoriedade de utilização é para todos os programas sociais federais voltados à população de baixa renda, com exceção dos programas da Previdência Social (GOVERNO FEDERAL/MDS, 2017).

O cadastramento das famílias não é garantia em programas sociais, pois eles utilizam as informações contidas no cadastro, mas possuem suas próprias gestões. A inclusão das famílias acontece de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos pela gestão e legislação específica de cada um deles (MDS, 2015).

2.2.2 Estudos sobre o Programa Bolsa Família no meio rural

É sabido, diante do que já foi exposto, que existe uma gama de estudos e pesquisas sobre a atuação do PBF em âmbito nacional, regional e municipal, porém registrando as intervenções do Programa no meio urbano. Em contrapartida, percebe-se a existência de poucos estudos que contemplam a atuação do Programa em áreas rurais.

Por esse motivo, separou-se estudos que investigaram e trouxeram contribuições para a compreensão da atuação e cenário do PBF com o público residente do meio rural para apresentá-los..

No ano de 2008, encontra-se o estudo de Matos e Oliveira que analisaram a ação do PBF numa comunidade rural denominada Timbó na Bahia, onde existiam

328 famílias que recebiam o benefício. O estudo ressaltou a importância do PBF para as comunidades rurais, e, em contraponto, reconhecia a existência de muitos desafios que precisavam ser enfrentados para transformar a realidade local. Sobre o PBF, destacou que trouxe contribuições positivas para a comunidade, e mostrou a inexistência de casos que comprovassem o abandono do trabalho. Ainda sobre o PBF, os autores concluíram:

A importante ação do Programa deve ser conduzida em paralelo com a geração de condições estruturantes que permitam a verdadeira inclusão destas famílias na sociedade enquanto cidadãos que tem seus direitos garantidos. Na área rural existe um desafio ainda maior que seria a possibilidade de se estabelecer uma educação no campo para o campo com a valorização do espaço rural e maior acesso a cursos que os prepare para a dinâmica do mercado de trabalho melhorando as condições de vida e minimizando o êxodo rural (MATOS e OLIVEIRA, 2008, p. 15).

Duarte et al. (2009), fez um estudo sobre o impacto do PBF nos gastos com alimentos das famílias rurais. A pesquisa foi realizada com 838 famílias de agricultores familiares em 32 municípios da Paraíba. Os resultados apresentados através de dados econométricos, mostrou que quando comparando os agricultores que recebem o PBF com os que não são beneficiários (denominados grupo de controle e grupo de tratamento), existiu uma diferença significativa e positiva entre os que recebem dos que não recebem o benefício. Os autores concluíram que o PBF apresentou dados semelhantes aos estimados para o Programa Bolsa Alimentação, seu antecessor.

Rios (2011) buscou examinar a realidade do PBF em relação ao empoderamento e inclusão social das famílias beneficiárias em Bambuí, município de MG, no contexto de uma cidade rural. O seu estudo apontou para alguns questionamentos a respeito das intervenções do Programa, como a ineficiência para saída da situação de vulnerabilidade social devido à ausência de articulação com outros programas, e a falta de empoderamento e inclusão social das famílias. A partir de seus resultados, o autor concluiu que a atuação do PBF em Bambuí prioriza apenas a transferência de renda.

Outro estudo encontrado, também em 2011, é o de Mocelin, que objetivou compreender quais os impactos que o PBF promove nas condições de vida das famílias beneficiárias da comunidade de São João do Barro Preto no município de

Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul. De acordo com a autora, o PBF trouxe impactos positivos para a comunidade, representando-se como uma estratégia de redistribuição de renda, e possibilitando melhorias nas condições de vida das famílias pobres, por meio do empoderamento da mulher, da maior quantidade e qualidade na alimentação, no acesso a bens de consumo, maior poder de compra das famílias e no aumento na renda per capita familiar. Em contraponto, a autora ressaltou que o Programa não proporcionou autonomia às famílias beneficiárias da comunidade.

A autonomia das famílias da comunidade, [...] não será alcançada com apenas transferências governamentais, é imprescindível a articulação com outras políticas públicas para que seja possível a tão sonhada autonomia. Políticas públicas na área habitacional, porque uma casa, um lar, são sinônimos de aconchego e proteção aos membros da família, com infraestrutura mínima para uma boa qualidade de vida, esses são pontos ainda inatingíveis pelas famílias da comunidade São João do Barro Preto (MOCELIN, 2011, p. 111).

No ano de 2014 tem-se o estudo de Almeida. Ele propôs avaliar a eficácia da gestão, identificar os entraves institucionais e organizacionais e a efetividade do Programa Bolsa Família na segurança alimentar de famílias rurais assistidas no município de Rio Verde (GO). Os resultados da pesquisa, segundo o autor, revelou que o PBF contribuiu parcialmente em relação a efetividade em elementos da segurança alimentar e o autor também fez algumas sugestões para o Programa, dentre elas, lançou um alerta para a articulação com outros programas sociais para um melhor alcance e efetividade do PBF.

As pesquisas expostas mostram a atuação do PBF em várias áreas consideradas rurais no Brasil. Cada estudo, com sua particularidade, indicam a importância do Programa para as famílias rurais promovendo em sua maioria efeitos positivos. Em contrapartida, mesmo reconhecida à prevalência positiva de sua atuação, as pesquisas chamam a atenção para a articulação com outras políticas e programas como uma questão importante a ser considerada e um fator que pode possibilitar mais efetividade do Programa sobre as famílias do meio rural.

2.3 Considerações sobre o meio rural

2.3.1 O Mundo Rural: conceito em debate

Atualmente os debates acadêmicos sobre o cenário vivenciado pelo meio rural é bastante intenso no que tange aos seus conceitos, características e realidade. Acredita-se que esses debates justificam-se pelo fato do meio rural está em constantes mudanças, num momento de transição e modernização, dificultando desta forma uma conceituação plausível.

Por conseguinte, José Graziano (1999) explica que o meio rural vem se urbanizando como resultado do processo de industrialização da agricultura de um lado, e de outro devido ao transbordamento do mundo urbano em espaços que tradicionalmente eram considerados rurais. Desta forma, o autor defende que existe uma dificuldade cada vez maior de delimitar o que é rural e o que é urbano.

Reis (2006), concordando com Graziano (1999), afirma que são inúmeras as dificuldades conceituais e metodológicas impostas, há tempos, aos formuladores de políticas de planejamento público, aos demógrafos e aos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento que, obrigatoriamente, se deparam com as inadequações existentes na definição do que seja rural e urbano no Brasil.

A definição do meio rural por meio de atribuições referente ao espaço, quantidade de habitantes e aspectos geográficos também é comentado por Baptista (2006, p. 86). O autor destaca a forte contribuição dos autores na construção da definição do rural:

O modo como a população se distribui no espaço a que, com frequência, se acrescentam indicadores sobre a sua atividade e dinâmicas. Consideram-se, assim, conforme as perspectivas de análise de cada autor e as características da realidade que trabalha, critérios para diferenciar o urbano do rural e para estabelecer tipologias que depois se catalogam com as mais diversas designações: rural profundo, periurbano, agrícola, sonolento, tranquilo, de alta pressão, residencial, etc (BAPTISTA, 2006, p. 86).

O autor corrobora a ideia que os estudos com definições e considerações conceituais sobre o espaço rural tem uma grande contribuição dos autores que desenvolvem estudos na área e da sensibilidade científica de cada em sua

pesquisa, levando em consideração também as características do local de estudo denominado rural.

Afunilando-se ao desafio conceitual do meio rural, encontra-se a afirmação de Marques (2002, p. 97), que após algumas reflexões, relata: “O espaço rural corresponde aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características”.

Veiga (2002, p. 96) traz considerações importantes a esse respeito. Segundo ele, o meio rural sempre foi considerado como uma pequena população de 150 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que esse critério considerado grosseiro pelo autor. Essa definição era imposta pela OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O autor explica que em 1994 surgiram novas categorias para o meio rural, nos 26 países membros da OCDE, as regiões essencialmente rurais, as relativamente rurais e as especialmente urbanas. As essencialmente rurais são aquelas onde mais da metade da população vive em localidades rurais. Por outro lado, as especialmente urbanas são as que 15% da população vivem em localidades rurais. Por fim, as relativamente rurais são aquelas na qual entre 15% e 50% dos habitantes vivem em comunidades rurais (p.98).

O que está ocorrendo hoje nos países do Primeiro Mundo é que o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que ele opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio. O desenvolvimento leva a uma forte revalorização do ambiente natural, em vez de suprimir a diferença entre cidade e campo por obra e graça da organização conjunta da agricultura e da indústria (VEIGA, 2002, p. 95).

Veiga (2002) preocupa-se em mostrar que ruralidade não é sinônimo de atraso. Para tal defesa, ele apoia-se no fato dos três tipos regionais fazerem menção na identificação de desenvolvimento, apoiando-se na viabilidade econômica do espaço rural. Diz o autor, que as regiões relativamente rurais são as que mais criam empregos e que algumas essencialmente rurais estão entre as mais dinâmicas.

Conforme Rodrigues (2014), nas abordagens clássicas, o rural tem sido classificado como o espaço da agricultura, em oposição ao urbano, tido como o espaço da indústria. Além de ser o espaço da agricultura, o meio rural apresenta outras características, destacando-se: a relação direta dos seus habitantes com a

natureza, a baixa densidade populacional e o interconhecimento entre os seus habitantes.

No Brasil, o mundo rural pode ser cada vez mais moderno sendo ao mesmo tempo cada vez mais tradicional, isto é, reconstituindo e atualizando sua diferença como fonte de identidade e instrumento de afirmação e sobrevivência (MARTINS, 2014).

2.3.2 Produtividade na agricultura brasileira

Existem dois fatores envolvidos na discussão sobre a produtividade na agricultura: a produtividade da terra e a produtividade do trabalho, e ainda, uma terceira medida a ser considerada também é a produtividade total. A produtividade da terra é equivalente à renda bruta dividida pela área total, por outro lado, a produtividade do trabalho é entendida através a renda bruta dividida pelo número de trabalhadores (ALVES, 2015, p. 422 e 423).

Hayami e Ruttan (1975, p. 77) destacam a existência de grandes diferenças da produtividade agrícola entre países. Acreditam também na existência de um consenso quanto aos efeitos da produtividade, quanto a importância que o produto deve crescer a uma taxa relativamente rápida, para atender as demandas por alimentos e matérias-primas que tipicamente acompanham a industrialização e urbanização.

Conforme eles, alguns estudos classificaram as origens das diferenças de produtividade agrícola em três grandes categorias:

- Quantidade e qualidade de recursos disponíveis;
- Tecnologia incorporada no capital fixo e de trabalho;
- Capital humano incluindo educação, habilidades, grau de conhecimento, e a capacidade geral da população como um todo.

Para os autores, esta classificação pode ser considerada simplificada, mas representa um substancial avanço quando comparada a outras.

A partir dos anos 80, o crescimento da agricultura brasileira tem ocorrido em função de ganhos de produtividade (GASQUES e VILLA VERDE, 1990, p. 5). Gasques et al. (2008) realizaram estimativas sobre a produtividade no período de 1975 a 2005. Entre os fatores analisados no estudo, destacaram-se a produtividade da terra e a produtividade do trabalho nesse período, conforme a tabela 1:

Tabela 1 - Produtividade da agricultura anual (taxa de crescimento em %)

Produtividade da Agricultura	1980-1989	1990-1999	2000-2005
Produtividade do trabalho	3,20%	3,11%	5,81%
Produtividade da Terra	2,64%	2,06%	3,26%

Fonte: Elaboração própria a partir de Gaques et al. (2008).

A produtividade do trabalho e a produtividade da terra no período analisado apresentaram crescimento, principalmente a primeira. Segundo os autores, a produtividade do trabalho cresceu 5,81% ao ano e a da terra 3,26%. O aumento da produtividade do trabalho está relacionado, entre outros fatores, à sua qualificação. De acordo com eles, estudos recentes mostram que a mão-de-obra na agricultura vem passando por uma melhoria de qualificação.

Outro estudo, mais recente, sobre análise da produtividade no Brasil até 2007, confirmou o crescimento da produtividade brasileira ao longo dos anos, e concluiu “a produtividade no Brasil não só vem crescendo como é uma das que mais têm crescido no mundo” (GASQUES et al., 2011, p. 48).

Com isso, os autores mencionados acreditam que o crescimento da agricultura no Brasil vem sendo impulsionada pelos aumentos de produtividade da mão-de-obra, do capital e da terra, e os ganhos têm sido significativos.

Gasques et al. (2012) realizaram mais um estudo sobre a produtividade no Brasil, porém, estudando outras questões dentre as quais, destacou-se o efeito de políticas públicas sobre a agricultura. Concluíram que o crescimento da produtividade continuou situando o Brasil como um dos países que apresenta maiores crescimentos. Tais incrementos se devem, na opinião dos autores, por questões econômicas entre outras com políticas de incentivo a produção com custos mais baixos que outros países. Dada à importância, a produtividade torna-se um foco de política dos governos, através da utilização de instrumentos que contribuam e promovam o seu crescimento.

2.3.3 Agricultura Familiar

Existe uma dinâmica construída na produção e consumo da agricultura familiar e considera-se relevante para este estudo entender seu funcionamento para tratar de questões alimentares no meio rural. Isso porque, acredita-se que

essa realidade possua uma significativa influência na construção dos hábitos alimentares.

Embora o conceito de agricultura familiar possua contribuição de vários estudiosos e o processo de modernização esteja enraizado na construção do ambiente rural, considera-se a formação do conceito de agricultura familiar exposto pelo estudo conveniado de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que define a agricultura familiar:

[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 2000).

Neste caso, em síntese, entende-se a agricultura familiar como um trabalho realizado em sua totalidade por membros da família e numa propriedade particular, cuja gestão da produção e consumo fica a cargo da família.

Alexandre Chayanov (1974) destaca que a produção familiar é orientada para satisfação das necessidades e reprodução da família. Ou seja, acredita-se que a satisfação das necessidades e o bem-estar da família são fatores que direcionam a quantidade de trabalho a ser exercida na agricultura e não a lucratividade.

No que diz respeito às funções da agricultura familiar, Altafin (2007, p. 15) comenta que a agricultura familiar possui uma grande capacidade produtiva, contribuindo ativamente para o abastecimento do país mesmo com suas deficiências no acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas.

Em suas contribuições, destaca-se a autopromoção da segurança alimentar (com o apoio produtivo); geração de emprego como fator de melhoria social, sendo os estabelecimentos familiares os principais geradores de trabalho no meio rural; a função de preservação ambiental através do controle do processo produtivo e valorização da diversidade; a função sócio-cultural através do resgate do modo de vida associado à cultura, tradição e identidade, e desta forma, contribuir como um ator social para o desenvolvimento local (ALTAFIN, 2007, p. 15, 16 e 17).

O fortalecimento da agricultura familiar também está inserido como um dos eixos de políticas públicas de combate à fome e a insegurança alimentar, com estímulo a produção para o autoconsumo, cujo intuito é fazer com que os agricultores consigam gerar uma produção de alimentos que extinguem os problemas de deficiência produtiva, da fome da população local, produção com baixa qualidade entre outras questões (FOME ZERO, 2001).

2.3.4 Produção para o autoconsumo e a segurança alimentar na agricultura familiar

“A atividade econômica do campones é determinada pelo requisito de satisfação das necessidades da família e da unidade de produção.” (HERRERA, 2005, p.104). A autora entende que a unidade econômica camponesa ao mesmo tempo em que é unidade de produção e consumo torna-se uma característica fundamental para compreensão do seu comportamento econômico. Acrescenta ainda, que a atividade econômica do camponês é determinada pela busca da satisfação das necessidades da família e da unidade de produção. A autora compartilha de uma abordagem cuja importância desta prática na organização produtiva e econômica dos camponeses é destacada por Chayanov (1974), autor clássico das ciências sociais.

A produção para autoconsumo compreende todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são gerados no interior da unidade familiar e utilizados pelos seus membros para suprir suas necessidades. Nesse sentido, o autoconsumo alimentar pode ser definido como aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira, que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico, de acordo com as suas necessidades (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007).

Chimello (2010) explica que a produção para o autoconsumo é de fundamental importância para as pequenas propriedades, sendo uma forma de escape, a fim de minimizar os impactos de crises. As pequenas unidades de produção familiar, mesmo tendo passado por profundas transformações, ainda são responsáveis pela produção da maior parte dos alimentos, gerando trabalho à maioria da população que vive no meio rural.

Grisa et al. (2008) destaca que a produção para o autoconsumo e sua relação com a segurança alimentar, a pobreza rural e a autonomia da agricultura

familiar tem sido alvo das pesquisas mais recentes. Em concordância, Fontoura (2012) cita:

Dentre diversos estudos em relação a agricultura familiar, destacaram-se as pesquisas relacionadas ao autoconsumo (ainda que como tema pouco discutido na literatura brasileira), mostrando as vezes laços estreitos com a segurança alimentar ou com a pobreza rural. (p.62)

A autora ressalta que através da autoprodução de alimentos é possível contribuir para a segurança alimentar das famílias, sobretudo em função da qualidade de alimentos, visto que neste tipo de produção evita-se utilizar agroquímicos e segue-se com os hábitos alimentares e os saberes locais das comunidades.

2.4 Qualidade de Vida

Tratando-se sobre o meio rural, supõe-se que qualidade de vida (QV) possui indicadores que quando alcançados positivamente geram desenvolvimento rural.

Qualquer que seja a definição a respeito do nível de qualidade de vida deve-se considerar a promoção do bem-estar do ser humano. No que não se pode isolar, qualidade de vida de desenvolvimento, por se tratar de dois conceitos que não se excluem, ao contrário complementam-se e refletem o bem-estar da sociedade como um todo (SOUZA et al., 2004 p. 4).

Atendo-se a questão da qualidade de vida, embora bastante exposta em estudos acadêmicos, percebe-se que seu conceito é complexo e ainda está em construção. Por isto, devido às inúmeras definições que lhe são atribuídas, torna-se difícil pontua-la conceitualmente. “O único consenso é que a noção é ampla e que está em construção” (AZEVEDO, 2008). Para a autora, tentar definir com precisão e mostrar sua contribuição para o ser humano é uma tarefa arriscada e sempre polêmica.

De acordo com Minayo et al. (2000, p. 8) o termo qualidade de vida possui muitos significados, é abrangente, reflete conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em momentos diferentes, sendo uma construção social com a marca da relatividade cultural. Segundo os autores “qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial”.

Acrescenta ainda, a capacidade de agregação de elementos culturais que determinada sociedade considera como padrões de conforto e bem-estar. O WHO (1997, p. 1) define qualidade de vida como:

Percepção dos indivíduos da sua posição na vida no contexto da cultura e dos sistemas de valores em que vivem e em relação a suas metas, expectativas, padrões e preocupações. É um conceito abrangente afetado em uma maneira complexa pela saúde física da pessoa, estado psicológico, nível de independência, relações sociais, crenças pessoais e seu relacionamento com características salientes de seu meio ambiente (WHO, 1997, p. 1). (tradução da autora)

Em parte, os autores convergem quando consideram a cultura como um elemento importante para compreensão do conceito de qualidade de vida. Azevedo (2008 p. 7) explica que “conhecer e apontar aspectos de qualidade de vida de um determinado grupo passa, obrigatoriamente, por revelar e apreender a dinâmica cultural do meio onde vive essa população e que a define como única”.

No meio rural, Pessoa (2014, p. 42) descreve a qualidade de vida como reflexo do padrão produtivo, ao determinar mudanças significativas na saúde social e ambiental dos agricultores.

Em se tratando de analisar a qualidade de vida no meio rural, onde a atividade na agricultura é considerada a principal característica do meio, é importante enfatizar a modernidade na agricultura nesse processo. Assim sendo, alguns estudos trazem importantes contribuições para esta reflexão sobre a qualidade de vida no meio rural.

Schneider et al. (2006) em seu estudo sobre as diferenças das famílias pluriativas e monoativas com relação às variáveis socioeconômicas, onde se inseriu uma análise da qualidade de vida, iniciou seu pensamento assumindo que qualidade de vida não possui um consenso conceitual e pode ser abordada de diversas formas, variando conforme o pesquisador, o grupo pesquisado ou até mesmo a área de conhecimento onde se elabora o estudo. Desta forma, Schneider e colaboradores utilizaram como eixos de qualidade de vida as condições de material (acesso a bens e equipamentos) de vivência e as percepções dos indivíduos (a maneira como interpretam e se relacionam com as condições de vida materiais).

Asmus (2004) também trouxe uma relevante contribuição para o estudo da qualidade de vida no meio rural através do estudo “Qualidade de Vida na Agricultura Familiar”. Segundo a autora:

A qualidade de vida (QV) de uma população reflete tanto as circunstâncias de vida nas quais essa população está inserida, quanto à forma com que as mesmas são percebidas por seus indivíduos. A primeira se constitui objeto da análise objetiva e a segunda da análise subjetiva. Assim, minhas hipóteses ganharam corpo. A avaliação da qualidade de vida de uma comunidade rural deve ser multidimensional, deve incorporar tanto o eixo objetivo quanto o subjetivo. Ademais, deve considerar diversas dimensões e, nestas distintas variáveis. Algumas são mais importantes do que outras na formulação de políticas públicas, que não pode ignorar a variedade de situações que encontramos no âmbito das comunidades rurais, refletida em sua qualidade de vida (ASMUS, 2004, p. 19).

O conceito de qualidade de vida utilizado por ela foi a partir dos eixos subjetivo e objetivo da qualidade de vida agregados a várias dimensões: bem-estar material, saúde, produtividade (ou trabalho), segurança e bem-estar emocional, ambiente e educação. Asmus (2004) tratou o eixo objetivo como medidas culturalmente importantes para o bem-estar e o eixo subjetivo como a satisfação promovida pelas dimensões e a avaliação da sua importância para o indivíduo.

Outro estudo envolvendo a qualidade de vida no meio rural que traz importantes contribuições foi elaborado por Azevedo et al. (2011). No intuito de articular a qualidade de vida e a Agricultura Familiar Orgânica, o estudo de caso na Associação de Agricultores da Encostas de Serra Geral (AGRECO) em Santa Catarina, buscou conhecer as possíveis repercussões da adoção de um sistema de produção orgânico sobre a qualidade de vida de agricultores familiares. Os autores relataram que o estudo ajudou a elucidar a complexidade do conceito de qualidade de vida no meio rural. Os autores deste estudo consideram:

[...] AF tem se mostrado expressiva para embasar um conjunto de estratégias voltadas a promover a qualidade de vida no campo. Pensar sobre qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica implica no estreitamento das relações no mundo rural e na percepção da importância de se construir, nesse meio, uma realidade que não se restrinja às atividades produtivas (AZEVEDO et al., 2011, p. 82).

Os eixos analisados sobre a qualidade de vida utilizados no estudo foram apoiados na afirmativa de Minayo et al. (2000) já mencionado, e adotou como domínios alguns instrumentos para medir qualidade de vida estabelecidos pela OMS. Desta forma o estudo destacou como categorias qualidade de vida e

aspectos de saúde humana, qualidade de vida e aspectos ambientais, e por última, modo de vida orgânico. Vale ressaltar as seguintes considerações de Azevedo et al. (2011, p. 104):

O estudo apontou a importância de considerar a inter-relação dos aspectos objetivos e subjetivos nos estudos de qualidade de vida de uma população. Essas inter-relações são dificilmente percebidas quando se avalia qualidade de vida por meio de índices e indicadores. A pesquisa qualitativa interdisciplinar aparece como um instrumento efetivo para explorar a complexidade das relações encontradas no contexto de pesquisa em qualidade de vida no mundo rural.

Partindo desse pensamento, a investigação qualitativa é apontada como um instrumento relevante e estratégico, pode-se assim dizer, para estudos sobre qualidade de vida no meio rural, no sentido da profundidade que pode ser alcançada sobre o tema que por sua vez é bastante complexo.

De um modo geral, sobre qualidade de vida Minayo et al. (2000, p. 10) pontua:

O patamar material mínimo e universal para se falar em qualidade de vida diz respeito à satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: alimentação, acesso a água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer; elementos materiais que têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva

Utilizar-se-á aqui, para analisar as contribuições do Programa Bolsa Família na qualidade de vida das famílias rurais, um recorte do entendimento de QV adotado por Minayo et al. (2000) referente a satisfação das necessidades como quesito alimentação, inferindo que a alimentação é uma necessidade e que portanto deve ser atendida; a dimensão de QV “trabalho e atividades produtivas” pontuados por Asmus (2004), com adaptações para a realidade da presente pesquisa, retratando que ganhos na produção e renda no trabalho agrícola geram satisfação e bem estar com o trabalho, e também, observar possíveis investimentos na propriedade; outra variável de QV também destacada por Asmus (2004), é a que implica em melhores condições de trabalho. Tais variáveis, de modo geral, encontram-se destacadas no quadro 1:

Quadro 1 - Termos sobre qualidade de vida utilizados na pesquisa

PBF e Qualidade de vida das famílias rurais		
Dimensão do conceito de qualidade de vida	Variáveis utilizadas	Autor
Satisfação das necessidades – quesito alimentação	Alimentação	Minayo et al. (2000)
Trabalho e atividades produtivas	Produção de renda	Asmus (2004)
Trabalho e atividades produtivas	Tecnologia agrícola	Asmus (2004)

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

A partir das referências citadas vis-à-vis respectivas considerações sobre qualidade de vida, destacou-se como variáveis para representar qualidade de vida na execução desta pesquisa, a alimentação – composição da cesta de alimentos da família e autoconsumo da produção; a produção e a renda – mensuração da produção e da renda; e por fim, a tecnologia de produção – para verificar investimentos no trabalho por meio da aquisição de equipamentos. Todas variáveis foram adaptadas para a realidade da atual pesquisa, utilizando-se de indicadores se adequassem as condições do estudo e os seus objetivos.

Assim, propôs-se, que a noção de qualidade de vida no meio rural, tanto em seu caráter objetivo como subjetivo, signifique ter acesso a uma alimentação satisfatória em termos de quantidade e qualidade, obtenção de ganhos na produção e renda a partir de atividades produtivas moderadas conforme o perfil do trabalhador rural, e ter melhores condições de trabalho com a aquisição de equipamentos.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia do Estudo

Esta pesquisa caracteriza-se pela abordagem mista de caráter descritiva. A escolha da abordagem mista justifica-se a partir da natureza dos dados coletados na pesquisa de campo, que trouxeram elementos cuja profundidade demanda uma reflexão acerca da realidade do ambiente e dos atores em estudo, a partir de um olhar esboçado para compreensão do objeto de estudo em questão, em seu contexto social, cujas representações também demandam exposições quantitativas.

O objeto de estudo é o Programa Bolsa Família, o qual faz parte de uma política social atuante há mais de 10 anos no Brasil. Pretendeu-se com a abordagem mista analisar a atuação deste programa no meio rural descrevendo os efeitos na qualidade de vida das famílias, cujos dados coletados permitiu aprofundar a questão básica dessa pesquisa.

[...] a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação. Somente os índices é que são retidos de maneira não frequencial, podendo o analista recorrer a testes quantitativos: por exemplo, a aparição de índices similares em discursos semelhantes. Em conclusão, pode-se dizer o que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a inferência - sempre que é realizada - ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc!), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual (BARDIN, 2016, p.146).

Quantitativamente utilizou-se a estatística descritiva e exposição de gráficos em paralelo com a abordagem qualitativa, pois em concordância com Bardin (2016), os índices construídos não foram analisados como fatos isolados, mas utilizados como fundamentação em temas e categorias, contribuindo para as reflexões sobre o objeto de estudo.

Para responder aos objetivos, determinou-se variáveis que permitiram obter informações claras e precisas sobre o que é abordado em cada objetivo específico, delimitando então o campo de estudo que, por consequência, responde ao objetivo geral do trabalho. As variáveis analisadas foram: alimentação, produção e tecnologia.

3.2 Local de pesquisa e público alvo

Inicialmente foram previstos quatro municípios para realização da pesquisa e destes foi selecionado apenas um conforme os critérios: acessibilidade, disponibilidade técnica e proximidade com a capital pernambucana. Com o auxílio de técnicos do IPA⁷, seguindo os critérios estabelecidos, destacaram-se os municípios: Abreu e Lima, Ilha de Itamaracá, Moreno e Paulista.

Após a análise do perfil de cada município, foram destacadas informações relevantes para a pesquisa, dentre elas: população total, população rural, beneficiários do PBF total e beneficiários do PBF rurais, conforme apresentado no quadro 2:

Quadro 2 - Informações sobre os municípios

Município	População Total estimada	População Rural	Total de beneficiários do PBF	Quantidade de famílias rurais beneficiadas
Abreu e Lima	98.990	7.804	12.194	194
Ilha de Itamaracá	25.346	4.891	3.440	9
Moreno	62.119	6.499	8.711	88
Paulista	325.590	- *	29.743	19

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do BDE (2016 e 2017) e SAGI (abril/2017).

*Não foi encontrado informações.

Após a análise inicial para a escolha do município, optou-se por Moreno/PE (Figura 1), pois além de se enquadrar nos critérios pré-determinados para a pesquisa, apresenta um percentual de famílias rurais beneficiárias mais aproximado à quantidade total dos beneficiários no município.

⁷ Instituto Agrônômico de Pernambuco

Figura 1 - Município de Moreno/PE

Fonte: IBGE Cidades (2017).

O município selecionado (Moreno) está localizado na Mesorregião Metropolitana de Recife. Com base no Relatório do Bolsa Família (Anexo 1) em setembro de 2017 Moreno possui 14.430 famílias inseridas no Cadastro Único, destes, 9.246 famílias são contempladas com o PBF, representando um grande alcance de famílias pobres beneficiadas no município (SAGI, 2017).

O relatório também mostra a quantidade de famílias rurais beneficiárias no mês de setembro de 2017. A partir das informações extraídas do relatório (Anexo 1) foi definido que a amostra utilizada neste estudo seria representada por 23 beneficiários do meio rural, totalizando 26% da população beneficiária do município (quadro 3).

Quadro 3 - Classificação da amostra

Município	Nº de famílias beneficiárias	Amostra
Moreno	88	23
Total da amostra = 23 = 26,13% da população		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SAGI (agosto/2017).

A amostra determinada (=23 elementos da população) representa uma proporção de $\approx 26\%$ da população e, como seus elementos foram escolhidos por sorteio, a expectativa é de que o número de entrevistadas represente fidedignamente a população em estudo correspondente a 88 elementos. Considera-se, portanto uma amostra representativa.

De fato, de uma população de 88 elementos, tomando-se 26% desta, tem-se representatividade garantida, pois $\frac{1}{4}$ da população se acha representada e, portanto a afirmativa se aplica.

De acordo com o PBF, estão incluídas no número de famílias que fazem parte do grupo de meio rural as famílias de agricultores, famílias assentadas de reforma agrária, famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário, e as famílias acampadas. Esta última representa o maior percentual de beneficiários do meio rural inscritos e beneficiários do PBF (Quadro 4).

Quadro 4 - Grupos representantes do meio rural no PBF

Grupos do meio rural		
Famílias	Nº de famílias cadastradas	Nº de famílias beneficiárias
Agricultores Familiares	10	9
Assentadas de Reforma Agrária	22	8
Beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário	0	0
Acampadas	262	71
Total	294	88

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SAGI (agosto/2017).

O local de realização da pesquisa em Moreno foi o Assentamento Jardim (Figura 2). O assentamento foi escolhido devido sua proximidade com a cidade, sua acessibilidade, e por conter muitos beneficiários do PBF, segundo dados da liderança da Associação e a equipe técnica do IPA que acompanhou as visitas ao assentamento por ocasião da realização da pesquisa de campo.

Figura 2 - Foto do Assentamento Jardim



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O público alvo do estudo foram mulheres beneficiárias do PBF que residam em áreas rurais. Como a pesquisa ocorreu no Assentamento Jardim, todas as mulheres entrevistadas residiam neste Assentamento. A escolha das mulheres como público alvo justifica-se por ser uma preferência do programa que o cadastro seja realizado com mulheres maiores de 16 anos. “A inscrição no Cadastro Único deve ser feita por uma pessoa da família, chamada de Responsável Familiar, que precisa ter pelo menos 16 anos e, preferencialmente, ser mulher” (PORTAL BRASIL, 2017), e também, porque as mulheres normalmente são titulares e administradoras do benefício na família (BRASIL, 2013; MOCELIN, 2011).

Desta forma entendeu-se que as mulheres seriam mais adequadas para responder aos questionamentos da pesquisa que envolve perguntas sobre o benefício e administração do mesmo tanto na alimentação da família como na atividade produtiva no campo, visto que as mesmas comumente já realizam o cadastro da família no referido Programa.

3.3 Procedimentos de coleta de dados

3.3.1 Pré-Teste das entrevistas

Previamente, visitou-se o assentamento para observação e organização do procedimento de entrevistas e foram aplicadas três entrevistas com beneficiários do Assentamento Jardim, o próprio local de pesquisa, numa escola localizada no interior do assentamento, no turno da manhã. O intuito do pré-teste foi analisar se os questionamentos produzidos respondiam ao objetivo central do estudo, avaliar o tempo das entrevistas e também, verificar se a linguagem das perguntas estava compreensível aos entrevistados. O roteiro da entrevista foi composto por 40 questões divididas em 4 blocos, em sua maioria abertas (apêndice A).

Após a aplicação do pré-teste, todo o roteiro de entrevista foi reformulado, e a escolha do local e horário das entrevistas também foi revisto.

3.3.2 Aplicação das entrevistas

Com a reformulação do roteiro de entrevista após o pré-teste, eliminou-se algumas questões e acrescentou-se outras. Como consequência o formulário ficou mais objetivo com a predominância de perguntas fechadas. Desta forma, o formulário de entrevista foi composto de 38 questões, divididas em 4 blocos, distribuído da seguinte forma: bloco 1 – Características pessoais; bloco 2 – Bolsa Família e alimentação; bloco 3 – Bolsa Família e tecnologia agrícola; bloco 4 – PBF e produtividade na agricultura.

O local para realização das entrevistas foi escolhido com o auxílio do presidente da associação do assentamento, onde foi possível reunir as 23 mulheres beneficiárias do programa, na Associação dos moradores do assentamento Jardim (Figura 3), no período da tarde.

Figura 3 - Associação dos Moradores do Assentamento Jardim



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Antes do início das entrevistas, foi realizada uma breve explicação do objetivo e finalidade da pesquisa, a relevância da participação das entrevistadas e o retorno dos resultados que seria dado as entrevistadas em momento oportuno.

Cada entrevista durou em média 15 a 25 min e com o auxílio de 2 entrevistadoras (pessoas treinadas e conhecedoras dos objetivos do trabalho) foram realizadas 23 entrevistas com mulheres beneficiárias do programa residentes do Assentamento Jardins em Moreno/PE.

O formato da entrevista (todas numa mesma tarde) foi escolhido para evitar possíveis interferências de uma entrevistada sobre outra, aumentando-se, desta forma, a fidelidade das informações prestadas, em particular no que concerne a isenção.

3.4 Método de análise dos dados

Ao longo do percurso constitutivo da avaliação de políticas e programas sociais, segundo Silva e Barros (2015), a incorporação de abordagens qualitativas, ao contrário de estabelecer um campo homogêneo nas pesquisas avaliativas, veio ampliar o espaço e o caráter multidisciplinar das análises. Diante disto, considerou-se tratar os resultados com uma abordagem mista, reconhecendo a importância da análise de conteúdo e de discurso no âmbito qualitativo, sem descartar, por outro lado, as mensurações e quantificações dos resultados.

Os dados obtidos com a realização da entrevista em pesquisa de campo foram analisados sistematicamente, de acordo com os objetivos propostos. A intenção na coleta de dados foi detectar possíveis diferenças e contribuições na qualidade de vida da família do campo após o incremento do PBF, para isso as informações colhidas referem-se a dois momentos distintos: antes e depois do recebimento do benefício.

As variáveis selecionadas possibilitaram mensurar e avaliar o fenômeno em estudo. Com efeito, organiza-se uma matriz de análise de dados demonstrando-se a pertinência da variável e a sua contribuição para o cumprimento do objetivo da pesquisa em questão (Quadro 5).

Quadro 5 - Matriz de análise dos dados

Objetivo Geral: Analisar os efeitos do Programa Bolsa Família na qualidade de vida via alimentação das famílias rurais beneficiárias e sobre a produção das explorações agrícolas.	
Variáveis selecionadas	Indicadores/unidades de registro
Alimentação	Alimentos participantes da cesta alimentar; Mudanças na alimentação das famílias; Produção e autoconsumo
Produção	Quantidade produzida por área Condições de trabalho na produção Renda do trabalho a luz da tecnologia
Tecnologia	Acesso a equipamentos e insumos com recursos do PBF Trabalho na agricultura com recursos do PBF

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Na avaliação, as informações foram consideradas a partir da análise de conteúdo e da análise do discurso. Previamente descreveu-se as variáveis selecionadas para coleta dos dados e em seguida determinou-se indicadores/unidades de registro, que são as palavras-chave que se assemelham as variáveis selecionadas.

As respostas obtidas no formulário foram avaliadas quanto ao conteúdo e qualidade, buscando extrair delas à essência que se enquadra na finalidade do estudo, por isso julgou-se relevante as análises de conteúdo e do discurso.

Posteriormente, a partir das unidades de registro destacadas, realizou-se uma categorização das respostas, através de agrupamentos. As categorias destacadas foram: Segurança Alimentar; renda, trabalho e quantidade produzida; investimentos na propriedade. Com as categorias estabelecidas realizaram-se as análises e interpretações dos resultados focando-se as discussões sobre o fenômeno estudado vis a vis a literatura, pertinente, de modo a confirmar ou não as respostas ao objetivo proposto. Em síntese, a estrutura da análise dos dados ocorreu conforme é mostrado na figura 4:

Figura 4 - Estrutura da análise dos dados

Fonte: Elaboração própria, 2017.

A quantificação aconteceu através das representações gráficas, alguns cálculos de média na exposição dos resultados e apresentação da frequência do número de respostas (n), possibilitando mensurar os dados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização das beneficiárias rurais do Bolsa Família de Moreno/PE

As beneficiárias entrevistadas têm idade entre 21 e 56 anos. A maioria das entrevistadas possui dois filhos e apenas uma declarou ter sete filhos, sendo este o maior número de filhos registrado na pesquisa. Outra beneficiária declarou não ter filhos. Em média, agrupando as beneficiárias por idade, as mulheres de 21 a 33 anos e as de 46 a 56 anos possuem dois filhos, e as mulheres de 34 a 45 anos tem em média três filhos (Tabela 2).

Tabela 2 - Média de filhos por idade

IDADE	NÚMEROS DE FILHOS (EM MÉDIA)
21 a 33 anos	2 filhos
34 a 45 anos	3 filhos
46 a 56 anos	2 filhos

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Quanto ao estado civil e a escolaridade, a maior parte das beneficiárias declarou ser solteira, correspondendo a 56,52% e sem escolaridade⁸, 21,73%. Também entre as solteiras, 13,04% tem ensino fundamental completo e a mesma porcentagem tem o ensino médio completo. Esse grupo do estado civil é o que apresenta o maior percentual de escolaridade fundamental e médio completo, representando um total de 26,08% em contraponto ao maior número sem escolaridade (Tabela 3).

⁸ Mulheres que nunca frequentaram a escola e são analfabetas.

Tabela 3 - Distribuição do estado civil e escolaridade

ESTADO CIVIL E ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	% ESTADO CIVIL	% ESCOLARIDADE
CASADO	7	30,43	
ENSINO FUNDAMENTAL	2		8,69
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	2		8,69
ENSINO MÉDIO	1		4,34
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	1		4,34
SEM ESCOLARIDADE	1		4,34
OUTROS	2	8,69	
ENSINO FUNDAMENTAL	1		4,34
SEM ESCOLARIDADE	1		4,34
SOLTEIRO	13	56,52	
ENSINO FUNDAMENTAL	3		13,04
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	2		8,69
ENSINO MÉDIO	3		13,04
SEM ESCOLARIDADE	5		21,73
VIÚVA	1	4,36	
SEM ESCOLARIDADE	1		4,34
Total Geral	23	100	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Em relação ao número de pessoas que fazem parte da família, definida como aqueles integrantes da família que residem juntos, as famílias estão distribuídas entre sete e duas pessoas na mesma residência (Tabela 4).

Tabela 4 - Quantidade das pessoas que fazem parte da família

Quant. de pessoas na casa	n
2	5
3	6
4	5
5	3
6	2
7	2
Total Geral	23

Fonte: Pesquisa de campo, 2017

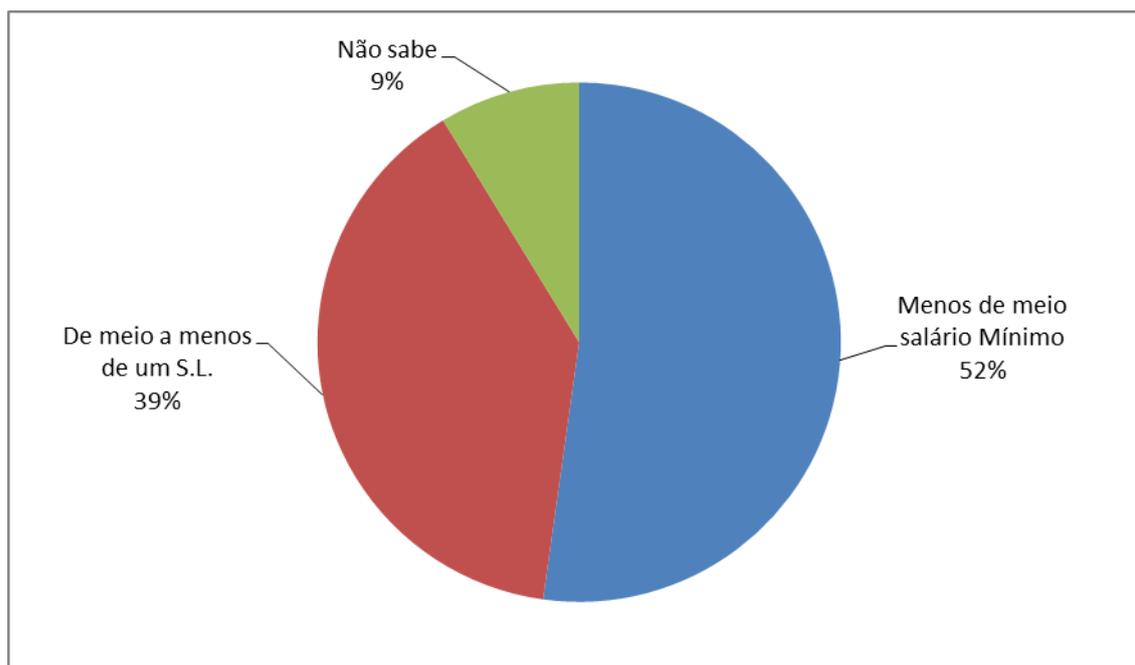
Outra questão importante relacionada ao perfil das famílias entrevistadas é referente à prática de atividades fora da propriedade e o acesso ao crédito. Apenas uma entrevistada declarou ter recebido crédito. Por outro lado, segundo a maioria das entrevistadas, não existem pessoas trabalhando fora da propriedade, ou seja, a maioria da população representada neste estudo são famílias que trabalham apenas na propriedade agrícola e que não receberam nenhum crédito ou financiamento (tabela 5).

Tabela 5 - Distribuição do quantitativo das respostas sobre recebimento de crédito ou financiamento e se trabalha fora da propriedade

RECEBEU CRÉDITO/FINANCIAMENTO (frequência das repostas)	ALGUÉM TRABALHA FORA DA PROPRIEDADE (frequência das repostas)	RESPOSTAS
22	19	NÃO
--	1	SEM RESPOSTA
1	3	SIM
23	23	Total Geral

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

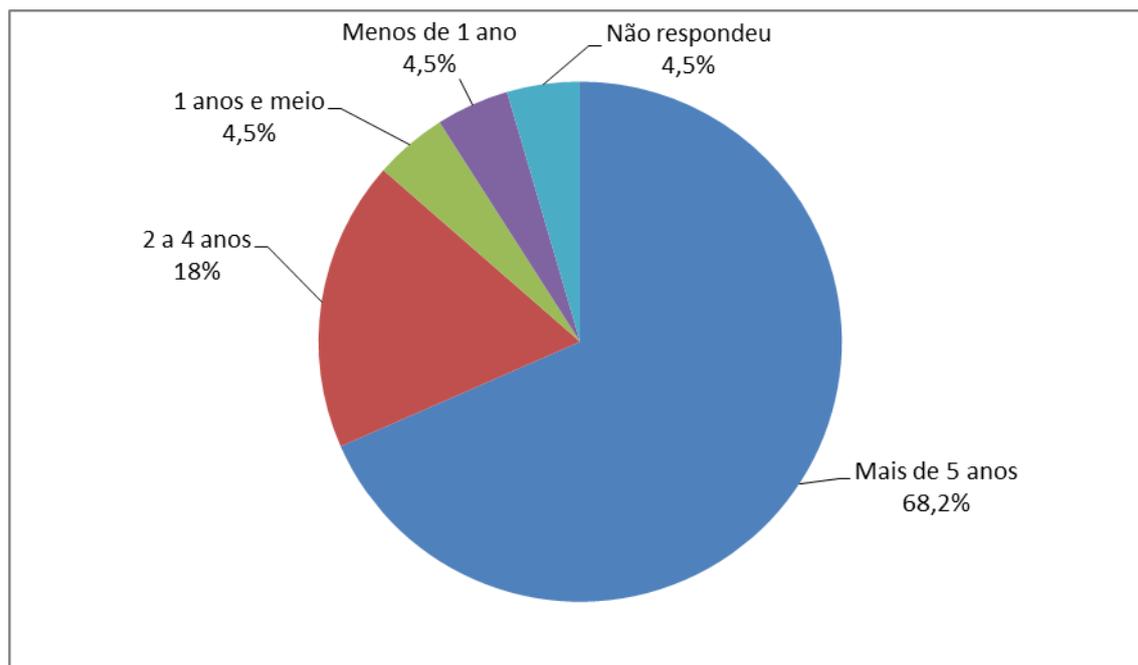
Um fator muito importante e determinante para recebimento do benefício é a renda familiar. A mesma é usada como critério de elegibilidade e responsável por enquadrar as famílias nos perfis de pobreza e extrema pobreza. Pela relevância da questão para o PBF, fez-se importante a inclusão de questionamento sobre a renda familiar no conjunto das questões que caracterizam o perfil das famílias, sem comprometê-las com relação ao recebimento do Bolsa Família. A renda familiar das famílias entrevistadas é distribuída conforme descrito no gráfico 1:

Gráfico 1 - Perfil da renda familiar das famílias beneficiárias

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A renda familiar de 52,2% da população estudada é de menos de meio salário mínimo. Outra parte, também representativa, 39,1% tem uma renda familiar de meio a menos de um salário mínimo. Por fim, uma pequena parcela 8,7% não soube responder à pergunta. Pode-se dizer, a partir desse resultado, que as famílias representadas neste estudo têm uma renda familiar que não alcança um salário mínimo. É importante ressaltar que está incluso na renda familiar o benefício do Bolsa Família juntamente com a renda do seu trabalho no campo.

Sobre o tempo que as famílias recebem o benefício do Bolsa Família, a maior parte da população estudada apontou que recebe a mais de cinco anos, totalizando 68,2% das entrevistadas. Por outro lado, em número de 18% recebem o benefício entre dois e quatro anos. Em percentuais menores, 4,5% citaram um ano e meio, 4,5% menos de um ano e 4,5% não responderam (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Tempo que as famílias recebem o PBF

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Para finalizar o perfil das famílias que compõem a amostra deste estudo, buscou-se saber o valor do benefício que é recebido pelas famílias. O valor do benefício varia de R\$80 como o menor valor a R\$522,00 como o maior valor recebido por uma família (Tabela 6).

Tabela 6 - Valor do benefício do PBF distribuído as famílias pesquisadas no município de Moreno/PE

<i>Valor do benefício R\$</i>	<i>N° de famílias</i>
80	1
85	1
87	2
100	1
124	2
140	1
155	1
163	1
170	1
171	1
195	1
202	1
209	1
217	1
257	1
262	1
269	1
500	1
511	1
522	1
590	1
Total Geral	23

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Os valores do benefício são variados devido às famílias terem perfis de renda e composição familiar diferente caracterizando-as como pobres ou extremamente pobres no Programa. Selecionando as três últimas questões – tempo que recebe o PBF, a renda familiar e valor do benefício e agrupando-as em um quadro (quadro 6), tem-se um retrato dos benefícios aferidos pela população estudada em contraponto ao perfil das famílias beneficiárias quanto ao período que estão inseridas no Programa e renda familiar.

Quadro 6 - Tempo que recebe o PBF, renda familiar e valor do benefício das famílias pesquisadas

TEMPO QUE RECEBE O BENEFÍCIO	RENDA FAMILIAR	O VALOR DO SEU BENEFÍCIO R\$ (SOMADOS)
1 ANO DE MEIO	NÃO SABE	100
2 A 4 ANOS	DE MEIO A MENOS DE 1 SALÁRIO MÍNIMO	155
	MENOS DE MEIO SALÁRIO MÍNIMO	590
MAIS DE 5 ANOS	DE MEIO A MENOS DE 1 SALÁRIO MÍNIMO	2372
	MENOS DE MEIO SALÁRIO MÍNIMO	1300
	NÃO SABE	87
MENOS DE 1 ANO	MENOS DE MEIO SALÁRIO MÍNIMO	269
SEM RESPOSTA	MENOS DE MEIO SALÁRIO MÍNIMO	85
	MENOS DE MEIO SALÁRIO MÍNIMO	262

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Percebe-se com esse cruzamento de informações, que somam um alto valor de benefícios as famílias que recebem há mais de cinco anos e tem uma renda familiar de meio a menos de um salário mínimo, que totalizou R\$2.372. Mas, por outro lado, as famílias que têm uma renda familiar de menos de meio salário independente do tempo de recebimento, são as que somando os valores, totalizam o maior valor de benefícios. Isso comprova que as famílias com uma renda familiar menor estão recebendo valores maiores, como propõe o Programa. Além disso, visualiza-se a partir do quadro que as famílias rurais que estão sendo beneficiadas têm uma renda familiar abaixo de um salário mínimo.

É possível destacar do quadro 6 que as famílias beneficiárias encontram-se em situação de pobreza e extrema pobreza, supondo que estão enquadradas nos critérios do Bolsa Família quanto ao perfil de renda. Também chama-se atenção para o período que a maioria recebe o benefício (cinco anos). Isto pode representar uma dependência do PBF no complemento da renda familiar, um fator que não condiz com a proposta do Programa de retirar as famílias da situação de vulnerabilidade social que se encontram ao entrarem no PBF.

4.2 Bolsa Família e seus efeitos sobre a alimentação e qualidade de vida sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional

Philippi (2015) compreende que a qualidade de vida está associada ao que é desejável, bom, saudável e compensador no aspecto pessoal, social afetivo e profissional. Acrescenta ainda, que a junção de todas as áreas, e o reconhecimento da alimentação como o fator primordial na promoção da saúde, são condições para se alcançar qualidade de vida.

Não obstante, acatando-se a importância da alimentação no contexto da qualidade de vida exposto por Philippi (2015), acrescenta-se também as contribuições de Minayo et al. (2000) sobre qualidade de vida, quando propõe que o conceito seja entendido como um padrão determinado pela sociedade que se mobiliza para conquistar através de políticas públicas e sociais que induzem e dirigem as mudanças positivas no modo, nas condições e nos estilos de vida.

Tendo-se os referenciais de qualidade de vida referidos, para pontuar sua existência a partir da atuação de programa social, verificou-se as mudanças no modo e nas condições de vida. E, por se tratar de alimentação, procurou-se encaixar a discussão no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), entendendo-se esta como um direito não só ao acesso ao alimento, mas também a outras questões:

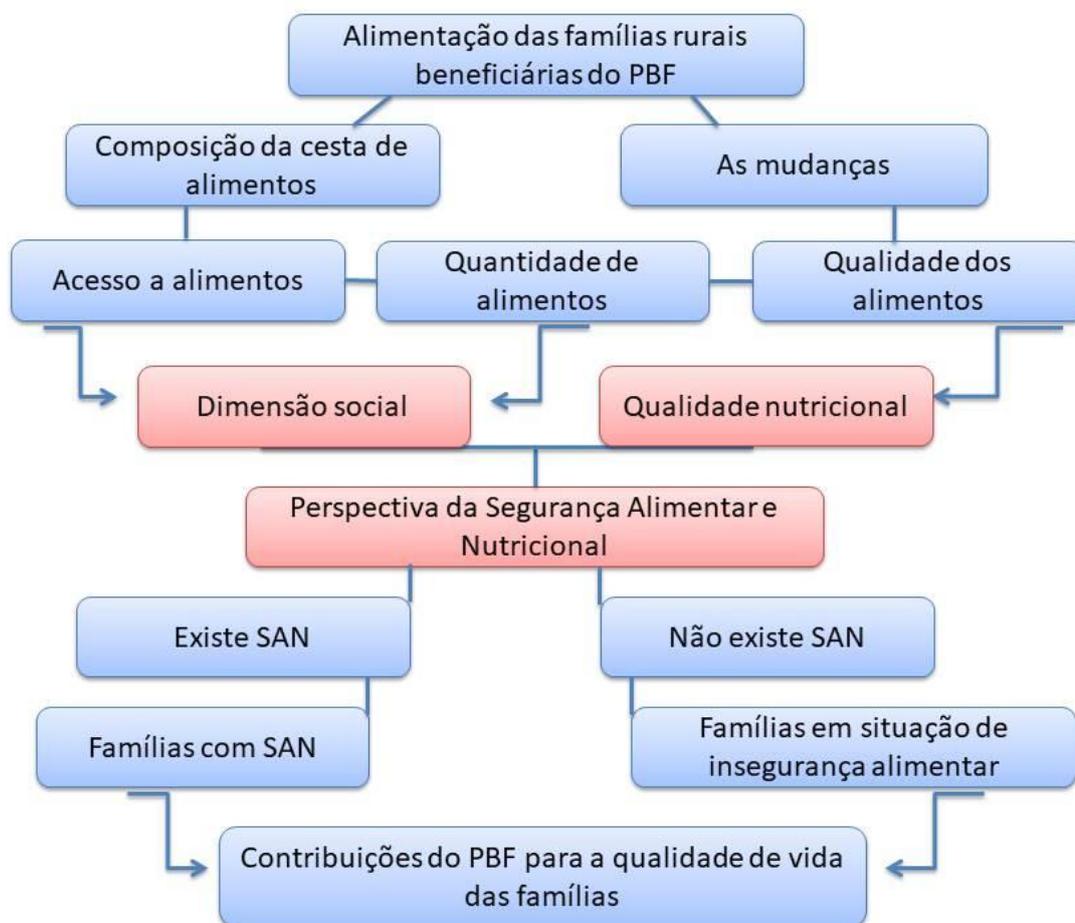
A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, CASA CIVIL, 2006).

Atentando para os pilares: acesso, quantidade suficiente e qualidade dos alimentos, extraídos do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, buscou-se conhecer e discutir sobre a realidade da alimentação das famílias rurais beneficiárias do PBF de Moreno/PE.

Entendendo a amplitude do estudo, e mais precisamente no que diz respeito à intensidade do conceito de segurança alimentar e Nutricional, a análise buscou interpretar os dados com um olhar sobre SAN atentando para as fragmentações do conceito, ou seja, observou-se os indicadores de alimentação propostos, considerando as dimensões do conceito de segurança alimentar no

sentido nutricional (qualidade da alimentação) e social (quantidade e acesso). Desta forma, esta análise destaca fatores nutricionais e sociais de forma paralela, para se conseguir um resultado que pontua a existência ou não da qualidade de vida a partir de um olhar sobre a SAN (figura 5).

Figura 5 - Estrutura da análise dos efeitos do PBF sobre a alimentação



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Conhecer os alimentos que fazem parte da cesta das famílias ou popularmente conhecido como feira⁹, foi o ponto de partida para esta análise. Buscou-se então, saber das famílias quais alimentos são comprados por elas no ato da feira.

O estudo do consumo alimentar de uma população tem gerado uma série de informações que, de certa forma, refletem a organização social, uma vez que a alimentação constitui necessidade prioritária em qualquer sociedade. (ROMENI et al., 1986)

⁹ Ato de fazer compras no mercado

Neste sentido, constatou-se que a cesta de alimentos das famílias rurais entrevistadas é composta de alimentos variados conforme mostrado na tabela 7.

Tabela 7 - Participação dos alimentos na cesta de consumo das famílias beneficiárias e o grupo do alimento

Alimentos	n	Grupo do alimento
Feijão	18	Proteína
Arroz	17	Carboidrato
Fubá	17	Carboidrato
Macarrão	16	Carboidrato
Café ¹⁰	5	-
Leite	5	Proteína
Carne	4	Proteína
Bolacha e biscoito	4	Carboidrato
Macaxeira	4	Carboidrato
Batata	4	Carboidrato
Açúcar	3	Carboidrato
Farinha	3	Carboidrato
Vinagre e óleo	3	Óleos e gorduras
Frango	2	Proteína
Salsicha	2	Proteína
Maça	1	Carboidrato
Banana	1	Carboidrato
Inhame	1	Carboidrato
Aveia	1	Fibras
Creme para fazer papa	1	Carboidrato

Fonte: Pesquisa de campo (2017) e Brasil/ME/SEB (2007).

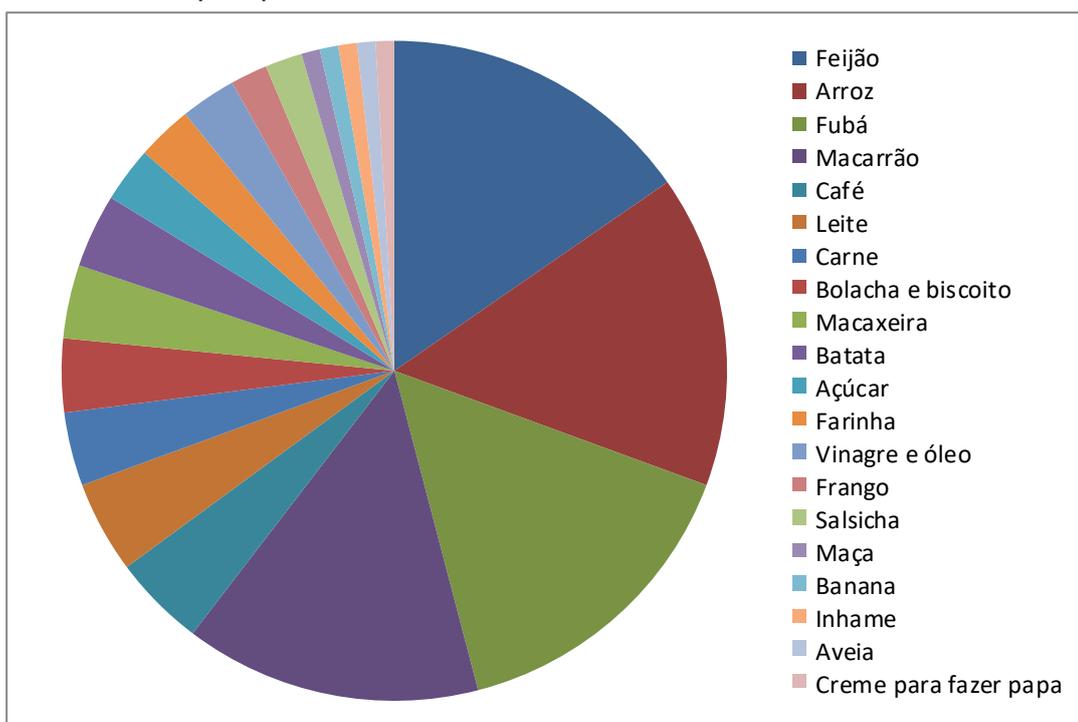
Com base nos dados apresentados percebe-se que os alimentos mais frequentes na composição da cesta alimentar das beneficiárias é o feijão, o arroz, o fubá e o macarrão. Estes alimentos são classificados como carboidratos (arroz,

¹⁰ O café é considerado um alimento neutro, com teor calórico desprezível e por esse motivo não foi classificado em nenhum grupo de alimento (PHILIPPI et al., 1999). É uma bebida produzida a partir de grãos torrados e seu valor nutricional vai depender do teor de cafeína presente e da forma de consumo, com adição de açúcares ou adoçantes, leite, etc.

macarrão e fubá) e proteínas (feijão). Os demais alimentos, de baixa frequência na cesta de consumo, estão classificados como carboidratos, proteínas, lipídeos e fibras.

Ao representar estes alimentos através de um gráfico é possível visualizar e comparar o quanto o feijão, o arroz, o fubá, e o macarrão se destacam proporcionalmente na cesta de alimentos das famílias beneficiárias dos demais alimentos citados (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Proporção dos alimentos na cesta alimentar das famílias beneficiárias pesquisadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Desta forma, com base na proporção dos alimentos que compõe a cesta alimentar, ou seja, aqueles inseridos no momento da compra, considera-se que a alimentação das famílias beneficiárias é rica em carboidratos e proteínas.

Em termos de saúde, os carboidratos têm uma importante função na produção de energia, sendo utilizados pelos músculos para prática de movimentos, conforme afirma a Cartilha de Alimentação Saudável e Sustentável do Ministério da Educação (BRASIL/ME/SEB, 2007). Por isso é um nutriente importante na realização de atividades físicas, por fornecer energia para as atividades do cotidiano. Como o trabalho no campo exige muito esforço físico, entende-se que tal

fato justifique a presença significativa de carboidratos na alimentação das famílias beneficiárias do campo.

Os glicídios ou carboidratos são nutrientes combustíveis do nosso corpo, pois produzem energia e calor, efetuando todos os processos biológicos. Estão presentes em abundância na alimentação e podem ser armazenados pelo organismo, podendo ser utilizados quando houver necessidade. Podem ser encontrados no açúcar, farinhas (pães, macarrão), batata, cereais, leguminosas, vegetais, frutas e arroz. Todo carboidrato depois de ingerido é transformado em glicose (SONATI et al., 2017, p. 14)

Por outro lado, associadas também ao fator de desenvolvimento do corpo estão às proteínas. Estes alimentos inclusos em pequena proporção na alimentação das famílias beneficiárias. São nutrientes essenciais para a formação de células e tecidos e permitem o crescimento e desenvolvimento do corpo (BRASIL/ME/SEB, 2007). Sendo assim, a função das proteínas também possui características que são de extrema importância para a vida e trabalho no campo, visto que corroboram com o desenvolvimento do corpo tal como ossos, cabelos, pele, etc, e o trabalho no campo exige muita exposição a fatores climáticos que afetam diretamente a essas partes do corpo.

As principais fontes de proteínas são: carnes em geral, aves, peixes, leite e seus derivados (queijo, iogurte), ovos e leguminosas. As proteínas são necessárias ao longo da vida, tendo grande importância durante o crescimento, gestação, amamentação e adolescência. (SONATI et al., 2007)

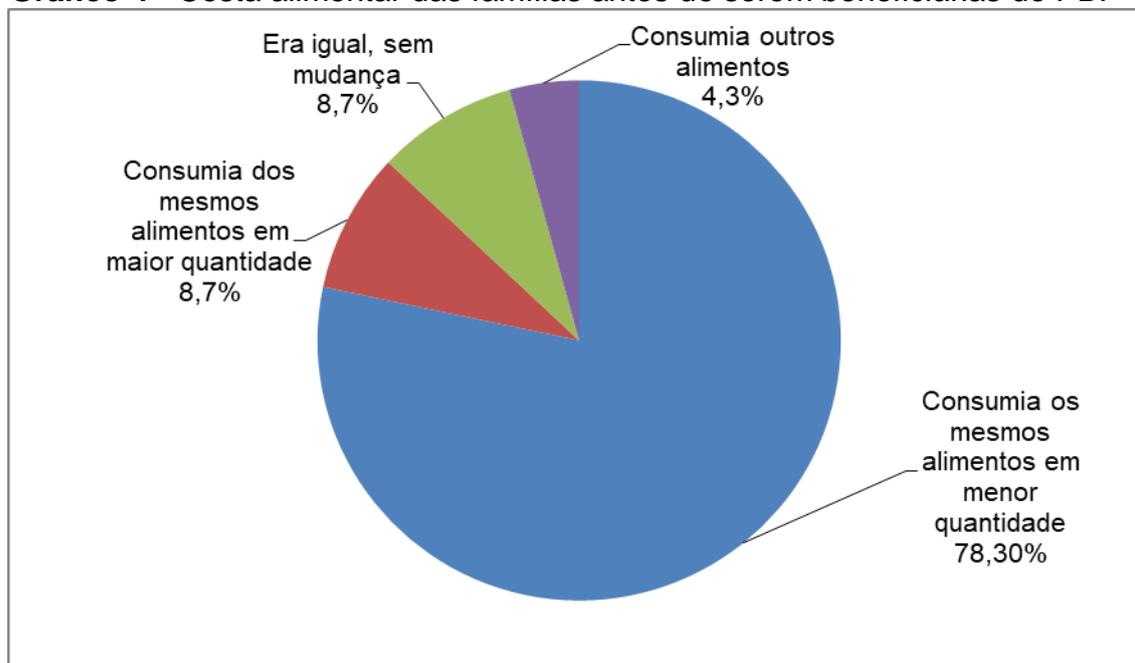
Do ponto de vista nutricional, os dados trazem uma preocupação, mesmo que os carboidratos e proteínas sejam importantes, é necessária a inclusão de alimentos de todos os grupos alimentares para que se tenha uma alimentação saudável (PHILIPPI, 2015).

Por outro lado, acredita-se que a vida e trabalho no campo exigem uma alimentação rica em carboidratos e proteínas para suportar o dia a dia da realidade que enfrentam, e desta forma, compreende-se então, que seja este o fator motivador para as famílias adquirirem tais produtos alimentícios.

Em continuidade a essa questão, e no intuito de atender aos objetivos propostos neste estudo, as entrevistadas responderam sobre como era a cesta alimentar antes de receberem o benefício do Bolsa Família. Para esta resposta foi

colocado algumas opções e os resultados se materializaram conforme descrito no gráfico 4:

Gráfico 4 - Cesta alimentar das famílias antes de serem beneficiárias do PBF



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

De acordo com tais resultados, constata-se que o diferencial na aquisição de alimentos das famílias foi a quantidade de alimentos, que contempla significativamente 78,3% das respostas. Um percentual de 8,7% afirmou consumir os mesmos alimentos, reforçando que as mudanças no consumo de alimentos causadas pelo PBF são em relação à quantidade. Um percentual de 8,7% que afirmou consumir em maior quantidade foi devido à família ter uma renda maior porque alguém trabalhava e com o desemprego houve a busca pelo benefício, porém a renda familiar é considerada menor que a de antes.

Neste contexto de aquisição de alimentos, as famílias declararam a existência de muitas dificuldades antes de receber o benefício, expressas através das falas:

Passei muita dificuldade antes de receber o benefício (entrevistada, 49 anos).

Era pior, era mais difícil, não comia esses alimentos (entrevistada, 56 anos).

Quando conseguia fazer bico comprava alimentos, quando não aparecia bico não comprava (entrevistada, 47 anos).

As falas mostram que o Bolsa Família tem melhorado o acesso a alimentos para as famílias beneficiárias, que outrora não tinham condições favoráveis para compra de alimentos.

De acordo com Duarte et al. (2009), numa análise quantitativa sobre o gasto com alimentos das famílias rurais, existe uma diferença positiva entre os que recebem o bolsa família (grupo de tratamento) e os que não recebem (grupo de controle). Segundo eles, as famílias beneficiárias têm um valor médio de despesas anuais superior em comparação às não beneficiárias, e que 88% desse valor é gasto com alimentos.

[...] existe uma diferença positiva e significativa das despesas com alimentos entre os grupos de tratamento e de controle. O valor médio das despesas anuais para a família beneficiária é R\$ 246 superior à média dos gastos totais das famílias não-participantes, cuja renda per capita mensal é de R\$ 100. Considerando que a média anual recebida por essas famílias é de R\$ 278, pode-se inferir que 88% desse valor é utilizado para consumo de alimentos. (DUARTE et al., 2009, p.916)

Conforme Duarte et al. (2009), o PBF causa efeitos positivos sobre o consumo alimentar das famílias rurais beneficiárias, mostrando que o presente estudo se encontra em concordância com a literatura no sentido de que o PBF tem melhorado o acesso aos alimentos das famílias rurais de Moreno/PE.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2009) destaca a contribuição do PBF na alimentação:

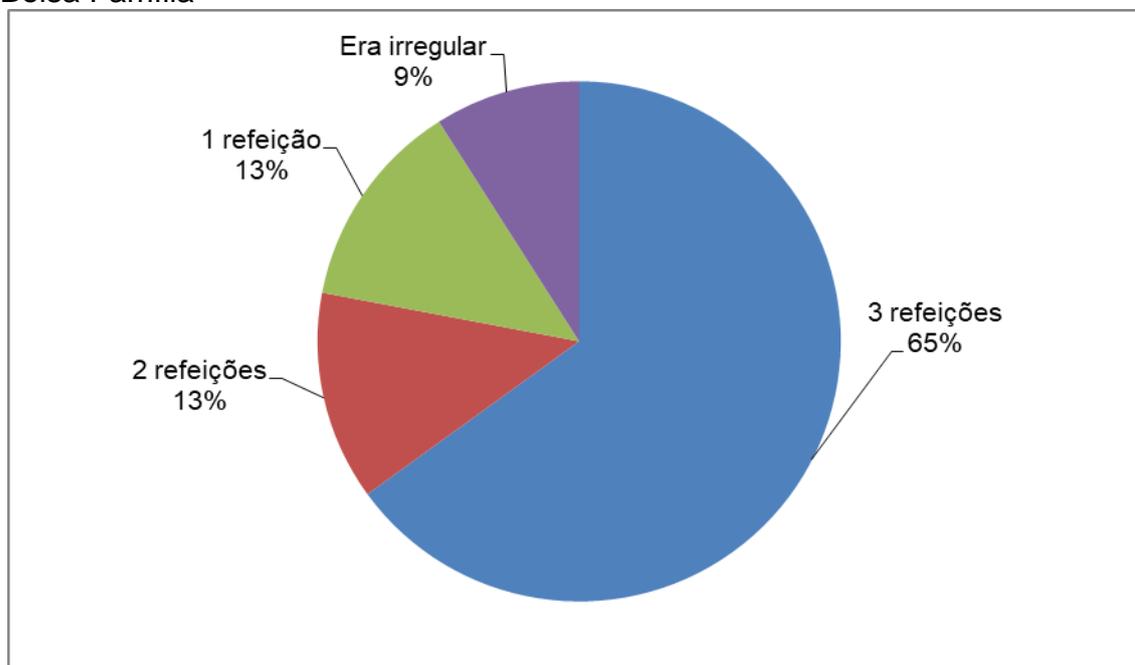
Ao transferir renda, o Programa Bolsa Família amplia o poder de compra dessas pessoas e lhes dá a oportunidade de gerir este recurso de forma autônoma, priorizando determinados alimentos e respeitando hábitos de alimentação presentes em seus contextos sociais e em suas famílias. (IBASE, 2009, p. 7).

A ausência do alimento na cesta de consumo ou dificuldade de obter alimentos, em quantidade e qualidade suficiente configura-se uma situação de insegurança alimentar (IBASE, 2009), tal situação era vivenciada pelas famílias pesquisadas de Moreno-PE antes do recebimento do benefício.

Quanto à distribuição das refeições, as famílias foram questionadas sobre a quantidade de refeições que fazem atualmente e antes de serem beneficiárias. Predominantemente, 22 famílias responderam que atualmente fazem três refeições por dia. Em contraponto, no período em que não eram contempladas com o

benefício, a quantidade de refeições que faziam era diferente da realidade atual e obteve-se respostas variadas (gráfico 5):

Gráfico 5 - Número de refeições realizadas pelas famílias antes de receber o Bolsa Família



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A maioria declarou fazer as três refeições diárias, totalizando 65% das respostas. Porém, em contraponto a realidade atual, houve uma diferença maior no número de refeições. Segundo as falas das entrevistadas, existia uma insegurança quanto às refeições diárias:

Uma vez e as vezes não tinha (entrevistada, 36 anos).

Às vezes não tinha nada (entrevistada, 47 anos).

Embora o maior percentual indique uma frequência das refeições de três vezes ao dia, a insegurança alimentar vivenciada pelas famílias estava representado nas falas. De fato, isto pode ser constatado nas irregularidades (existência ou não) das refeições (percentuais menores de 13%) mostradas no gráfico 5. Considera-se que insegurança alimentar caminha em contraponto a segurança alimentar, e o fato das famílias demonstrarem incertezas quanto às refeições (o ter ou o não ter), prova que o acesso aos alimentos estava comprometido, e desta forma comprova que as famílias beneficiárias do PBF

viviam em situação de insegurança alimentar quanto à realização das refeições antes de serem contempladas com o benefício.

Uma vez esclarecido a composição da cesta alimentar e a quantidade de refeições, caminha-se para compreensão dos alimentos que compõem o café da manhã, o almoço e o jantar. Na composição do café da manhã atual e de antes do benefício constam os alimentos descritos no quadro 7:

Quadro 7 - Composição do café da manhã atualmente e antes do recebimento do benefício

Atualmente		Antes do recebimento do Bolsa Família	
Alimento	n	Alimento	n
Cuscuz	19	Cuscuz	6
Macaxeira	7	Macaxeira	5
Batata doce	7	Batata doce	4
Bolacha	5	Bolacha	4
Ovo	4	Miojo	1
Pão	3	Café	1
Inhame	2	Pão	1
Café	2	Fruta-pão	1
Leite	2	O mesmo de hoje	7
Banana	1		
Carne	1		
Tapioca	1		
Salsicha	1		
Peixe	1		

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Dos alimentos que compõe o café da manhã, o cuscuz é o que aparece com mais frequência tanto atualmente como na refeição da família antes de ser beneficiária. Conforme Maior (2012), o alimento (cuscuz) faz parte da alimentação diária tanto de quem reside na zona rural quanto dos residentes em áreas urbanas. Acrescenta-se também que existem várias formas para seu consumo e o alimento é considerado de baixo valor no mercado, portanto, torna-se acessível às famílias de várias classes sociais.

Quanto à macaxeira que é a mandioca mansa “in natura”, conhecida também como mandioca de mesa, o IPA (2008) afirma:

A mandioca é rica em carboidratos, fonte de energia para o homem, responsável pela subsistência de grande parte da população de baixa renda, rural e urbana. Entre os usos mais comuns estão: na alimentação humana (a exemplo dos beijus, bolachinhas de goma e pães de queijo) [...].

Mattos et al. (2006, p.172), destaca como principais produtos oriundos da mandioca para consumo, a farinha, a fécula ou amido, e a mandioca de mesa, mais conhecida como macaxeira ou aipim.

Ainda discutindo sobre o conteúdo do quadro 7 algumas entrevistadas, sete delas, declararam que a refeição antes de receber o benefício continha os mesmos alimentos que a de atualmente. Especula-se que o que motiva tal fato seja a produção dos alimentos, pois, macaxeira e batata doce são cultivos explorados na agricultura pela maioria das famílias entrevistadas.

Quanto aos alimentos que compõem o almoço atualmente e antes de receber o PBF, as famílias descreveram os alimentos de acordo com o descrito no quadro 8:

Quadro 8 - Composição do almoço das famílias atualmente e antes do recebimento do benefício

Atualmente		Antes do recebimento do Bolsa Família	
Alimento	n	Alimento	n
Feijão	18	Feijão	7
Arroz	14	Arroz	4
Macarrão	8	Macarrão	3
Carne	6	cuscuz	1
Frango	4	Miojo (macarrão instantâneo)	1
Salsicha	3	Salsicha	1
Farinha	1	Macaxeira	1
Peixe	1	Carne	1
Mortadela	1	Papa	1
Salada	1	logurte	1
		Ovo	1
		Peixe	1
		Frango	1
		O mesmo de hoje	9

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Observando o quadro 8 percebe-se uma diferença nos alimentos que fazem parte do almoço das famílias atualmente e os que faziam parte da refeição antes de receber o benefício. Alguns deles, incomuns, faziam parte da lista de mantimentos de quando as famílias não recebiam o benefício, como iogurte, papa, macaxeira, ovo e miojo (macarrão instantâneo). Acredita-se que supriam as necessidades alimentares no momento do almoço quando não era possível ter opções mais saudáveis.

Outra questão que chama atenção sobre o quadro 8 apresentado, é a diminuição da proporção com que os alimentos foram citados de atualmente para antes do benefício. Embora a maioria tenha respondido que a refeição não mudou em relação ao período anterior (sem o benefício), alguns alimentos que foram mais citados tanto antes do PBF como atualmente, mais precisamente o feijão, o arroz e o macarrão, tiveram uma diminuição significativa. Pode-se afirmar que essa diminuição se deve ao fato da inclusão dos alimentos incomuns mencionados anteriormente.

De modo geral, o almoço das famílias beneficiárias entrevistadas atualmente é tradicionalmente composto por feijão, arroz, macarrão e carne, pois estes foram os alimentos mais citados. Nutricionalmente, o feijão com arroz na proporção de 2:1 é o prato recomendado pelo Guia alimentar para a população brasileira,

Coma feijão com arroz na proporção de uma parte de feijão para duas partes de arroz, cozidos. Esse prato brasileiro é uma combinação completa de proteínas e bom para a saúde (BRASIL/MS, 2006, p. 62).

Além disso, o Guia Alimentar recomenda o resgate e a valorização da dieta tradicional brasileira: “a preparação típica brasileira feijão com arroz é uma combinação alimentar saudável e completa em proteínas” (BRASIL/MS, 2006, p. 197). Por isso, constata-se que no almoço das famílias atualmente existe Segurança Alimentar, devido ao acesso aos alimentos de qualidade e que respeitam a diversidade cultural.

Numa pesquisa realizada na microrregião de Itambé em Pernambuco, Ferreira et al. (2012), reforça os resultados expressados aqui no que diz respeito a predominância do feijão com arroz:

A alimentação das pessoas entrevistadas reproduz a composição básica mais comum do país – o arroz e o feijão. De acordo com os levantamentos realizados, os alimentos com maior frequência de respostas, além do arroz

e feijão, foram cuscuz, macarrão, pão, macaxeira e inhame, incluindo também pela maioria deles/as o consumo de produtos industrializados (FERREIRA et al., 2012 p. 166).

Comprova-se, portanto, que o feijão com arroz faz parte da cultura alimentar de muitas famílias do país, inclusive das famílias de Moreno-PE. Em termos nutricionais, o prato tem um alto valor nutricional.

O feijão é bom para a saúde porque ele fornece carboidratos, que proporcionam energia para o dia a dia, além de nutrientes essenciais para uma vida saudável, como proteínas ricas em lisina, vitaminas (principalmente as do complexo B), sais minerais (como ferro, cálcio, potássio e fósforo) e fibras (que ajudam no bom funcionamento do intestino e no controle dos níveis de colesterol e glicose do sangue). A concentração elevada do aminoácido lisina no feijão é considerada de grande valor na complementação das proteínas dos cereais, como o arroz (CHAVES et al., 2014, p. 16).

No que tange ao jantar, também foi perguntado quais alimentos estão inseridos nessa refeição atualmente e antes de receber o benefício. Muitas responderam que consomem os mesmos alimentos do café da manhã. Os resultados estão expostos no quadro 9.

Quadro 9 - Composição do jantar das famílias atualmente e antes do recebimento do benefício

Atualmente		Antes do recebimento do Bolsa Família	
Alimento/resposta	n	Alimento/resposta	n
Cuscuz	10	Cuscuz	5
Pão	5	Macaxeira	3
Batata doce	3	Batata doce	2
Macaxeira	3	Piaba (peixe)	1
Bolacha	2	Fruta pão	1
Carne	2	Miojo (macarrão instantâneo)	1
Café	2	O mesmo de hoje	9
Sopa	2	Não tinha	2
Leite	1		
Peixe	1		
Papa	1		
Salsicha	1		
Mortadela	1		
O mesmo do café da manhã	5		

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

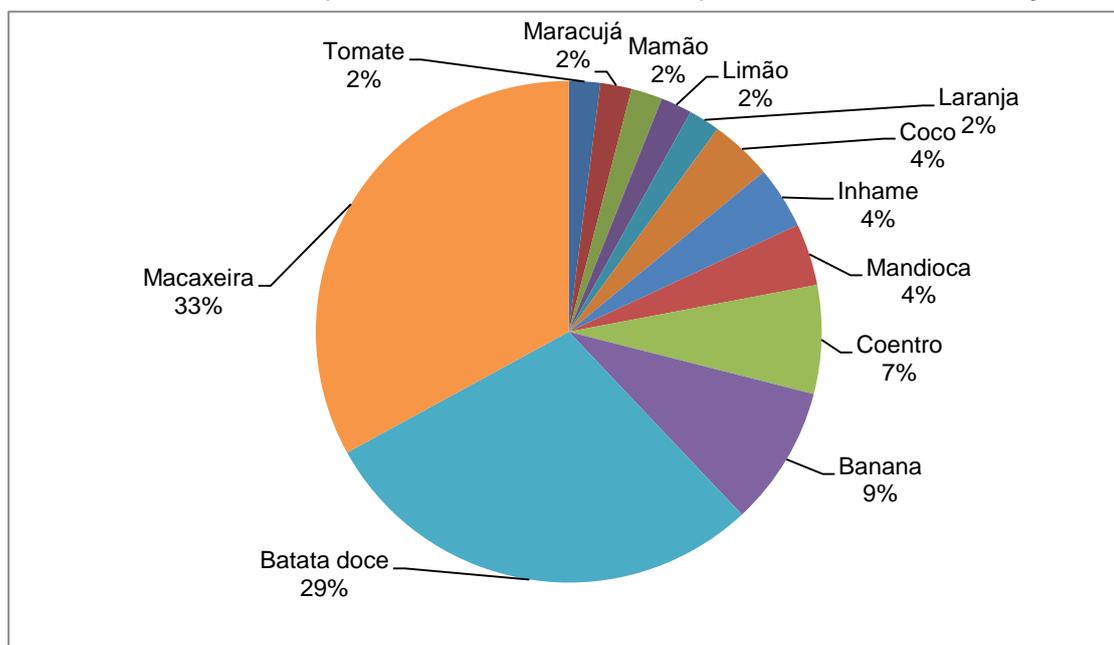
O alimento com maior frequência nesta refeição é o cuscuz. O mesmo também esteve presente com grande frequência no café da manhã. Nota-se também que vários alimentos citados no jantar atual das famílias não foram mencionados para refletir a posição das famílias antes de serem beneficiárias. Isso exige uma atenção maior quando se observa dentre as respostas o surgimento da frase “não tinha”. É um dado alarmante para as condições alimentares em que viviam essas famílias antes de receber o benefício.

Considerando tudo que foi exposto nos quadros sobre as refeições, ficou claro os efeitos positivos do Programa para as famílias beneficiárias em relação à alimentação. Além disso, o detalhamento das refeições possibilitou entender com detalhes as mudanças causadas pelo PBF, e, também, que é possível pontuar que o PBF está promovendo a segurança alimentar para as famílias beneficiárias e, conseqüentemente, está havendo uma melhora na qualidade de vida das famílias via alimentação.

A inserção de alimentos que outrora não faziam parte da refeição das famílias, frequência de ocorrência deles, e o fato de terem a garantia de realização das três refeições, são fatos que possibilitam enxergar a construção de uma alimentação mais segura e acessível para as famílias beneficiárias.

É importante destacar, que a produção de alimentos resultante do trabalho na agricultura e seu autoconsumo por parte das famílias também é uma questão que merece atenção nesse cenário. Através do cultivo é possível garantir alimentos na mesa e realização das refeições, pois, dentre os alimentos citados, estão os que são cultivados pelas famílias, com bastante frequência nas respostas.

E para conhecer e comprovar que os alimentos cultivados têm grande importância na alimentação das famílias, as entrevistadas responderam quais dos alimentos citados nas refeições são produzidos pela família. Como resultado, a macaxeira e a batata doce apareceram com maior proporção nas respostas como mostrado no gráfico 6:

Gráfico 6 - Alimentos produzidos e consumidos pelas famílias nas refeições

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A macaxeira e a batata doce foram utilizadas significativamente nas refeições café da manhã e jantar, sendo esta, representada, em grande parte, pela produção das famílias beneficiárias. Constata-se, portanto, que os alimentos mais consumidos nas refeições, a macaxeira representa 33% e a batata doce 29% das repostas, são produzidos pelas famílias beneficiárias.

Considerados “produtos da terra”, estes alimentos estão sempre presentes na alimentação das famílias rurais. De fato, na pesquisa de Ferreira et al. (2012), na microrregião Itambé em Pernambuco, também houve uma frequência significativa desses alimentos:

“Produtos da terra” como farinha de mandioca, o feijão verde, a macaxeira a batata e o inhame, foram citados na maioria dos questionários analisados (p. 170).

De acordo com Sonati et al. (2007), os tubérculos como batata doce e as raízes como a mandioca, são energéticos e devem compor a maior parte da alimentação e deve ser consumido de cinco a nove porções por dia. Partido do exposto, as famílias de Moreno-PE estão nutricionalmente seguras, pois esses alimentos são os mais consumidos nas refeições matinais e noturnas.

Sobre a existência de alimentos que são produzidos e não são consumidos, a maior parte das entrevistadas, declararam que a família consome todos os alimentos que produzem (Tabela 8).

Tabela 8 - Consumo de alimentos produzidos

Resposta	n
Consome todos os alimentos produzidos	17
Não consome todos os alimentos produzidos	6

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Dos alimentos que não são consumidos e foram citados, tem-se a batata doce, a macaxeira, o inhame, o fruta-pão e o coco. As justificativas para o não consumo destes alimentos foi por motivo de saúde e de preferência alimentar.

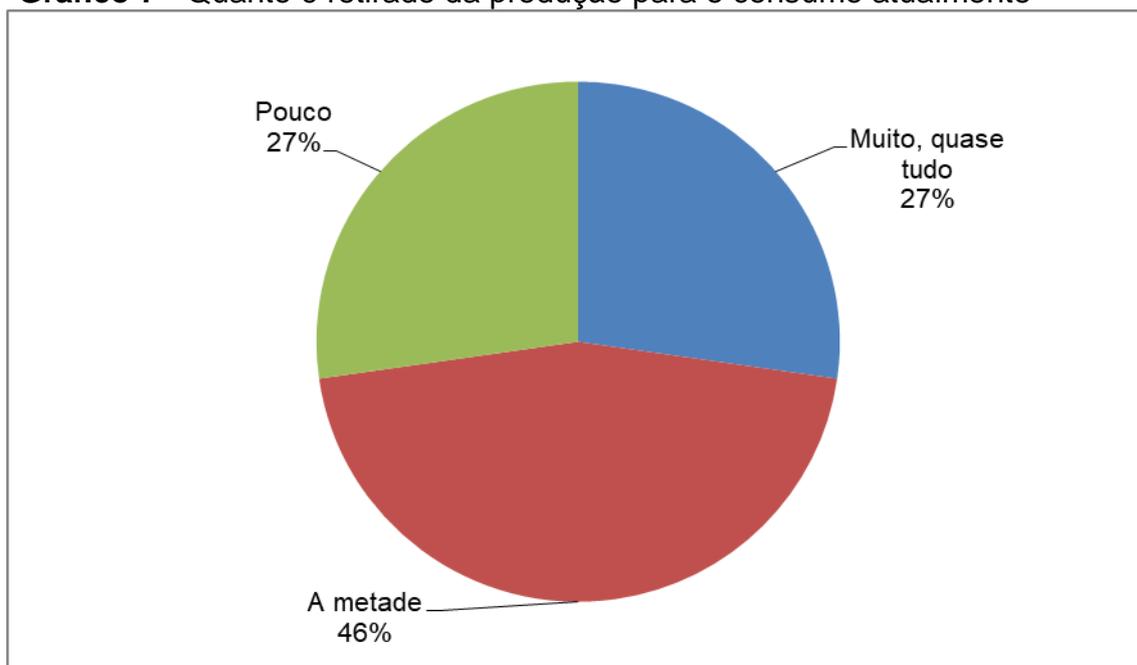
Sobre produção para o autoconsumo, Grisa et al. (2008, p.485) esclarece:

A produção para o autoconsumo, também denominada mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico e, popularmente, produção "pro gasto", é definida como a parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo.

Neste contexto, compreendendo que a relação de produção e autoconsumo têm grandes implicações no cotidiano da alimentação das famílias beneficiárias, buscou-se mensurar o quanto do que é produzido na agricultura é retirado para alimentação da família atualmente e antes do PBF (gráfico 7).

A partir do gráfico 7 é possível perceber que a produção na agricultura desempenha uma função de extrema relevância para a alimentação das famílias beneficiárias, pois, independente da quantidade, sempre é retirado alguma proporção para a alimentação.

Atentando mais especificamente para os percentuais, cerca de 46% das famílias pesquisadas declarou utilizar a metade do que produz para a alimentação. Outros 27% relataram retirar pouco e outros 27% retira muito de sua produção para a alimentação (gráfico 7).

Gráfico 7 - Quanto é retirado da produção para o consumo atualmente

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

De acordo com Grisa et al. (2008, p.483):

[...] o autoconsumo permanece uma estratégia recorrente entre os agricultores familiares e reveste-se de fundamental importância para a reprodução social destas unidades.

Os autores construíram um estudo com a finalidade de mostrar a importância da produção no auxílio para a melhoria das condições de vida, na segurança alimentar e no combate a pobreza rural.

Em relação ao quanto do que é produzido era retirado para a alimentação da família antes de ser contemplado com o Bolsa Família foi obtido os seguintes resultados (gráfico 8):

Gráfico 8 - Quanto da produção era retirado para consumo das famílias antes do benefício do Bolsa Família



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

De acordo com o conteúdo do gráfico 8, antes das famílias receberem o benefício, parte importante delas retirava a metade do que produzia para o autoconsumo, mas precisamente, 33%. Outros 19% trouxeram dados diferentes ao que foi visto no gráfico 7 pois declararam que não tinham atividade agrícola antes de ter o benefício pelos motivos de trabalhar para terceiros, não plantavam ou não moravam na área rural.

Chamando atenção para o percentual maior de 33% reforça-se mais uma vez as influências da produção na qualidade de vida das famílias, além da contribuição do PBF. A esse respeito, Gazolla (2004, p. 12,13) traz em seu estudo hipóteses que associam a relação entre o autoconsumo e a segurança alimentar da seguinte maneira:

[...] acredita-se que esse tipo de produção é a responsável pela geração de alguns princípios da segurança alimentar que são: o acesso e a disponibilidade dos alimentos a serem consumidos, a qualidade nutricional destes, o abastecimento das famílias com uma alimentação que atenda os hábitos culturais de consumo alimentar. O autoconsumo, também, caracteriza-se por desempenhar nas unidades familiares o papel de diversificar as estratégias de vivência e de desenvolvimento das famílias.

Percebe-se que os estudos desenvolvidos por Gazolla (2004) acerca da produção para o autoconsumo inserem-se no contexto do presente estudo. De fato, acredita-se aqui, que a produção na agricultura familiar caminha em conjunto aos

efeitos das políticas públicas e que ambos resultam em uma alimentação mais segura, contribuindo para melhoria na qualidade de vida das famílias.

Tratando-se de mudanças na alimentação a partir da intervenção do PBF, buscou-se através das falas das beneficiárias, saber o que mudou na alimentação das famílias após a inserção no Programa. Isso foi exposto por elas da seguinte forma:

Melhorou muito pra gás (comprar gás) (entrevistada, 36 anos).

Mudou, porque antes ficava direto na beira do rio pescando para ter o que comer e hoje tenho dinheiro pra comprar (entrevistada, 47 anos).

Mudou, porque agora tenho dinheiro pra comprar comida (entrevistada, 52 anos).

Mudou muito, agora ficou ótimo! (entrevistada, 50 anos).

As mudanças configuram-se desde o acesso aos alimentos até a qualidade deles, como pode ser observado nas seguintes falas:

Mudou muito, a comida, passei a me alimentar com comidas que não tinha antes (entrevistada, 33 anos).

Mudou muito, agora me alimento melhor (entrevistada, 30 anos).

Um almoço de domingo mais elaborado (com peixe), de geral a mesma coisa (entrevistada, 44 anos).

Melhorou, posso comprar produtos para diabéticos (entrevistada, 56 anos).

Mudou muito. Melhorou bastante. Antes do bolsa família consumia muito fubá, feijão, farinha, as vezes não dava pra comprar arroz e macarrão e eu fazia farinha. E hoje melhorou bastante, hoje tenho feijão, tenho feijão com macarrão (entrevistada, 44 anos).

Em relação à quantidade de alimentos consumidos também houve variações, que foram expressas nessas falas:

Melhorou muito. Antes não comprava e agora compro mais (entrevistada, 34 anos).

Mudou muito, antes comprava menos e agora compro mais (entrevistada, 23 anos).

Aumentou a quantidade! (entrevistada, 34 anos).

Deu pra comprar mais alimentos (entrevistada, 21 anos).

Também houve alterações com relação à variedade de alimentos nas refeições:

Mudou muito, o que não tinha antes, agora posso comprar biscoito e pão (entrevistada, 49 anos).

A questão do lanche que não tinha (entrevistada, 31 anos).

Antes não comprava frutas e outras coisas e hoje já posso comprar (entrevistada, 46 anos).

Por outro lado, para algumas entrevistadas, não houve muitas modificações:

Mudou quase nada (entrevistada, 50 anos).

Não houve grandes mudanças, continuou praticamente a mesma coisa (entrevistada, 28 anos).

Mudou pouco, mas mudou pra melhor (entrevistada, 36 anos).

Embora as últimas declarações pontuem negativamente, ou mais precisamente não pontuem em relação às mudanças na alimentação das famílias, é considerável com base nas declarações anteriores que houveram muitas mudanças.

Cada família representada nas declarações destaca um eixo da segurança alimentar. Significativamente, a realidade apresentada nas falas mostra que o PBF de fato ocasiona mudanças contributivas no contexto alimentar das famílias. Através do benefício, ampliou-se o acesso aos alimentos, passou-se a utilizar maior variedade de itens alimentícios nas refeições, e ocorreu aumento na quantidade de alimentos adquiridos e consumidos pelas famílias.

As políticas de transferência de renda podem ter papel relevante na melhoria das condições sociais e de segurança alimentar das famílias rurais beneficiárias, especialmente entre aquelas em situação de extrema pobreza e fome (ALMEIDA et al., 2015, p. 280).

A hipótese de Almeida et al. (2015) reforça o que está sendo constatado através das falas apresentadas. O Programa desempenha uma importante função na construção da segurança alimentar que está ocorrendo com as famílias beneficiárias.

Quando perguntado se estão satisfeitas com a alimentação atual, todas as entrevistadas responderam que estão satisfeitas. Como justificativa de tais respostas tem-se as falas:

Não está fácil, mas não falta nada (entrevistada, 44 anos).

Antes era pior, tinha menos (entrevistada, 31 anos).

Porque tenho como comprar alimentos (entrevistada, 47 anos).

Percebe-se nos depoimentos que a intervenção do Programa trouxe melhoras em relação à realidade outrora vivenciada pelas famílias. Os sentimentos expressados demonstram o quanto o Programa representa para as famílias, ao minimizar a fome e outras necessidades existenciais.

Para as beneficiárias, antes de receber o Bolsa Família, 59,1% declaram se sentir insatisfeitas com a alimentação, e outras 40,9% eram satisfeitas com a alimentação, mesmo com a ausência do benefício.

A satisfação com a alimentação antes do PBF revela uma pequena diferença entre o “eram satisfeitas” e o “não eram satisfeitas”. Mas, ao serem perguntadas sobre o porquê da resposta, surgem as seguintes falas:

Porque faltava muito (entrevistada, 36 anos).

Queria proporcionar uma alimentação melhor e não podia (entrevistada, 49 anos).

Às vezes procurava comida e não tinha (entrevistada, 30 anos).

Não tinha condição de comprar gás, era a lenha (entrevistada, 36 anos).

Morava no sítio mas não tinha trabalho, minha mãe recebia dinheiro mas não tinha o suficiente (entrevistada, 31 anos).

Porque na maioria das vezes faltava dinheiro para comprar alimentos (entrevistada, 52 anos).

À luz dessas falas, considera-se que existia um cenário de incertezas, insatisfação e insuficiência na alimentação das famílias antes de receberem o benefício social. Cenário este que retrata e caracteriza o público que deve ser atingido pela intervenção do Programa, e mostra que o mesmo vem gerando resultados efetivos na vida das famílias rurais.

Na busca de entender a importância da subjetividade do conceito sobre qualidade de vida, perguntou-se as beneficiárias o que entendiam sobre qualidade de vida. Obteve-se as seguintes respostas:

É ter saúde (entrevistada, 47 anos).

É ter acesso à saúde e alimentação (entrevistada, 28 anos).

Ter comida, ter saúde, uma casa (entrevistada, 31 anos).

Viver bem, se alimentar bem (entrevistada, 36 anos).

Alimentação (entrevistada, 56 anos).

Bolsa Família (entrevistada, 34 anos).

A compreensão sobre qualidade de vida, para as beneficiárias do meio rural, de uma forma geral, está relacionada com a alimentação e saúde. Desta forma, observa-se aqui, o conceito de qualidade de vida adotado por Minayo et al. (2000), onde a saúde e a alimentação estão inseridos como patamar mínimo para se tratar do conceito. Sobre esse assunto a autora ainda acrescenta:

[...] o tema qualidade de vida é tratado sob os mais diferentes olhares, seja da ciência, através de várias disciplinas, seja do senso comum, seja do ponto de vista objetivo ou subjetivo, seja em abordagens individuais ou coletivas. No âmbito da saúde, quando visto no sentido ampliado, ele se apoia na compreensão das necessidades humanas fundamentais, materiais e espirituais e tem no conceito de promoção da saúde seu foco mais relevante (MINAYO et al., 2000, p.15).

A promoção da saúde é um item de grande relevância para a qualidade de vida e essa compreensão exposta por Minayo et al. (2000) pode ser percebida em grande parte das falas. Uma das repostas relacionou a qualidade de vida a ter o Bolsa Família. É compreensível que essa resposta esteja associada ao que o benefício tem proporcionado e representa para a família. As entrevistadas também responderam sobre qual a relação entre alimentação e qualidade de vida, e as respostas foram:

Saúde (entrevistada, 34 anos).

Sem alimentação não há vida saudável (entrevistada, 31 anos).

Com alimentação se vive melhor (entrevistada, 36 anos).

Quando se está bem alimentado se tem uma qualidade de vida melhor (entrevistada, 21 anos).

A questão saúde e alimentação saudável estão presentes no entendimento das beneficiárias quando se trata de qualidade de vida. Portanto, pode-se afirmar a partir de todo o contexto apresentado neste capítulo, que existe uma construção de segurança alimentar adquirida juntamente com a inserção do Bolsa Família, afirmação esta que está baseada nos eixos do conceito de segurança alimentar - acesso, quantidade e qualidade - que foram vistos nos resultados. Desta forma é possível afirmar que o Bolsa Família tem contribuído para a qualidade de vida das

beneficiárias, no quesito alimentação, por meio da promoção da segurança alimentar expressa nos conteúdos das falas e nos resultados apresentados.

Avalia-se que, na medida em que houve mudanças positivas na alimentação das famílias rurais beneficiárias, com a existência da construção de uma segurança alimentar, existe promoção da saúde, e considerando saúde e alimentação como eixos essenciais para a qualidade de vida, conclui-se esta reflexão afirmando que o PBF vem possibilitando melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias do município de Moreno/PE.

Ressalta-se, no entanto, que o PBF no meio rural possui características peculiares e, desta forma, a análise dos efeitos do PBF na qualidade de vida das famílias rurais, abordado aqui, também contemplou os impactos do Programa no trabalho na agricultura.

4.3 O Programa Bolsa Família e a Produção na Agricultura

Considera-se primordial tratar do tema produtividade na agricultura para entender com clareza os efeitos do PBF no meio rural, pois, a produção agrícola compõe o cenário do mundo rural como sendo a principal atividade exercida. Desta forma, ao analisar intervenções de um programa social no meio rural, propõe-se atentar para as mudanças ocorridas no trabalho na agricultura antes e depois da inclusão das famílias no PBF, principalmente no que diz respeito à produção, renda e o trabalho.

Definiu-se, portanto, para abordagem sobre a produção na agricultura, a quantidade produzida, a conjuntura do trabalho na agricultura, e a renda. Gasques et al. (2012) destaca a importância do tema:

Produtividade é um tema importante por causa de suas relações com o crescimento econômico, bem-estar, distribuição de renda e redução da pobreza. No caso da agricultura, a produtividade está relacionada à produção mais eficiente e a menores custos de alimentos e dos produtos agrícolas em geral. Embora os benefícios dos ganhos de produtividade em nível dos estabelecimentos agropecuários se distribuam para agricultores, processadores e consumidores, a atual preocupação em nível global com o suprimento de alimentos à medida que cresce a população mundial torna as discussões em torno da produtividade ainda mais importantes e necessárias (GASQUES et al., 2012, p. 84).

Para o autor, o tema produtividade na agricultura envolve-se com questões de bem-estar, distribuição de renda e pobreza, pontos de extrema importância para

o estudo sobre a ação do PBF no meio rural. Subtende-se desta forma, que a presente pesquisa caminha em concordância, visto constata-se uma triangulação na relação entre o PBF, a qualidade de vida e o trabalho na agricultura.

Com relação ao tamanho da área que as famílias das entrevistadas possuem, local onde se realiza as atividades agrícolas, mais da metade não souberam responder, mas precisamente 15 entrevistadas. As demais responderam que o tamanho da propriedade era de quatro a seis hectares e uma delas referenciou o tamanho da propriedade a uma conta Tabela 9.

De acordo com a tabela de medidas agrárias não decimais do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA (1946), o valor referente a uma conta nas áreas rurais de Pernambuco equivale de 0,05 a 0,07 hectares.

Tabela 9 - Respostas sobre o tamanho da propriedade das famílias beneficiárias

Respostas	n
Não soube responder	15
0,05 hectares	1
5 hectares	3
4 hectares	2
6 hectares	1
6 ½ hectares	1
Total	23

Fonte: pesquisa de campo, 2017, com adaptações da Tabela de Desenvolvimento Agrário (MDA, 1946).

As famílias beneficiárias têm a produção ligada a agricultura, pecuária e mista. A maioria (86,4%) pratica a agricultura, outras 9,1 % pecuária e 13,6% têm uma produção mista. Apenas uma beneficiária não respondeu, totalizando 22 respostas.

Dos produtos produzidos, constatou-se que, os cultivos mais explorados pelas famílias são a macaxeira¹¹ e a batata doce representadas em 19 declarações. Outros cultivos foram citados com menor frequência, conforme mostrado na tabela 10.

¹¹ Macaxeira é um tipo de mandioca com baixo teor de HCN-ácido cianídrico, razão por que é chamada de mandioca mansa.

Tabela 10 - Cultivos explorados pelas famílias beneficiárias do PBF

Cultivo	n
Macaxeira e batata doce	19
Coco	7
Coentro	5
Mandioca	4
Banana	4
Feijão e milho	2
Quiabo, inhame, tomate, mamão, alface	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Segundo o IPA (2008) “A mandioca representa uma cultura básica na economia rural pernambucana, ocupando posição de destaque em importância econômica”.

Cardoso e Souza (1999, p.6) ressaltam:

[...] Em algumas regiões, como o Nordeste do Brasil, a mandioca é um dos principais cultivo, do qual dependem a subsistência e a renda dos produtores e a alimentação dos animais. A mandioca é produzida principalmente por produtores de pequeno porte, em sistemas de produção complexos, com pouco ou nenhum uso de tecnologia moderna, especialmente agroquímicos [...].

O fato exposto pelos autores sobre a produção da macaxeira e/ou mandioca partir principalmente de produtores de pequeno porte, retrata a realidade das famílias de agricultores beneficiárias atualmente. Pois, como foi discutido na seção anterior, as famílias representadas aqui são de baixa renda, e também foi discutido anteriormente que macaxeira e/ou mandioca tem um papel importante na segurança alimentar das famílias, e nesta seção, o cultivo volta a se destacar como principal produção entre as famílias.

Após a caracterização das famílias em relação a sua produção agrícola, destacar-se, as mudanças ocorridas no cenário da agricultura familiar das famílias beneficiárias, pontuando o antes e depois da intervenção do PBF.

Concernente à produção dos cultivos antes e após a inclusão do benefício social, foram escolhidos como referência os cultivos de milho, mandioca, feijão e batata para visualizar a reação do cenário produtivo e assim descrever e perceber se houve efeitos do PBF.

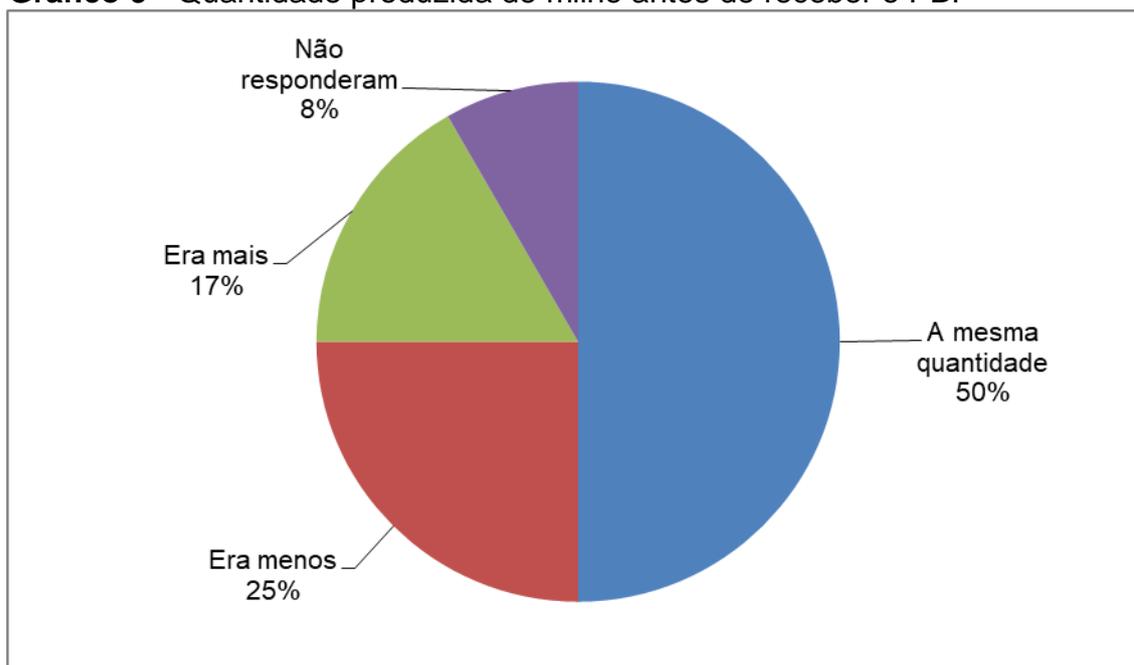
A essa questão, primeiro indagou-se sobre a quantidade produzida por produto, como pergunta aberta, que deu margem para respostas com termos coloquiais, até mesmo fora do pretendido com a pergunta. Desta forma, nem todas as entrevistadas conseguiram responder ao quanto está sendo produzido atualmente. Os termos utilizados nas respostas foram mão, conta, Kg, e os mesmos foram unificados para valores equivalentes a conta por este ser o termo mais utilizado, conforme mostra-se na tabela 11:

Tabela 11 - Quantidade produzida de milho atualmente

Respostas	n	%
1 conta	2	8,6
2 conta	2	8,6
1 ½ conta	1	4,3
½ conta	1	4,3
Menos de ½ conta	3	12,9
Planta pouco	1	4,3
Não planta	1	4,3
Não sabe	4	17,2
Não respondeu	8	34,4
Total	23	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Embora as respostas tenham sido heterogêneas em relação ao quanto é produzido, não comprometeu o pretendido com a pergunta, pois, o intuito era descobrir a reação da produção com o incremento do benefício para a família. Então, com uma pergunta fechada buscou-se saber como era essa realidade antes de receber o bolsa família, e os resultados foram (gráfico 9):

Gráfico 9 - Quantidade produzida de milho antes de receber o PBF

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Sobre o cultivo de milho, percebe-se que não houve muita diferença na quantidade produzida, segundo 50% das entrevistadas que declararam que produziam a mesma quantidade produzida atualmente. Outra parte (25%) informou que a produção era menor que a atual, em seguida 17% disseram que produziam mais, e 8% não responderam ou não souberam responder.

Através do gráfico 9 ver-se que na produção de milho o incremento do PBF na renda da família trouxe poucas contribuições. Especula-se que tal resultado se deve ao fato das famílias entrevistadas não produzirem muito milho, de acordo com as declarações expostas na tabela 11. Também acredita-se que existem outros vieses que estejam relacionadas a esse resultado, como custo da produção, período da safra, clima, comercialização e principalmente o valor do benefício que pode ser considerado insuficiente para investir na produção desse cultivo.

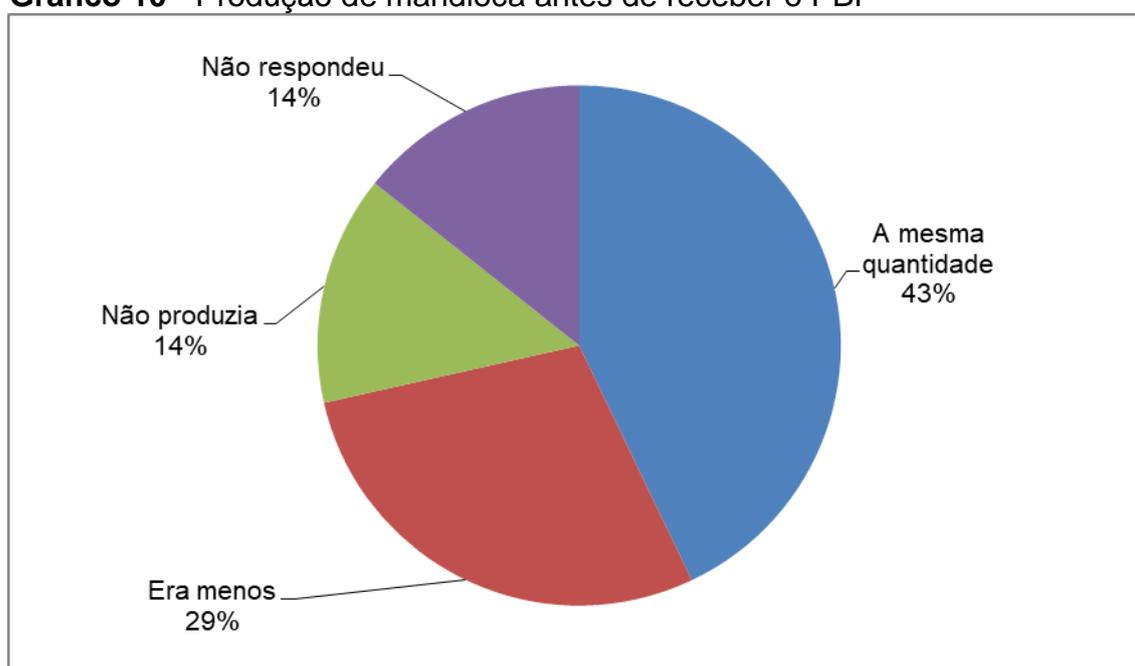
Com relação ao cultivo da mandioca atualmente, as respostas foram expressas com a utilização dos termos conta e Kg, e os valores também foram unificados para conta. Nem todas as entrevistadas souberam responder quanto à família produz de mandioca, mas os resultados obtidos foram (tabela 12):

Tabela 12 - Quantidade produzida de mandioca

Quantidade produzida	n	%
30 contas	1	4,3
2 contas	1	4,3
1 ½ conta	1	4,3
1 conta	3	13,1
Menos de ½ conta	1	4,3
Não sabe	8	34,4
Não respondeu	8	34,4
Total	23	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Sabe-se que a mandioca é o cultivo mais explorado pelas famílias que compõem essa amostra, e desta forma apresentou os índices de quantidade produzida maior em relação ao cultivo anterior. Outro dado importante é que os resultados da tabela 12 mostram que todas as famílias exploram a mandioca. Contudo, no gráfico 10 é apresentado como era esta produção antes das famílias serem beneficiárias:

Gráfico 10 - Produção de mandioca antes de receber o PBF

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A maioria das entrevistadas (43%) declarou que a produção de mandioca antes da família receber o PBF é a mesma quantidade da produção atual. Outra parte, 29% disse que produzia menos mandioca antes de receber o bolsa família. Apenas 14% não produzia mandioca, e outros 14% não responderam. Mas uma vez, os resultados mostraram que com relação à produção na agricultura a intervenção do PBF não trouxe diferenças significativas.

Um dado que chama atenção é que embora a mandioca seja o cultivo mais produzido entre as famílias beneficiárias, existe uma pequena quantidade de famílias que não explorava (14%). Esse percentual pode indicar possíveis contribuições do PBF para a produção, pois, segundo algumas entrevistadas, antes de receber o benefício não conseguiam ter um espaço para cultivo e trabalhavam para terceiros.

O feijão, outro cultivo explorado pelas famílias entrevistadas, tem sua produção atual relatada com a designação conta e Kg, e para uma melhor visualização das diferenças de produção, os valores foram unificados para conta, sendo este o termo mais utilizado pelas entrevistadas. Outras respostas foram que plantam pouco e a maioria não soube responder quanto produz atualmente de feijão, de acordo com a tabela 13.

Tabela 13 - Produção atual de feijão

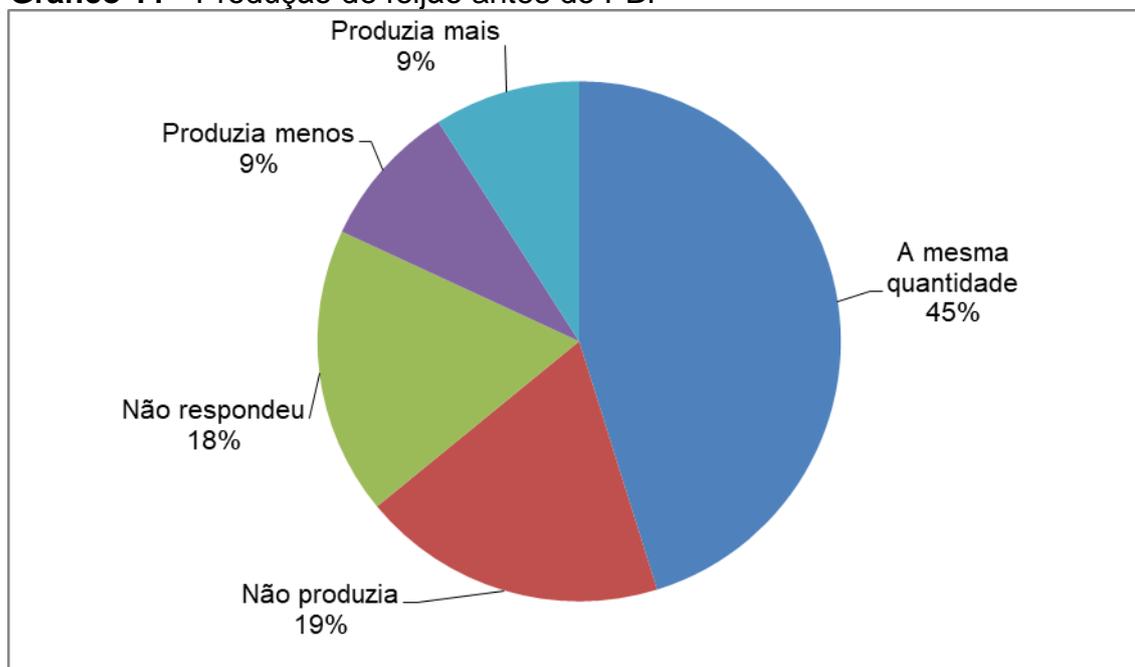
Quantidade produzida	n	%
1 conta	3	13,1
1 ½ conta	1	4,3
½ conta	1	4,3
Menos de ½ conta	3	12,9
Não sabe	6	25,8
Não produz	1	4,3
Pouco	1	4,3
Não responderam	7	30,1
Total	23	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Comparando a quantidade produzida de feijão aos cultivos anteriores, percebe-se um parâmetro equiparado entre eles, ou seja, com medidas de

produção semelhantes. Em relação ao período antes de receber o benefício, no gráfico 11 constata-se que a maioria, 45% produzia a mesma quantidade, outra parte, 18% não produzia feijão e uma pequena parte (9%) revelou produzir menos.

Gráfico 11 - Produção de feijão antes do PBF



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A respeito da produção de batata doce, cultivo com grande expressividade na produção das famílias entrevistadas, a maioria não soube responder, e nas respostas coletadas, houve a descrição de produção por Kg e conta (tabela 14).

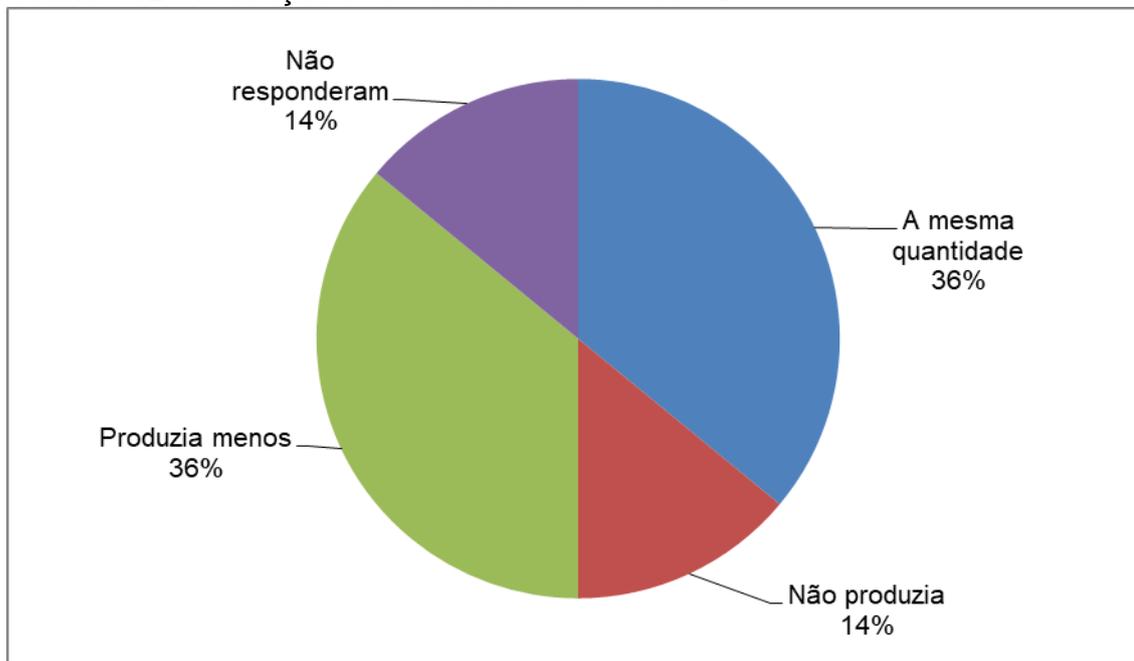
Tabela 14 - Produção atual de batata doce

Quantidade produzida	n	%
1 conta	4	17,2
1 ½ conta	1	4,3
½ conta	2	8,4
Menos de ½ conta	3	12,9
Não sabe	5	21,5
Não respondeu	8	34,4
Total	23	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A produção de batata doce antes das famílias serem beneficiárias do PBF (gráfico 12) apontou que 35,7% produzia menos do que é cultivado hoje e outros 35,7% produzia a mesma quantidade de atualmente. Por outro lado, 14,3% revelaram que não produziam batata doce.

Gráfico 12 - Produção de batata doce antes do PBF



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Os percentuais da produção de batata doce antes das famílias serem incluídas no PBF resultou em respostas com percentuais mais expressivos em relação às produções dos outros cultivos (milho, feijão e mandioca). O percentual que indica uma produção igual, ou seja, indiferente ao recebimento do benefício (36%) é o mesmo das famílias que produziam menos. Fazendo uma junção do percentual que produzia menos (36%) com os que não produziam (14%), totalizaria que 50% das famílias com pouca ou nenhuma produção de batata doce antes de receber o benefício social, significando que na produção de batata doce, em termos de quantidade cultivada, o incremento do PBF trouxe contribuições positivas para as famílias.

A produção dos cultivos faz parte da composição do trabalho exercido pelas famílias na agricultura e seu desenvolvimento é realizado em várias etapas. Desta forma, julga-se importante compreender aspectos que compõem a conjuntura deste trabalho familiar, como forma de identificar os efeitos do Programa no cenário do trabalho agrícola das famílias beneficiárias. Portanto, na entrevista

foi exposto qual a principal função das entrevistadas no ofício da agricultura familiar (tabela 15).

Tabela 15 - Atividade principal das beneficiárias na agricultura familiar

Principal atividade	n	%
Faz tudo	5	21,5
Plantar	4	17,2
Cavar, plantar e colhêr	1	4,3
Colhêr	1	4,3
Limpar, roçar e cavar	1	4,3
Plantar, colhêr, e limpar a roça	1	4,3
Plantar e colhêr	1	4,3
Plantar e limpar	1	4,3
Plantar, limpar, cavar e colhêr	1	4,3
Não respondeu/não soube responder	7	30,1
Total	23	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O resultado mostra que as mulheres entrevistadas realizam várias atividades dentro da produção familiar, e não apenas uma função específica. Através dessa informação é possível afirmar que as mulheres responsáveis pelo recebimento e cadastro da família no PBF, não deixaram que exercer suas atividades na agricultura familiar, ou seja, o bolsa família não as afastou das atividades rurais.

Além disso, mostra que a mulher ao realizar funções distintas na agricultura vem alcançando seu empoderamento no trabalho do campo, pois, tradicionalmente a mulher era vista como ajudante do homem, com funções relacionadas ao lar e atividades domésticas, exercendo seu trabalho sem visibilidade ou retorno financeiro.

No meio rural esse pensamento está arraigado na mente de muitas famílias, as quais acreditam que homens e mulheres possuem papeis e lugares distintos. Nessa separação, o homem é tido como responsável pelo sustento da família, enquanto a mulher e os filhos são apenas 'ajudantes'. Como nas propriedades rurais, o convívio da família e a atividade se desenvolvem no mesmo local, vigora uma visão de que o trabalho da mulher seja uma obrigação natural, na qual ela tem que ajudar

seu marido, cuidar do lar e da família. E mesmo as mulheres que desenvolvem atividades remuneradas, geralmente também realizam as atividades domésticas (MESQUITA, 2013, p. 71).

Constata-se que as mulheres que representam essa pesquisa, segundo os resultados obtidos, não se encontram na condição de ajudante ou tem apenas funções relacionadas ao lar, contrariando o pensamento tradicional sobre o papel da mulher no campo. Essas mulheres são trabalhadoras rurais que plantam, colhem, limpam, cavam, etc, ao mesmo tempo em que exercem as funções domésticas, o cuidado com os filhos e são as responsáveis pela manutenção do benefício. São mulheres que alcançaram seu espaço na agricultura.

Ainda sobre o trabalho na agricultura, de acordo com as entrevistadas, a maioria (56%) trabalha na agricultura há mais de 10 anos conforme apresentado na tabela 16. As demais trabalham de 1 a 5 anos (17%) e de 5 a 10 anos (17%) na área rural.

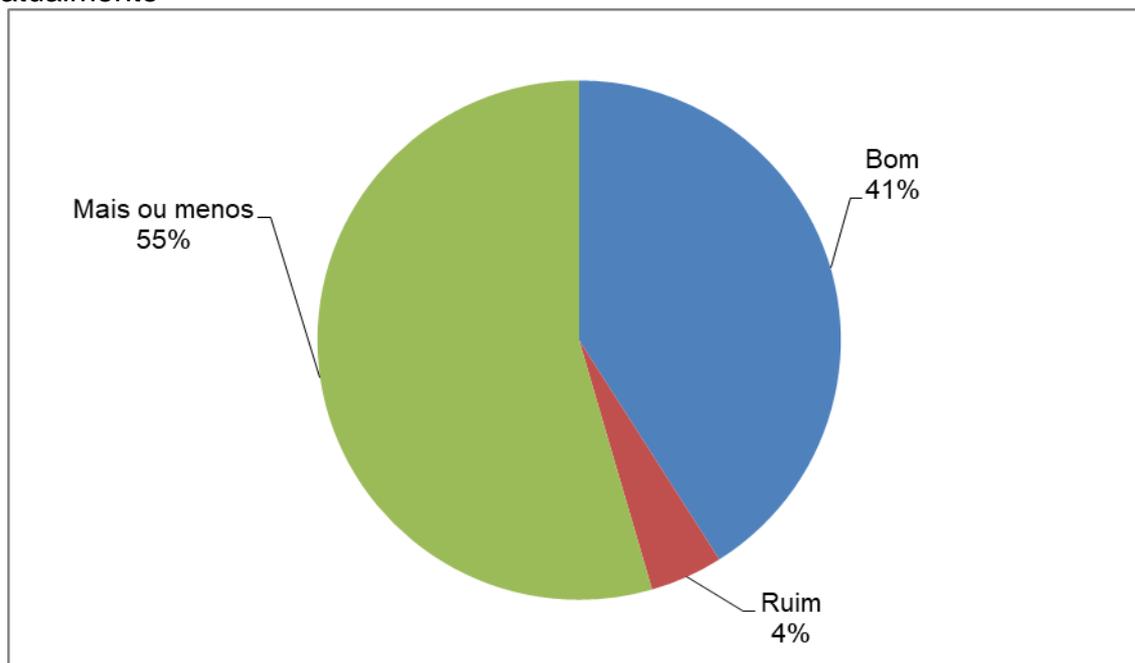
Tabela 16 - Tempo que as beneficiárias trabalham na agricultura

Tempo	n	%
Mais de 10 anos	13	56
5 a 10 anos	4	17
1 a 5 anos	4	17
Não souberam responder	2	9
Total	23	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Buscando compreender os sentimentos sobre a vida no meio rural, mais precisamente o trabalho que exerce, e pontuar se a intervenção trouxe algum impacto nessa questão, perguntou-se as entrevistadas, como elas veem/consideram a vida atualmente no trabalho agrícola e como opção de resposta tem-se: bom, ruim, e mais ou menos. Os resultados para esse questionamento foram (Gráfico 13):

Gráfico 13 - Sentimentos das beneficiárias sobre a vida na agricultura atualmente



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

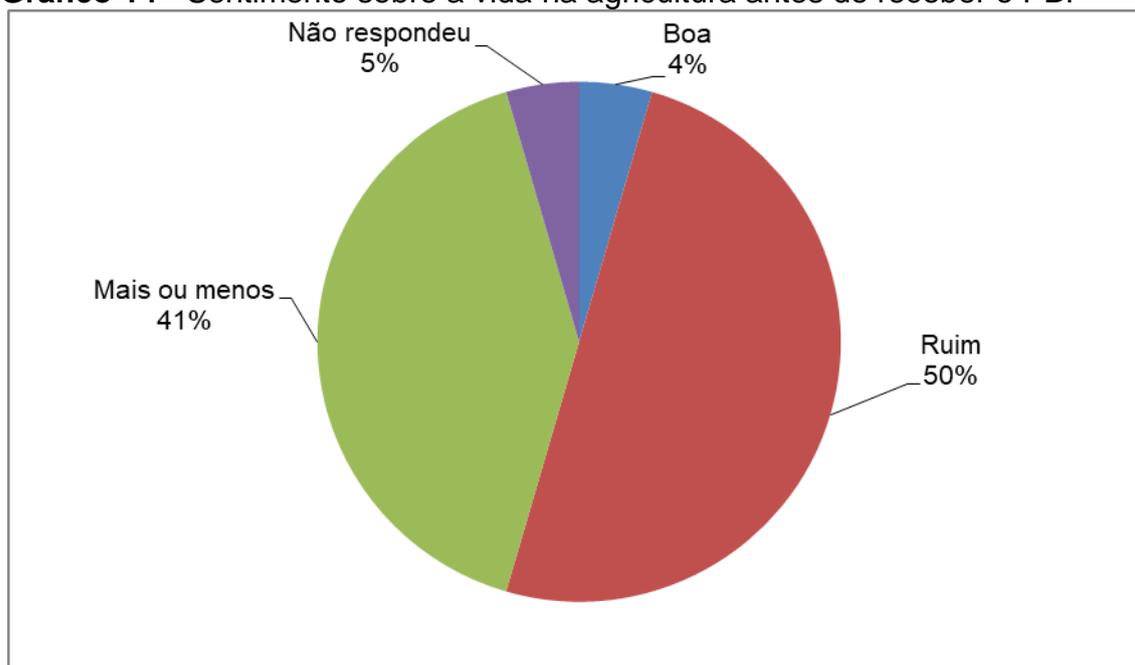
Grande parte das beneficiárias (55%) considera que tem uma vida mais ou menos, ou seja, não acham que tem uma vida boa, mas também não a considera ruim, um meio termo. Mas por outro lado, expressivamente 41% acreditam ter uma vida boa e poucas (4%) disseram ter uma vida ruim. Pelos dados apresentados entende-se que as famílias beneficiárias consideram ter uma vida boa na atividade agrícola atualmente, pois prevaleceu a opção “bom” e “mais ou menos” com o maior valor somado de respostas (96%).

As justificativas apresentadas em algumas falas que representam a maioria foram:

[a vida aqui] é melhor que na cidade (entrevistada, 31 anos).

Melhor vida, já fui vendedora e hoje sou feliz (entrevistada, 56 anos).

Antes das famílias serem contempladas com o benefício a esta realidade é completamente oposta a anterior segundo as beneficiárias. No Gráfico 14 constata-se que antes de receber o bolsa família, metade das famílias (50%) considera que tinham uma vida ruim. Outras 41% declararam que tinham uma vida mais ou menos (nem boa e nem ruim). Poucas, 4% disseram que tinham uma vida boa e outras 5% não responderam.

Gráfico 14 - Sentimento sobre a vida na agricultura antes de receber o PBF

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

As falas apresentam o porquê do resultado que mostra insatisfação na vida no campo antes do incremento do PBF:

Trabalhava muito do mesmo jeito, mas hoje tenho uma renda complementar (entrevistada, 44 anos).

Era pior, trabalhava demais desde criança (entrevistada, 31 anos).

Vivia preocupada com a alimentação (entrevistada, 56 anos).

Era mais difícil (entrevistada, 44 anos).

As declarações apresentadas mostram que a vida no campo não é e nunca foi fácil para as famílias beneficiárias, mas a intervenção do PBF trouxe uma ajuda para produzir e trabalhar na agricultura, pois a renda complementar e permanente de fluxo continuado tem feito com que as famílias exerçam suas atividades agrícolas da melhor forma com qualidade de vida.

Sendo assim, procurou-se identificar quantos dias na semana as entrevistadas investem nas atividades da agricultura, antes e depois de receberem o benefício. Os resultados para a quantidade de dias por semana que dedicam atualmente ao trabalho na agricultura estão na tabela 17.

Tabela 17 - Quantidade de dias trabalhados por semana na agricultura atualmente

Quant. dias	n	%
2 dias	3	12,9
3 dias	7	30,1
4 dias	1	4,3
5 dias	3	12,9
6 dias	2	8,6
7 dias	5	21,5
6 a 7 dias	1	4,3
Não respondeu	1	4,3
Total	23	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O máximo de dias trabalhados atualmente pelas entrevistadas na agricultura são sete dias, e o mínimo dois dias. A maioria (30,1%) atualmente dedica três dias na semana para o trabalho na agricultura. Por conseguinte, 21,5% disseram que trabalham sete dias.

Antes da família ser inserida no PBF a quantidade de dias dedicado ao trabalho na agricultura pelas beneficiárias era de três a sete dias (tabela 18). Grande parte das entrevistadas (25,8%) trabalhavam sete dias na semana, enquanto que 21,5% trabalhavam três dias.

Tabela 18 - Quantidade de dias trabalhados por semana na agricultura antes de receber o PBF

Quant. de dias/semana	n	%
3 dias	5	21,5
4 dias	2	8,6
5 dias	2	8,6
6 dias	3	12,9
7 dias	6	25,8
Não trabalhava	4	17,2
Sem resposta	1	4,3
Total	23	100

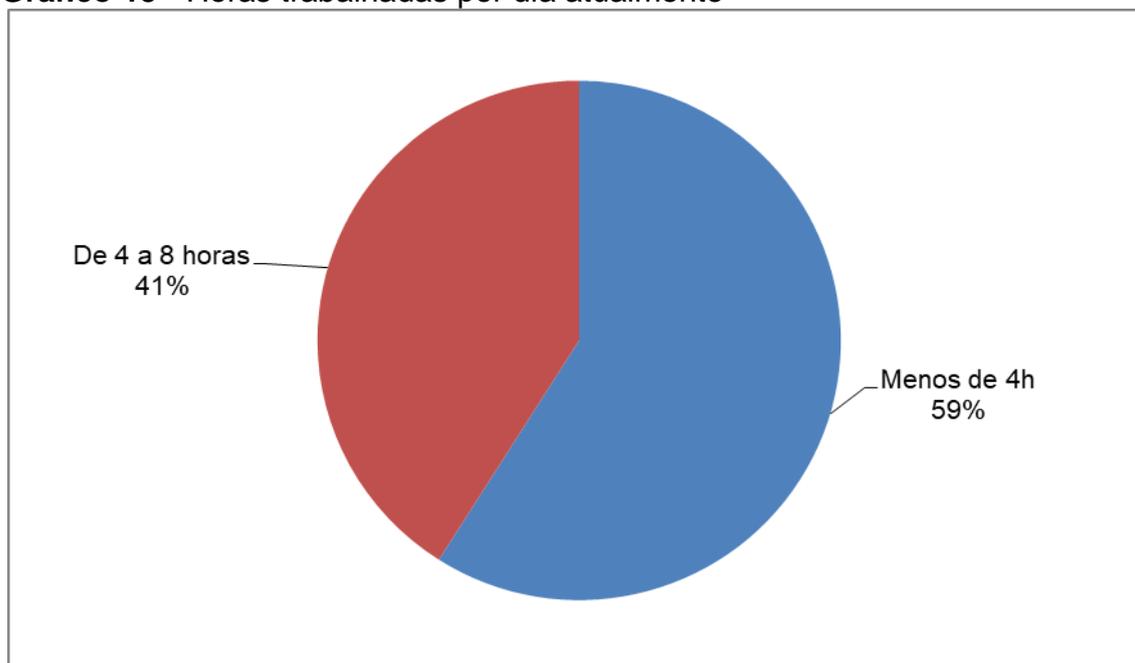
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Os resultados (tabela 18) apresentados sobre a quantidade de dias na semana dedicada ao trabalho na agricultura por parte das entrevistadas antes e depois do benefício destacam uma diferença entre ambos os períodos, indicando que as mulheres beneficiárias passaram há dedicar menos tempo ao trabalho agrícola após receberem o bolsa família.

Refletindo sobre os dados apresentados e retomando ao que foi exposto nos gráficos 13 e 14 sobre o sentimento das beneficiárias em relação à vida na agricultura, acredita-se que o PBF trouxe uma realidade melhor para essas mulheres no sentido de poderem trabalhar menos dias na agricultura sem gerar preocupações quanto aos ganhos financeiros, diminuindo assim a carga de trabalho.

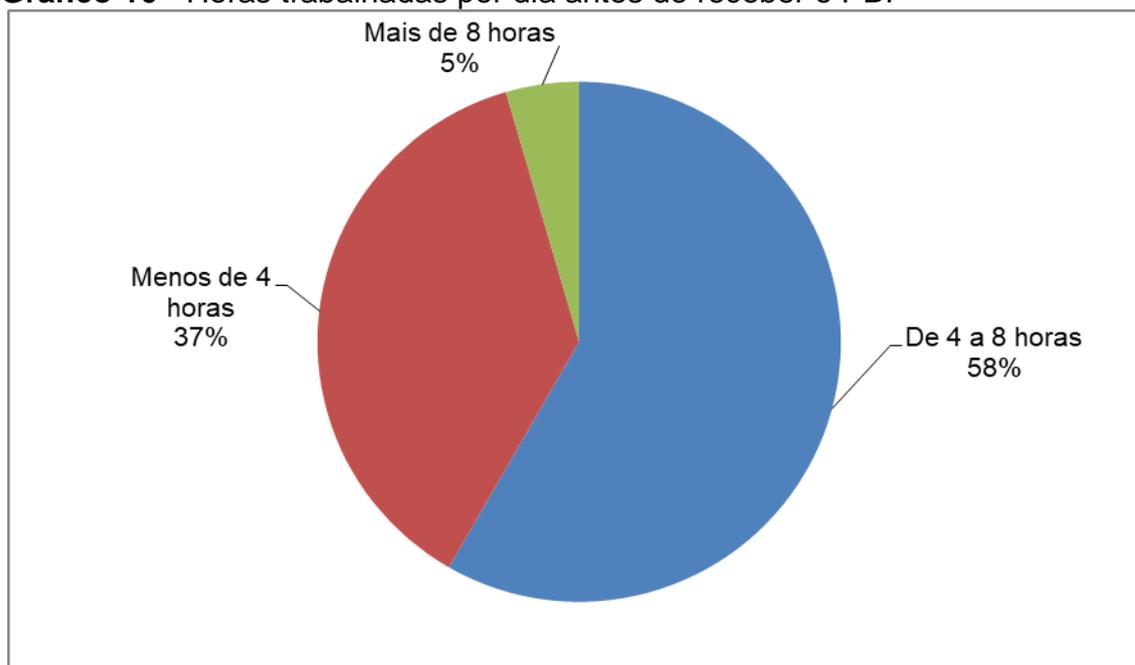
Em relação às horas trabalhadas por dia antes de depois do benefício, as entrevistadas relataram que atualmente, a maioria (59%) trabalha menos de 4h por dia. O restante (41%) declarou trabalhar de quatro a oito horas por dia (gráfico 15).

Gráfico 15 - Horas trabalhadas por dia atualmente



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Em contraponto a realidade atual, antes de receber o benefício, a maior parte das entrevistadas (58%) trabalhavam de quatro a oito horas por dia. Outra parte (37%) trabalhava menos de quatro horas e ainda existiam aquelas que trabalhavam mais de oito horas (5%). Os dados estão expostos no gráfico 16:

Gráfico 16 - Horas trabalhadas por dia antes de receber o PBF

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Através desses dados percebe-se um viés de gênero ocasionado pelo PBF. Desta forma, pontua-se algumas questões: primeiro ressalta-se que este quadro representa mulheres, que são administradoras das atividades do lar, da manutenção do benefício, e ainda trabalham na agricultura em funções distintas.

O segundo ponto a ser destacado é que estas mulheres, antes de receberem o benefício tinham suas vidas direcionadas em grande parte das horas e dias, a dedicação extrema ao trabalho na agricultura, para suprir suas necessidades financeiras e alimentares.

O terceiro ponto é que a realidade de vida dessas mulheres antes de serem beneficiárias, permitia-lhes um tempo considerado pouco para realização das atividades domésticas e cuidado com os filhos.

Considerando os pontos destacados contata-se que as mulheres representantes dessa pesquisa, empoderadas quanto ao seu papel no campo, após receber o PBF, com a diminuição da carga de trabalho puderam administrar seu tempo com mais qualidade, sendo distribuído entre as atividades no campo e retomando as atividades domésticas, além de ainda ter tempo para cuidados pessoais, como por exemplo, da saúde.

Segundo as entrevistadas, o incremento do PBF tem sido um diferencial para a realidade que viviam, como uma ajuda financeira, trazendo independência para produzir e permitindo que deem atenção as suas necessidades:

Hoje em dia posso comprar minha ferramenta (entrevistada, 36 anos).

Tenho o dinheiro do PBF pra ajudar (entrevistada, 34 anos).

Não produzia e passei a produzir (entrevistada, 49 anos).

Deixei de trabalhar para os outros, agora tenho minhas coisas (entrevistada, 44 anos).

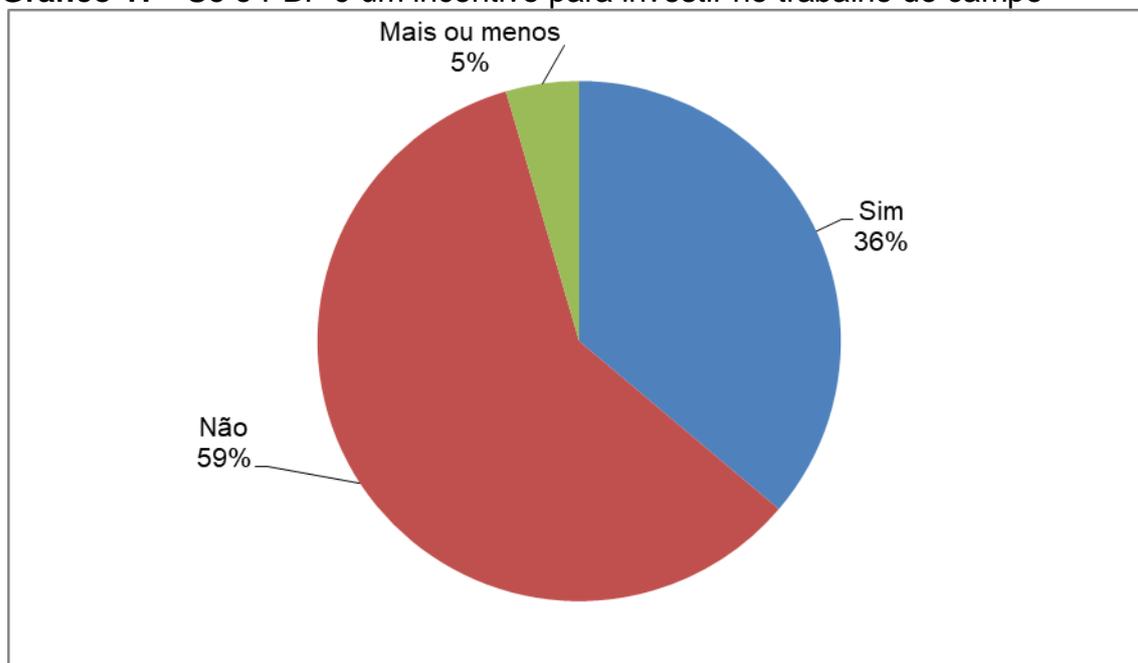
Agora trabalho mais porque estou com a barriga cheia e consigo trabalhar (entrevistada, 50 anos).

Tenho outras obrigações (entrevistada, 23 anos).

Trabalho menos por motivo de saúde (entrevistada, 31 anos).

Embora as falas acima demonstrem efeitos positivos em relação ao tempo dedicado ao trabalho na visão das entrevistadas, quando perguntado se acham que o recebimento do benefício incentiva a investir no campo, 59% responderam que não e 36% disseram que sim (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Se o PBF é um incentivo para investir no trabalho do campo



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Segundo as entrevistadas, o destino do benefício tem outras finalidades e o valor é considerado pouco, são justificativas para os resultados, representados nas falas:

Porque o valor é pouco (entrevistada, 49 anos).

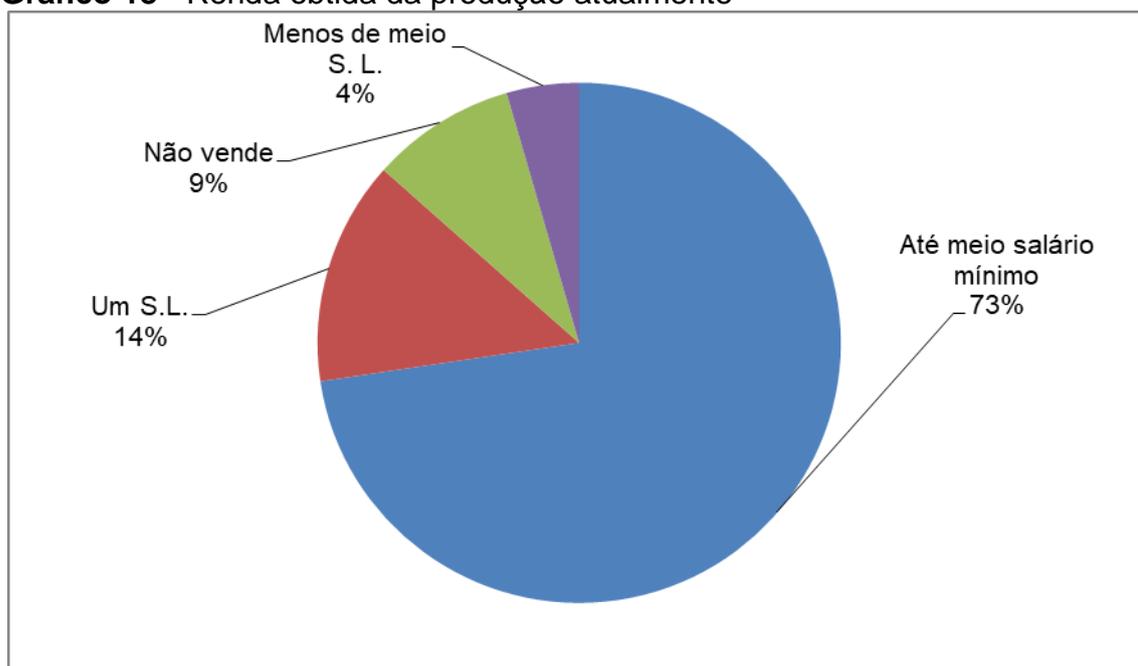
Porque viver só do bolsa não dá (entrevistada, 44 anos).

Me preocupo mais em comer, o que sobra é que gasto na agricultura (entrevistada, 34 anos).

É só para alimentação (entrevistada, 52 anos).

Quanto à renda obtida da produção atualmente, 73% declararam receber até meio salário mínimo, outros 14% recebem até um salário mínimo, e um percentual menor, 4% disseram receber menos de meio salário mínimo da produção (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Renda obtida da produção atualmente



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Sobre a renda obtida da produção quando as famílias não recebiam o Bolsa Família, em comparação a renda atual declarada, a maioria, 43% disseram que a renda era menor, 24% apontou que a renda era o mesmo valor da atual, 5% disse que não plantava e outros 5% falaram que não tinham renda (Gráfico 19).

Um pequeno percentual (5%) que declarou ter uma renda maior que a atual referiu-se ao período que a família não recebia o benefício porque existia um membro da família que trabalhava fora do campo, com um salário fixo mensal que não permitia o enquadramento da família no Programa.

Ter um olhar para a renda obtida da produção antes e depois do PBF na vida das famílias mostra que houve um diferencial positivo, mesmo o incremento do benefício sendo consideravelmente pouco.

Gráfico 19 - Renda obtida da produção antes de receber o benefício

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Em síntese, no eixo produção e renda do conceito de qualidade de vida extraído e adaptado da proposta de Asmus (2004), na dimensão trabalho e atividades produtivas, que traz como indicadores renda per capita, total da produção e atividades agrícolas, convertendo os termos das variáveis para renda do trabalho, quantidade produzida e condições de trabalho, observa-se:

- Na quantidade produzida – Não houve ganhos significativos, em todos os cultivos e demonstrou-se que para a maioria das famílias a produção permaneceu na mesma quantidade do período que não recebiam o benefício;
- As atividades produtivas – Os dados mostraram mudanças quanto às horas e dias trabalhados. Observa-se que diminuiu a carga de trabalho, mas não abandonou o trabalho na agricultura. Considera-se uma mudança positiva por permitir que a carga de trabalho seja adequada as condições do trabalhador, além de melhorar a condição da mulher enquanto trabalhadora rural. Nesse sentido, pontua-se que o PBF trouxe contribuições para a qualidade de vida no trabalho;
- A renda do trabalho – Houveram ganhos declarado na renda da produção após a participação da família no PBF, significando numa melhoria na renda da família e, portanto, nesse aspecto, percebe-se a contribuição do PBF

para a qualidade de vida, no sentido de possibilitar uma melhora na condição financeira da família através do seu próprio trabalho.

Conclui-se este capítulo, reafirmando a importância da atuação de políticas sociais para o público do meio rural, onde percebe-se que não houve abandono do trabalho agrícola, mas uma adequação as condições do trabalhador ao trabalho exercido, diminuindo a sobrecarga de trabalho para a mulher agricultora, melhorando sua qualidade de vida.

Mas, a repercussão do PBF no meio rural em relação ao trabalho na agricultura é mais abrangente e por isso, esta análise continuará verificando os impactos do benefício no trabalho agrícola, porém, mas especificamente na aquisição de equipamentos que auxiliam no trabalho.

4.4 Repercussão do Programa Bolsa Família na aquisição de recursos tecnológicos para a agricultura

Nesta seção discute-se as possíveis contribuições do PBF no trabalho agrícola, como forma de investimento para aquisição de equipamentos que são utilizados no trabalho o campo, e assim investigar se houve promoção de qualidade de vida. Nesse sentido, utiliza-se a perspectiva de Asmus (2004) que pontua na dimensão “trabalho e atividades produtivas” do conceito de QV, uma variável objetiva denominada de investimentos na propriedade.

Desta forma, o PBF é considerado como contribuição para qualidade de vida neste exposto, a partir do momento que o benefício representa ou ate mesmo reforça o investimento e possíveis melhoras nas atividades agrícolas, como aquisição de ferramentas e produtos.

No que se refere a possível utilização do benefício ou parte dele para o trabalho na agricultura, verificou-se que 95,5% das famílias não utilizam o benefício para tal fim. Apenas 4,5% disseram utilizar parte do benefício no trabalho agrícola (Quadro 10).

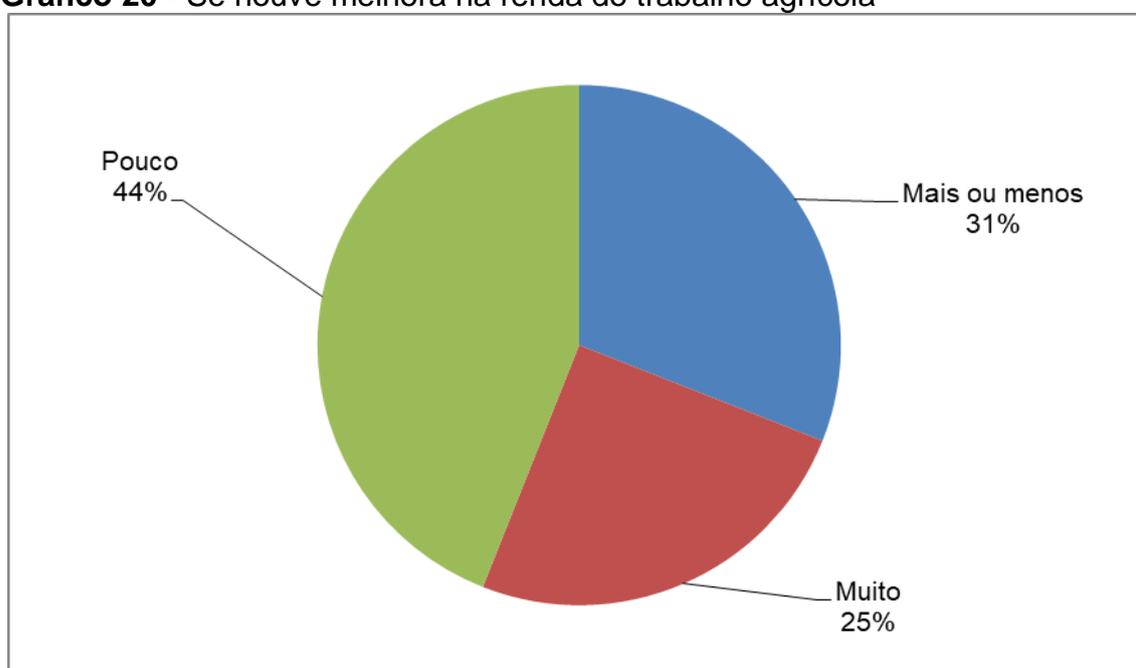
Confirmando esses resultados, quando perguntado quanto em média era retirado do benefício para o beneficiamento da agricultura, confirmou-se que o benefício não é utilizado para investimentos na agricultura, pois, 93,3% reafirmaram não utilizar e 6,7% disseram utilizar pouco (Quadro 10).

Quadro 10 - Utilização do benefício para o trabalho agrícola e quanto é retirado

Utilização de parte do benefício no trabalho agrícola		Quanto é retirado para o trabalho agrícola	
Resposta	%	Resposta	%
Sim, utiliza	4,5	Não é utilizado	93,3
Não utiliza	95,5	Retira pouco	6,7
Total	100	Total	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Porém, embora as entrevistadas tenham declarado não utilizar o benefício para o investimento do trabalho agrícola, sobre o apoio do PBF na renda do trabalho, se houve melhoras, 44% declararam que melhorou pouco, 31% disseram que melhorou mais ou menos e 25% acham que melhorou muito (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Se houve melhora na renda do trabalho agrícola

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Com base nos resultados apresentados no gráfico 20 é possível afirmar que o PBF tem auxiliado na melhoria da renda obtida do trabalho, mas não é utilizado para investimento na agricultura, portanto, infere-se que na administração do benefício, as famílias não o enxergam como um investimento para o trabalho.

Contudo, buscando compreender, mas especificamente possíveis efeitos do PBF no cenário do trabalho rural, de que forma ele intervém, quando se pontuou

algumas respostas, mas detalhadas como “compra de equipamentos”, “compra de insumos” e “compra de produtos para melhoramento da área”, todos numa escala de muito, pouco ou não ajuda, constatou-se que das 18 respostas obtidas, a maioria enxerga a contribuição do PBF na compra de equipamentos. Os resultados estão descritos na tabela 19:

Tabela 19 - Mensuração da contribuição do PBF para o trabalho na agricultura

Contribuição	n
Ajuda muito na compra de equipamentos	6
Ajuda pouco na compra de equipamentos	1
Ajuda mais ou menos na compra de equipamentos	1
Ajuda pouco na compra de produtos para melhoramento da área	3
Ajuda muito na compra de insumos agrícolas	3
Ajuda pouco na compra de insumos agrícolas	3
Não compra	1
Não ajuda	0
Não respondeu	5
Total	23

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O auxílio do PBF no investimento do trabalho agrícola apresenta-se minuciosamente nas respostas das entrevistadas. Acredita-se que o benefício tem auxiliado nos investimentos da agricultura indiretamente, por meio do aumento na renda que permite as famílias arriscar nas aquisições.

Apenas três equipamentos foram citados por 13% das entrevistadas como adquiridos após o incremento social na renda familiar, sendo eles: a enxada, o facão e a pá. E os insumos citados por apenas 4,5% das entrevistadas foram as sementes de feijão e milho.

Com relação à compra de equipamento, antes de receber o Bolsa Família, constatou-se que a maioria (36,4%) comprava pouco, ou até mesmo não comprava (27,3%), e também não tinha (18,2%). Ainda havia a opção de pedir emprestado segundo 9,1%, ou comprava a mesma quantidade de hoje (9,1%) (Tabela 20).

Tabela 20 - Compra de equipamentos antes de receber o Programa Bolsa Família

Compra de equipamentos	n	%
Comprava pouco	8	36,4%
Não comprava	6	27,3%
Não tinha	4	18,2%
Pedia emprestado	2	9,1%
Comprava a mesma quantidade de hoje	2	9,1%
Comprava com ajuda	1	4,5%
Não tinha dinheiro	1	4,5%
Comprava o que podia	1	4,5%
Quando precisava	1	4,5%

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Com relação a produtos para melhoramento da área, antes de receberem o Bolsa Família, foi declarado que 58,8% das famílias não compravam, 29,4% comprava pouco, 11,8% não tinha condições de comprar, e 5,9% pedia emprestado (Tabela 21).

Tabela 21 - Compra de produtos para melhoramento da área antes do PBF

Compra de produtos para melhoramento da área	n	%
Não comprava	10	58,8%
Comprava pouco	5	29,4%
Não tinha condições de comprar	2	11,8%
Pedia emprestado	1	5,9%

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Já na compra de insumos agrícolas, antes de receber o benefício, a maioria das famílias (47,4%) compravam pouco, e outras (36,8%) não comprava. As demais relataram que não tinham condições de comprar (5,3%), já possuía alguns (5,3%), não compra (5,3%), e comprava quando podia (5,3%) (Tabela 22).

Tabela 22 - Compra de insumos agrícolas antes da família receber o PBF

Compra de insumos agrícolas	n	%
Comprava pouco	9	47,4%
Não comprava	7	36,8%
Não tinha condições de comprar	1	5,3%
Já possuía alguns	1	5,3%
Não compra	1	5,3%
Comprava quando podia	1	5,3%

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Analisando o contexto geral desse capítulo, percebe-se que de maneira geral o PBF não tem uma participação significativa no investimento na agricultura das famílias de Moreno/PE. O benefício é visto como um incremento, que faz a diferença na renda familiar, mas não é suficiente para as famílias investirem na agricultura.

De fato, observando as tabelas 20, 21 e 22, nota-se um minucioso efeito do PBF no cenário de aquisição de produtos que auxiliam o trabalho, porém infere-se que isso ocorre pelo fato do aumento na renda familiar trazer mais segurança financeira para a família, e por isso possibilita compra de materiais. Entende-se, portanto, que é desta forma que o PBF vem se materializando como uma contribuição para o bem-estar das famílias em virtude da possibilidade de investimento no trabalho, mesmo que de forma indireta. Em síntese, o Bolsa família é o meio de ajuda, mas não é o fim.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda construção analítica desenvolvida interligando a alimentação, a produção e a tecnologia na agricultura, caminhou com um olhar na qualidade de vida adquirida a partir da intervenção do Programa Bolsa Família na vida das famílias pesquisadas de Moreno-PE. Os temas foram conjugados para uma compreensão mais clara dos pontos que perpassam os impactos do programa no meio rural.

Em resposta ao objetivo principal do estudo, considera-se que o Bolsa Família trouxe contribuições para a qualidade de vida das famílias em todos os quesitos observados, algumas contribuições aparecem de forma mais subjetiva em comparação a outras, porém houve um destaque maior da atuação do Programa na alimentação.

O destino do benefício ocorre de forma mais expressiva na alimentação das famílias do que nas outras variáveis analisadas. Percebeu-se nítidas mudanças na alimentação das famílias rurais, em termos de segurança alimentar, mais precisamente no concernente ao acesso, à quantidade e a qualidade do alimento.

Efetivamente, pode-se afirmar que o PBF atuou possibilitando melhorias na alimentação das famílias rurais pesquisadas mais em termos de quantidade de alimentos, do que em acesso e qualidade. Os resultados mostram a possibilidade do acesso a alimentos que outrora não acontecia e aumento da quantidade do que já era de costume ser consumido. Desta forma houve ganhos positivos, mas, entende-se, que essas mudanças precisam ser contínuas e devem ser melhoradas em termos de qualidade, para que haja de fato uma segurança na alimentação dessas famílias beneficiárias. Em síntese, o PBF tem ocasionado resultados favoráveis significativos na área da alimentação, e conseqüentemente, tem impactado positivamente na qualidade de vida.

A qualidade de vida adotada aqui, representada pelas dimensões da alimentação, produção e tecnologia de produção, alicerçada por construções teóricas pré-definidas, permitiram apresentar uma visão de qualidade de vida mais próxima da realidade do público estudado, e assim, destacar a atuação e colaboração do PBF para com as famílias.

Em termos nutricionais, não é possível afirmar os efeitos do PBF na alimentação, pois não apresentaram contribuições aparentes. Embora haja melhoras, não é possível determinar a partir desta análise, que as famílias passaram a ter uma mais alimentação mais saudável e equilibrada. Os costumes alimentares das famílias permaneceram, e o benefício embora provocando incremento na renda não foi suficiente para que se inserissem, nas refeições, alimentos variados para composição de uma alimentação mais equilibrada, ou seja, que permita a inclusão de alimentos que contenham nutrientes que se complementem.

Porém, isso não quer dizer que as famílias estão se alimentando de forma inadequada nutricionalmente. O que ocorre é a predominância do carboidrato como nutriente principal da cesta alimentar das famílias, comprometendo o consumo de outros nutrientes contidos em outros alimentos.

Isto ocorre devido a realidade social das famílias. Ou seja, a predominância dos carboidratos se justifica, pois que além de ser importante na produção de energia para realização das atividades no campo, as famílias têm um acesso garantido a alimentos que contenham esse nutriente, pois estão presentes nos cultivos mais praticados (a macaxeira e a batata doce), que são alimentos (tubérculos) ricos em carboidratos.

No que se refere à quantidade de alimentos, confirmou-se que esse foi o principal impacto do PBF na alimentação. As famílias demonstraram satisfação com a alimentação atual frisando o benefício como o fator principal desse ganho. Com isso, considera-se, em termos de quantidade de alimentos conferidos, que o PBF atingiu resultados positivos.

A pesquisa demonstrou, também, que a composição da cesta de alimentos apresentou mudanças depois da inserção das famílias no Programa, mostrando que o PBF é, de fato, um caminho para se gerar segurança alimentar e melhoria na qualidade de vida, em termos de satisfação das necessidades alimentares, mas ainda não é possível afirmar que as famílias beneficiárias de Moreno/PE alcançaram a condição de ter uma alimentação segura mesmo com a contribuição financeira do benefício.

Em suma, todo percurso da análise da alimentação houve resultados positivos e negativos para as famílias após a inserção do benefício. Por isso, não se pode determinar a existência da SAN. Por outro lado, não cabe aqui

desconsiderar os efeitos positivos que o PBF trouxe para a alimentação das famílias. Por isso, a conclusão extraída é de que o PBF tem gerado contribuições para a qualidade de vida das famílias referente à alimentação, porém, não ao ponto de promover uma SAN propriamente dita.

Por outro lado, na produção das explorações agrícolas, o PBF trouxe ganhos, porém não tão significativo quanto na alimentação. A quantidade produzida de cultivos não apresentou ganhos que permitissem afirmar haver sido consequência das intervenções do Programa. As diferenças na quantidade de produção antes e depois da inserção da família no programa foram poucas. Todavia, os diferenciais vistos na relação produção e consumo, e condições de trabalho (dias/horas trabalhadas) representaram positivamente embora subjetivas, nessa questão.

Chama-se atenção para o fato de que a aquisição do benefício não representou abandono das atividades produtivas, mostrando-se com estes resultados, discordância com a assertiva de que o recebimento do benefício ocasiona abandono no trabalho agrícola. Com efeito, relativamente ao público rural, a pesquisa não mostrou nenhum dado que represente abandono, mas sim, uma adequação da quantidade de trabalho às questões de saúde relacionada ao esforço físico dispendido nas atividades rurais por parte das mulheres.

Esse resultado mostra uma clara contribuição do PBF na qualidade de vida das famílias rurais em termos de saúde, pois, verificou-se a permanência da beneficiária no trabalho respeitando seus limites de saúde e esforço físico, e tendo aumentos na renda mesmo com uma carga horária de trabalho relativamente diferente a de antes.

Outro fato a destacar, é que através da aquisição do benefício, as famílias passaram a ter uma vida no campo mais independente. Na verdade, percebeu-se que o PBF possibilitou a produção para algumas famílias que outrora não conseguiam ter seu espaço para produzir, ou ter o que produzir.

É importante destacar que para as famílias pesquisadas, o PBF mostrava-se como não motivador e sem utilização para o trabalho no campo, mas no decorrer das entrevistas, ficaram nítidos os impactos que o programa ocasionou na produção, contribuindo para a independência, melhorando a renda e permitindo ter mais segurança para produzir, visto que a alimentação estava assegurada com o benefício.

Assim, afirma-se que o PBF tem permitido, na questão da produção, melhoria na qualidade de vida do campo através de condições de trabalho mais apropriadas à realidade do trabalhador, ganhos na renda e pequenos redimentos na produção.

Concernente à tecnologia de produção, ao tratar do acesso a equipamentos e também do trabalho na agricultura, no contexto atual é difícil de perceber alguma mudança ou impacto do PBF, pois não foi um dado exposto com clareza pelas entrevistadas. Todavia, olhando para o período em que as famílias não recebiam o benefício, compreende-se que a realidade era mais difícil relativamente ao acesso a produtos e equipamentos. Entretanto, embora a contribuição do Programa, não tenha ficado clara nesse quesito, ficou nítido que o valor do benefício não é utilizado para o investimento na agricultura.

A contribuição do PBF na vida da família participante da agricultura neste quesito aparece ao se analisar a renda familiar. De fato, o PBF traz um incremento na renda, e isso pode proporcionar uma segurança para investir no campo, de forma equilibrada sem comprometer o destino principal do benefício que é a alimentação.

Contudo, na tecnologia da produção, o PBF não traz aparentes contribuições, e no que concerne a qualidade de vida sob a ótica da aquisição de equipamentos e produtos que promovem melhoras nas atividades agrícolas, não houve melhorias concretas para a qualidade de vida nesse sentido.

Em síntese, compreende-se que o PBF proporciona melhoras na qualidade de vida no trabalho da agricultura quando proporciona as famílias uma alimentação melhor em termos de acesso e quantidade e quando provoca mudança no estilo de vida, fazendo com que a carga de trabalho seja menos intensa pelo trabalhador, permitindo que deem lugar a outras atividades e necessidades, sem o abandono do campo. Além disso, o PBF provoca efeitos subjetivos na qualidade de vida do campo, como satisfação com a vida no campo a partir do momento em que a família é inserida no programa.

Entretanto, ressalta-se, em concordância com outros estudos, inclusive alguns citados aqui¹², a importância e necessidade do PBF atuar articulado a outros programas sociais, em busca de melhoras na saúde, na educação, na

¹² No tópico 2.2.2

habitação, na profissionalização para que o Programa seja um meio das famílias obterem melhores condições de vida e desta forma, alcancem mais independência e autonomia ao ponto de encontrarem uma porta de saída do Programa.

Os resultados apresentados sobre a atuação do PBF, embora tenha originado efeitos positivos, ainda revelam um alerta quando se trata da saída dos beneficiários do Programa. Isso porque os dados das beneficiárias mostraram que existem famílias que recebem há mais de cinco anos. Esta realidade aponta para vários questionamentos que colocam a prova os alcances já obtidos pelo Programa.

Este estudo trouxe contribuições para os debates acadêmicos em torno do Programa no meio rural, mas admite-se que ainda existem outros desafios como identificar por que o PBF busca erradicar a pobreza e as famílias permanecem no Programa a mais de cinco anos? Quais os motivos das famílias permanecerem no PBF a mais de cinco anos? São questionamentos sugestivos que possibilitarão a concepção de novos desdobramentos sobre o PBF no meio rural e o desenvolvimento de novas pesquisas.

Portanto, cabe ressaltar a importância de estudos que deem continuidade ao que foi tratado aqui, com públicos de áreas rurais, para que o acompanhamento dos efeitos do programa possa ser visto nas áreas rurais, chamando atenção, principalmente para estudos que considerem variáveis pertinentes à realidade do público rural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Frankcione Borges de; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Avaliação do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde, GO: efeitos, entraves e diferenciações. **Interações (Campo Grande)**, v. 16, n. 2, 2015.

ALMEIDA, Frankcione Borges de. **Efetividade social do programa bolsa família na segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio Verde (GO)**. 2014. 132f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Universidade Federal de Goiás.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (AIBF). **Sumário Executivo**. Outubro, 2007. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/avaliacao_impacto_programa_bolsa_familia.pdf. Acesso em: 14/10/2016.

ALVES, Eliseu. Medidas de produtividade: dilemas da agricultura familiar. **Revista de Economia e Agronegócio–REA**, v. 1, n. 3, 2015.

ASMUS, Rosa Maria Faria. **Qualidade de vida na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. 271p. 2004.

AZEVEDO, Elaine de. **Qualidade de vida na perspectiva da agricultura familiar Orgânica**. IV Encontro Nacional da ANPPAS. Brasília, 2008.

AZEVEDO, Elaine de; SCHMIDT, Wilson; KARAM, Karen Folador. Agricultura familiar orgânica e qualidade de vida. **Revista Brasileira de Agroecologia**. V. 6. N. 3. 2011.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. O rural depois da agricultura. **Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer**. Lisboa: M2-Artes Gráficas, Ltda, p. 85-105, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3 reimp. da 1 edição. Edições: São Paulo, 2016.

BARROS, Ricardo Paes de et al. **Conseqüências e causas imediatas da queda recente da desigualdade de renda brasileira**. Textos para discussão. Ipea: Rio de Janeiro, 2006.

BARROS, Ricardo et al. **Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil**. Textos para discussão. Ipea: Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. **Bolsa Família: saiba como se inscrever no programa**. Ministério do Desenvolvimento Social. Agosto/2017. Acesso em: 28/11/2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/agosto/bolsa-familia-saiba-como-se-inscrever-no-programa>.

BRASIL. **Bolsa Família: benefícios.** Ministério do Desenvolvimento Social. Julho/2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e-beneficios/beneficios> Acesso em: 20/01/2018.

BRASIL. **Bolsa Família: Formulários.** Julho/2015. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/a-gestao-do-cadastro/processo-de-cadastramento/formularios> Acesso em 12/08/2017.

BRASIL. **Mulheres representam 93% da titularidade do Bolsa Família.** Portal Brasil. 2013. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/mulheres-representam-93-da-titularidade-do-bolsa-familia/@@nitf_galleria Acesso em: 10/12/2017.

BRASIL, Casa Civil. Presidência da República. **Lei 11 346, de 15 de setembro de 2006.** 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm? Acesso em: 29/11/2017.

BRASIL. Governo Federal. **Manual de gestão do Cadastro Único para programas sociais do Governo federal.** 2 Edição. Brasília, 2015.

BRASIL. Governo Federal. **Manual de Gestão do Cadastro único para programas sociais do Governo Federal.** Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)/ Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). 3 Edição. Brasília, 2017.

BRASIL. Governo Federal. **Manual do entrevistador: cadastro único para programas sociais.** Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)/ Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). 4 Edição. Brasília, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Alimentação saudável e sustentável.** Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira - Promovendo alimentação saudável.** Brasília: MS; 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Tabela de medidas não decimais.** 1946. Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf Acesso em: 12/12/2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Bolsa Família: o que é?** 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e> Acesso em: 10/01/2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Cadastro Único: o que é e pra que serve.** 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve> Acesso em: 20/04/2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **MDS derruba mitos do Bolsa Família em debate do dialoga Brasil.** 2015. Disponível em:

<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/outubro/mds-derruba-mitos-do-bolsa-familia-em-debate-do-dialoga-brasil> Acesso em: 12/01/2018.

CACCIAMALI, Maria Cristina et al. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 14, n. 2, p. 269-301, 2010.

CAMELO, Rafael de Sousa; TAVARES, Priscilla Albuquerque; SAIANI, Carlos César Santejo. Alimentação, nutrição e saúde em programas de transferência de renda: evidências para o Programa Bolsa Família. **Revista Economia**, 2009.

CAMPELLO, Tereza. **Uma década derrubando mitos e superando expectativas**. BOLSA FAMÍLIA: uma década e inclusão e cidadania. P. 15-24. Ipea: Brasília, 2013.

CAMPELLO, Tereza et al. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Ipea: Brasília, 2013.

CARDOSO, Carlos Estevão Leite; SOUZA, J. da S. Aspectos agro-econômicos da cultura da mandioca: potencialidades e limitações. **Embrapa Mandioca e Fruticultura-Documentos (INFOTECA-E)**, 1999.

CARDOSO JR, José Celso; JACCOUD, Luciana. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 181-260, 2005.

CARVALHO, Ailton Mota de. Políticas sociais: afinal do que se trata?. Agenda Social. **Revista do PPGPS**. Vol 1. N.3. 2007.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Ipea: Brasília, 2010.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 1974.

CHAVES, M. O.; BASSINELLO, P. Z. O feijão na alimentação humana. **Feijão: o produtor pergunta, a Embrapa responde**. 2 ed. Embrapa: Brasília, 2014.

CHIMELLO, Régés. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Unoesc & Ciência-ACET**, v. 1, n. 2, p. 163-174, 2010.

COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (COGEMAS) NORTE. **Cadastro Único para Programas Sociais como ferramenta para qualificar a oferta de serviços e benefícios**. 2016. Disponível em: <http://www.congemas.com.br/images/PDF/MINICURSO5.pdf> Acesso em: 11/10/2017.

CORRÊA, Marcello. **Brasil é o 10º país mais desigual do mundo**. O Globo. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-o-10-pais-mais-desigual-do-mundo-21094828> Acesso em: 10/01/2018.

DUARTE, Gisléia Benini; SAMPAIO, Breno; SAMPAIO, Yony. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 47, n. 4, p. 903-918, 2009.

DUTRA, Marina. **União repassou quase R\$ 25 bilhões aos beneficiários do Bolsa Família em 2013**. Contas Abertas. 2014. Disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/webSite/arquivos/7603> Acesso em 11/01/2016.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político**. 5 ed. Globo: São Paulo, 2012.

FERREIRA, F.R.B.; MOURA, E.A.; ANDRADE, S. L.; SILVA, C. G. M. Panorama da alimentação e nutrição nos municípios do CONSAD Itambé/PE. **Segurança alimentar e desenvolvimento sustentável: Zona da Mata de Pernambuco**. EDUPE: Recife, 2012.

FONTOURA, Andréia Furtado da et al. **A Produção para Autoconsumo: Características e Importância para os Sistemas de Produção de Pecuária Familiar da Fronteira Oeste do RS**. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais. Mestrado em Extensão Rural: Rio Grande do Sul, 2012.

GASQUES, José Garcia; BASTOS, Eliana Teles; BACCHI, Mirian R. Piedade. Produtividade e fontes de crescimento da agricultura brasileira. **Políticas de incentivo à inovação tecnológica**, 2008.

GASQUES, José Garcia; BASTOS, Eliana Teles; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade. Produtividade na agricultura brasileira. **AgroANALYSIS**. V. 28, n. 8, p. 47-48, 2011.

GASQUES, J. G., BASTOS, E. T., VALDES, C., & BACCHI, M. R. P. Produtividade da agricultura brasileira e os efeitos de algumas políticas. **Revista de Política Agrícola**, v. 21, n. 3, p. 83-92, 2012.

GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos M. **Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos oitenta**. IPEA: 1990.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: Uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A Produção da Autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Ed. da UFRRJ, v. 15, p. 89-122, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Base de Dados do Estado - BDE**. 2016. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=695&CodInformacao=798&Cod=1. Acesso em: 16 abr. 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Base de Dados do Estado - BDE**. 2017. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/Moreno.pdf.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar: um estudo comparativo no Rio Grande do Sul. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 2, 2008.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. " Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.

HAAS, Francisco. Política Social como política pública. **Veredas do Direito: direito ambiental e Desenvolvimento Sustentável**. Vol. 1. N. 3. 2004.

HAYAMI, Yujiro; RUTTAN, V. W. Diferenças de Produtividade Agrícola entre Nações. In: ARAÚJO, Paulo Fernando. **Desenvolvimento da agricultura: educação, pesquisa e assistência técnica**. Pioneira: São Paulo, 1975.

HERRERA, Susana Alvarez. **Adopción tecnológica y dimensiones ambientales en un programa de desarrollo rural: estudio de caso PRONADER–Guano**. 2005. Dissertação de Mestrado (Maestria en Ciencias Sociales Mencion en Estudios Socioambientales) - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales Sede-Ecuador.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

HÖFLING, Eloísa de Mattos et al. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). **Diálogos sobre o direito humano à alimentação no Brasil – Relatório Final**. Rio de Janeiro, 2009.

Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). **Pesquisas revelam potencial da mandioca**. 2008. Disponível em: http://www.ipa.br/noticias_detalhe.php?idnoticia=293&secao=1 Acesso em: 12/12/2017.

Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística (IBGE). **Contagem populacional**. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15/10/2017.

Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística (IBGE). **Infográficos: dados gerais do município**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=260940&search=||info gr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>. Acesso em: 28/11/2017.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/FAO). **O Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto. Brasília: MDA, 2000

LOURENÇO, Luana. **Valor do benefício básico do Bolsa Família sobe para R\$ 77.** Agência Brasil. Brasília, 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/valor-do-beneficio-minimo-do-bolsa-familia-sobre-para-r77><http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/valor-do-beneficio-minimo-do-bolsa-familia-sobre-para-r77> Acesso em 11/01/2017.

MAIOR, M.S. **Comes e Bebes do Nordeste.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012.

MARTINS, José de Souza. A modernidade do passado no meio rural. 2014. In: BUIANAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da.; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Embrapa: Brasília, 2014.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra livre**, v. 2, n. 19, 2002.

MATOS, P. C.; OLIVERA, G. G. **A ação do Programa Bolsa Família em comunidades rurais: O caso do Timbó, Bahia.** Biblioteca Virtual do Bolsa Família–Centro Internacional de Pobreza, 2008.

MATTOS, P. L. F.; FARIAS, A. R. N.; FILHO, J. R. F. **Mandioca: o produtor pergunta a Embrapa responde.** Embrapa Informações tecnológicas: Brasília, DF, 2006.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires. **O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade rancharia, Campo Alegre de Goiás.** 2013. 135f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-31, 2000.

MOCELIN, Cassia Engres. **Pobreza rural e o Programa Bolsa Família: o caso dos beneficiários da comunidade de São João de Barro Preto – Júlio de Castilhos/RS.** 2011. 129f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLLO, Letícia. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: IPEA, 2013.

PASSARINHO, Nathalia; SANTOS. **Dilma lança programa que pretende erradicar miséria no Brasil.** G1 Política. Brasília: 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/06/dilma-lanca-programa-brasil-sem-miseria-e-amplia-bolsa-familia.html> Acesso em: 11/01/2017.

PESSOA, Yldry Souza Ramos Queiroz. **Agricultura familiar: uma perspectiva da qualidade de vida do produtor rural orgânico da Paraíba.** 2014. 153f. Tese de

Doutorado (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PHILIPPI, Sonia Tucunduva; LATTERZA, A. R.; CRUZ, A. T. R.; RIBEIRO, L. C. **PIRÂMIDE ALIMENTAR ADAPTADA: guia para escolha dos alimentos. Revista de Nutrição.** v. 12, n. 1, p. 65-80, 1999.

PHILIPPI, Sonia Tucunduva. **Pirâmide dos alimentos: fundamentos básicos da nutrição.** Editora Manole, 2015.

PORTAL BRASIL. **Beneficiários do Bolsa Família com filhos até 6 anos e em extrema pobreza têm renda extra.** Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/07/beneficiarios-do-bolsa-familia-com-filhos-entre-0-e-6-anos-e-em-extrema-pobreza-tem-novo-beneficio> Acesso em 11/01/2017.

PORTAL BRASIL. **Número de beneficiários do Bolsa Família tem se mantido estável.** Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Brasília, 2015. Disponível em <https://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/setembro/numero-de-beneficiarios-do-bolsa-familia-tem-se-mantido-estavel> Acesso em 11/01/2017.

PORTAL BRASIL. **Ministério orienta como deve ser feita inscrição no Bolsa Família. Ministério do Desenvolvimento Social.** 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/08/ministerio-orienta-como-deve-ser-feita-inscricao-no-bolsa-familia> Acesso em 11/09/2017.

PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil.** São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br>> Acesso em: 11/09/2017.

REIS, D. S. dos. **O Rural e o Urbano no Brasil.** Anais do XV Encontro Nacionais de Estudos Populacionais. Minas Gerais, 2006. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_777.pdf Acesso em 11/01/2017.

RIBEIRO, Aline Batista; DE FREITAS, Ana Maria Lacerda. A Contribuição do Programa Bolsa Família às Famílias Beneficiárias da Cidade de Joaquim Felício-MG. **Revista ESPACIOS.** Vol. 37. Nº 01. 2016.

RIOS, Dênis Fernando Fraga. **O programa Bolsa-Família em um contexto de cidades rurais: o caso de Bambuí-MG.** 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa.

ROCHA, Sônia. O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. **Revista Economia e Sociedade.** Vol.20. n.1. Campinas: abril de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n1/v20n1a05> Acesso em 20/12/2016.

RODRIGUES, João Freire. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia e classificação dos municípios. **Revista Análise Social.** N. 211. Vol. XLIX. Portugal: Lisboa. 2014.

ROMANI, Sylvia de Azevedo Mello; AMIGO, Hugo. Perfil alimentar e posse da terra na área rural do Estado de Pernambuco, nordeste do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 20, n. 5, p. 369-376, 1986.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI)/MDS. **Relatório sobre o Bolsa Família e o Cadastro Único**. 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php> Acesso em: 20/09/2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SCHNEIDER, Sergio et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 137-164, 2006.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI)/MDS. **Relatório sobre o Bolsa Família e o Cadastro Único**. 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php> Acesso em: 28/11/2017.

SILVA, José de Ribamar Sá; BARROS, Vadira. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: um destaque ao sentido das variáveis contextuais. **Revista Políticas Públicas**. V. 8, N. 2, p. 141-156, 2015.

SILVA, José Francisco Graziano da. O novo rural brasileiro. **Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia**. 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1429-1439, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; LIMA, Valéria Ferreira dos Santos. Caracterizando o Bolsa Família: uma aproximação ao processo de unificação dos programas de transferência de renda no Brasil. In ____ (Coord.). **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, Fabio Veras et al. **Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: Uma Comparação com Programas de Transferência Condicionada de Renda de outros Países**. International Policy Centre evaluation note, N.1, 2007.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras**. Texto para Discussão. Brasília: Ipea, 2009.

SONATI, J. G.; VILARTA, R.; AFFONSO, C.V. **Noções básicas de alimentação e nutrição**. Alimentação saudável e atividade física para qualidade de vida. IPES Editorial: Campinas, 2007.

SOUSA, Darcon; BRITO, Alisson Felipe de Melo. **Os mecanismos de “portas de saída” do programa bolsa família e as perspectivas dos beneficiários no município de caturité, paraíba**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, 2005.

SOTO, Silvia Fernandes. Políticas sociales y proyectos de sociedad: crisis, neoliberalismo y reconfiguración “neodesarrollista” em Argentina em El siglo XXI. **Revista de Políticas Públicas**. V.17. N. 2. 2013.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18. Nº 51. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15983.pdf> Acesso em 20/01/2017.

SOUZA, Celina. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Ano 8, n.16. Porto Alegre: 2006

TAVARES, Priscilla Albuquerque. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. **Economia e sociedade**, v. 19, n. 3, p. 613-635, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Editora Autores Associados: São Paulo, 2002.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck. Em torno do conceito de política social: notas introdutórias. **Rio de janeiro: [sn]**, p. 72-73, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **The World Health Organization quality of life instruments**. Switzerland: WHO, 1997.

WORLD WITHOUT POVERTY (WWP). Mundo sem pobreza: iniciativa brasileira de aprendizagem. **Cadastro Único para programas sociais do governo federal (CadÚnico): Ficha de programa**. 2015 Disponível em: <https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2014/07/2.-Cadastro-%C3%9Anico-Ficha-de-programa.pdf> acesso em 05/05/2017.

WORLD WITHOUT POVERTY (WWP). Mundo sem pobreza: iniciativa brasileira de aprendizagem. **Apresentação do Cadastro Único brasileiro**. 2016 Disponível em: http://wwp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/apresentacao_do_cadastro_unico.pdf Acesso em: 05/05/2017.

ZART, Rafael. **Bolsa Família chega a 225 mil novas famílias em janeiro**. Ministério do Desenvolvimento Social. 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/janeiro/bolsa-familia-chega-a-225-mil-novas-familias-em-janeiro> Acesso em 20/01/2018.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O PRÉ-TESTE

Roteiro de entrevista semi-estruturada para as famílias beneficiárias do Bolsa Família

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MEIO RURAL: efeitos na qualidade de vida das famílias acampadas em Moreno-PE

Roteiro de entrevista bloco 1 - Características Pessoais

1. Idade: _____ anos
2. Sexo: M () F ()
3. Estado civil: Casado/a (); Solteiro/a (); viúvo/a (); Outros: _____
4. Escolaridade:
Ensino fundamental () Ens. Fundamental incompleto (); Ensino Médio (); Ensino Médio incompleto (); Sem escolaridade ()
5. Quantas pessoas fazem parte de sua família?
6. Possui filhos? Sim () Não () Quantos?
7. Quantas pessoas da sua família trabalham ou ajudam nas atividades da propriedade familiar?
8. Na sua família, quantas pessoas trabalham fora da propriedade?
9. Em que atividade?
10. Possui outra fonte de renda/atividade? Sim () Não ()
11. Já fez algum tipo de capacitação/treinamento em sua atividade agrícola? Sim () Não ()
12. Já recebeu algum crédito/financiamento, projeto produtivo ou assistência técnica para a sua atividade?
[] Não [] Sim, individual [] Sim, coletivo
13. Qual a renda total familiar por mês?
[] Menos de meio salário mínimo [] de meio a menos de 1 salário mínimo [] De 1 a menos de 2 s.m. [] De 2 a menos de 5 s. m. [] De 5 ou mais s. m. [] Não sabe
14. Há quanto tempo recebe o Bolsa Família?
[] menos de 1 ano [] 1 ano [] 2 anos [] 2 a 4 anos [] Mais de 5 anos

Roteiro de entrevista bloco 2 – Bolsa Família e alimentação

1. Quais alimentos fazem parte da alimentação da família

Antes do PBF	Depois do PBF

Por quê?

2. Atualmente quantas refeições por dia são realizadas pela família? _____ e antes do PBF?

3. Quais os principais alimentos consumidos por sua família?

	Antes do PBF	Depois do PBF
Café da manhã		
Almoço		
Jantar		

4. Quais destes são produzidos pela família?

5. Existem alimentos que são produzidos pela família, mas não são consumidos? Quais? Por quê?

6. Da quantidade produzida, quanto é retirado para a alimentação da família?

	Antes do PBF	Depois do PBF
Quantidade produzida		
Quantidade consumida		

6. O que mudou na alimentação da família após o PBF?

7. A família está satisfeita com a alimentação?

Antes do PBF	Depois do PBF

8. Descreva a quantidade de cada alimento na cesta de alimentos da família:

9. Na sua opinião, o que é qualidade de vida?

10. Qual a relação entre alimentação e qualidade de vida?

Roteiro de entrevista bloco 3 - Bolsa Família e a Tecnologia Agrícola

1. Você utiliza uma parte da renda do BF para seu trabalho na agricultura?

Sim Não

2. Quanto em média você utiliza desse benefício para beneficiamento do trabalho na agricultura?

Pouco A metade Quase tudo

3. Com o apoio do BF a renda do seu trabalho na agricultura tem melhorado?

Muito Pouco mais ou menos

4. Cite algumas contribuições do BF para o sua agricultura:

Na compra de equipamentos (quantidade e tipo):

Antes do PBF	Depois do PBF

Para melhoramento da área:

Antes do PBF	Depois do PBF

Compra de insumos agrícolas (sementes, adubos, rações, inseticidas, fungicidas):

Antes do PBF	Depois do PBF

Roteiro de entrevista bloco 3 – PBF e Produtividade na Agricultura

1. Qual é o tamanho de sua propriedade? _____

2. Em quais atividades na produção o Sr. pratica? ()Agricultura ()Pecuária

()mista

3. Quais cultivos explorados? _____

4. Qual a quantidade produzida de:

Milho: antes do PBF _____ Depois do PBF _____

Mandioca: antes do PBF _____ Depois do PBF _____

Feijão: antes do PBF _____ Depois do PBF _____

Outro: _____

5. Qual sua atividade principal?

—

6. Há quanto tempo trabalha na agricultura? _____Anos

7. Na atividade agrícola você acredita que tem uma vida: ()Ruim ()Boa ()Mais ou menos

Por quê?

7. Quantos dias por semana, em média, você trabalha? ____ dias e antes do PBF era quanto? _____

8. Média de horas de trabalho por dia:

Após o PBF: [1] Menos de 4h [2] de 4 a 8h [3] Mais de 8h

Antes do PBF: [1] Menos de 4h [2] de 4 a 8h [3] Mais de 8h

9. Que fatores prejudicam sua atividade agrícola?

10. Com o benefício do BF o que mudou na sua jornada de trabalho na agricultura em relação há horas trabalhadas?

[1] Não mudou [2] Trabalho menos [3] Trabalho mais

11. O PBF lhe incentivou a investir no trabalho do campo?

[1] Sim [2] Não

12. Quanto a renda obtida da produção:

Antes do PBF : () até meio salário mínimo () um salário mínimo () até dois salários mínimo () mais de dois salários

Depois do PBF: () até meio salário mínimo () um salário mínimo () até dois salários mínimo () mais de dois salários

OBSERVAÇÕES DO (A) PESQUISADOR (A)

ASSINATURA
(A) _____

DO

(A)

PESQUISADOR

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA AS
FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MEIO RURAL: efeitos na qualidade de vida
das famílias acampadas em Moreno-PE**

Bloco 1 - Características Pessoais

1. **Idade:** _____ anos
2. **Sexo:** M () F ()
3. **Estado civil:** Casado/a (); Solteiro/a (); Viúvo/a (); Outros: _____
4. **Escolaridade:**
Ensino fundamental () Ens. Fundamental incompleto (); Ensino Médio (); Ensino
Médio incompleto (); Sem escolaridade ()
5. **Quantas pessoas fazem parte de sua família?** _____
6. **Possui filhos?** Sim () Não () Quantos? _____
7. **Na sua família, alguém trabalha fora da propriedade?** () Sim () Não
8. **Já fez algum tipo de capacitação/treinamento em sua atividade agrícola?**
Sim () Não ()
9. **Já recebeu algum crédito/financiamento, projeto produtivo ou assistência
técnica para a sua atividade?**
() Não () Sim, individual () Sim, coletivo
10. **Qual a renda total familiar por mês?**
() Menos de meio salário mínimo () De meio a menos de 1 salário mínimo ()
De 1 a menos de 2 s.m. () De 2 a menos de 5 s. m. () De 5 ou mais s. m. ()
Não sabe
11. **Há quanto tempo recebe o Bolsa Família?**
() Menos de 1 ano () 1 ano e meio () 2 anos () 2 a 4 anos () Mais de 5
anos
12. **Qual o valor do seu benefício (do PBF)?** _____

Bloco 2 – Bolsa Família e alimentação

13. Quais alimentos fazem parte da alimentação da família atualmente?

--

E antes do Bolsa família? () Consumia os mesmos alimentos em menor quantidade () Consumia os mesmos alimentos, em maior quantidade () Era igual, sem mudança () Consumia outros alimentos, explique _____

14. Atualmente quantas refeições por dia são realizadas pela família? _____ e antes do PBF?**15. Quais os principais alimentos consumidos por sua família:**

Refeições	Atualmente
Café da manhã	
Almoço	
Jantar	

E antes do PBF:

Refeições	Antes do PBF
Café da manhã	
Almoço	
Jantar	

16. Quais destes são produzidos pela família?**17. Existem alimentos que são produzidos pela família, mas não são consumidos? Quais? Por quê?**

18. Da quantidade produzida, quanto é retirado para a alimentação da família?

	Atualmente	Antes do PBF
Quantidade produzida		
Quantidade consumida	() Muito, quase tudo	() Muito, quase tudo

	() A metade () Pouco () Não retiro	() A metade () Pouco () não retirava
--	--	--

19. O que mudou na alimentação da família após o BF?

20. A família está satisfeita com a alimentação atual? () Sim () Não

Explique _____

É antes de receber o Bolsa família, era satisfeita? () Sim () Não

Explique _____

21. Na sua opinião, o que é qualidade de vida?

22. Qual a relação entre alimentação e qualidade de vida?

Bloco 3 - Bolsa Família e a Tecnologia Agrícola

23. Você utiliza uma parte da renda do BF para seu trabalho na agricultura?

() Sim () Não

24. Quanto em média você utiliza desse benefício para beneficiamento do trabalho na agricultura?

() Pouco () A metade () Quase tudo () Não utiliza

25. Com o apoio do BF a renda do seu trabalho na agricultura tem melhorado?

() Muito () Pouco () mais ou menos

26. No seu trabalho na agricultura, o BF tem contribuído (ajudado):

() Na compra de equipamentos: () Muito () Pouco;

Quais equipamentos? _____

() Na compra de produtos para melhoramento da área: () Muito () Pouco;

Que

produtos? _____

() Na compra de insumos agrícolas (sementes, adubos, rações, inseticidas, fungicidas) : () Muito () Pouco

Que insumos?

() Outras contribuições:

Como era antes do PBF? (pode marcar mais de uma alternativa)

A compra de equipamentos: () Comprava pouco () Sempre comprava ()

Não comprava () Pedia emprestado () Não tinha condições/facilidade de comprar

() Comprava a mesma quantidade de hoje, sem diferença () Já possuía alguns (

) Outra

resposta_____

A compra de produtos para melhoramento da área: () Comprava pouco

() Sempre comprava () Não comprava () Pedia emprestado () Não tinha

condições/facilidade de comprar () Comprava a mesma quantidade de hoje, sem

diferença () Já possuía alguns () Outra resposta_____

–

A compra de insumos agrícolas (sementes, adubos, rações, inseticidas,

fungicidas): () Comprava pouco () Sempre comprava () Não comprava ()

Pedia emprestado () Não tinha condições/facilidade de comprar () Comprava a

mesma quantidade de hoje, sem diferença () Já possuía alguns () Outra

resposta_____

Bloco 4 – PBF e Produtividade na Agricultura

27. Qual é o tamanho de sua propriedade?_____

28. Em quais atividades na produção o Sr. pratica? () Agricultura () Pecuária

() Mista

29. Quais cultivos explorados?_____

30. Qual a quantidade produzida de:

Milho: _____ **E antes do PBF:** () Era menos () Era mais

() A mesma quantidade () Outra resposta_____

Mandioca: _____ **E antes do PBF:** () Era menos () Era mais

() A mesma quantidade; () Outra Resposta _____

Feijão: _____ **E antes do PBF:** () Era menos () Era mais

() A mesma quantidade; () Outra resposta: _____

Batata: _____ **E antes do PBF:** () Era menos () Era mais

() A mesma quantidade; () Outra resposta: _____

31. Qual sua atividade principal na agricultura? _____

32. Há quanto tempo trabalha na agricultura? _____ Anos

33. Na atividade agrícola você acredita que tem uma vida: () Ruim () Boa

() Mais ou menos

E antes do BF: () Ruim () Boa () Mais ou menos

Por quê? _____

34. Quantos dias por semana, em média, você trabalha? _____ dias e antes do PBF era quanto? _____

35. Média de horas de trabalho por dia:

Atualmente: () Menos de 4h () De 4 a 8h () Mais de 8h

Antes do BF era: () Menos de 4h () de 4 a 8h () Mais de 8h

36. Com o benefício do BF o que mudou na sua jornada de trabalho na agricultura em relação há horas trabalhadas?

() Não mudou () Trabalho menos () Trabalho mais

Explique

37. O BF lhe incentivou a investir no trabalho do campo?

() Sim () Não () Mais ou menos

38. Quanto à renda obtida da produção:

Atual: () até meio salário mínimo () um salário mínimo () até dois salários mínimo () mais de dois salários

Referente à renda atual, antes do BF: () A renda era menor () A renda era mesmo valor da atual () A renda era maior

OBSERVAÇÕES DO (A) PESQUISADOR (A)

ASSINATURA DO ENTREVISTADOR _____

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL****PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MEIO RURAL: efeitos na qualidade de vida
das famílias acampadas em Moreno-PE****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Eu _____, declaro que fui devidamente esclarecida pela pesquisadora Erika Alencar de Moura Mendes em relação à pesquisa “Bolsa Família no Meio Rural”, cujo objetivo Analisar e descrever os efeitos do Programa Bolsa Família na qualidade de vida via alimentação das famílias rurais beneficiárias e sobre a produtividade das explorações agrícolas em Moreno-PE.

Estou esclarecida que:

Estou concordando livremente em participar, sem receber qualquer tipo de pressão ou influência da pesquisadora;

Receberei resposta a pergunta ou esclarecimento e a qualquer dúvida relacionada à pesquisa;

Irei responder voluntariamente as perguntas que serão feitas pela pesquisadora;

Não serei identificada e será mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;

Tenho direito de saber o resultado da pesquisa, se assim a desejar;

Autorizo a gravação para fins da análise dos dados da pesquisa;

Poderei abandonar a qualquer momento a pesquisa caso não me sinta satisfeita.

Estou ciente dos objetivos do estudo e aceito participar do mesmo.

Assinatura do(a) participante Local e data

ANEXO 1 - RELATÓRIO DO PBF EM AGOSTO/2017 DE MORENO COM RECORTE NA QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS E DE BENEFICIÁRIOS DO MEIO RURAL



Município: MORENO/PE

Visão Geral

Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda - aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em agosto de 2017 era de **14.430** dentre as quais:

- 9.096 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00;
- 1.339 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00;
- 2.721 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo;
- 1.274 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de setembro de 2017, **9.246 famílias**, representando uma cobertura de 125,5 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 166,86 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 1.542.811,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de maio de 2017, atingiu o percentual de 82,9%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 5.185 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 6.257. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 75,1%, resultando em 852 jovens acompanhados de um total de 1.135.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2016, atingiu 56,5 %, percentual equivale a 3.752 famílias de um total de 6.645 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Grupos relacionados ao meio Rural		
Famílias de Agricultores Familiares		
Total de famílias de agricultores familiares cadastradas	10	08/2017
Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família	9	08/2017
Famílias Assentadas da Reforma Agrária		
Total de famílias assentadas da Reforma Agrária cadastradas	22	08/2017
Famílias Assentadas da Reforma Agrária e beneficiárias do Programa Bolsa Família	8	08/2017
Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário		
Total de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário cadastradas	0	08/2017
Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	08/2017
Famílias Acampadas		
Total de famílias acampadas cadastradas	262	08/2017
Famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família	71	08/2017